



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**200ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Ata da ordem dos dias 17 e 18 de maio de 2012**

**BRASÍLIA – DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**  
**CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**200ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Local:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

**Data:** 17 e 18 de maio de 2012

1 Aos dezessete dias do mês de maio de dois mil e doze teve início a Ducentésima Reunião Ordinária do  
2 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência do Presidente do Conselho  
3 Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da Associação para Valorização e  
4 Promoção de Excepcionais – FENAVAPE, Carlos Eduardo Ferrari. Estiveram presentes os seguintes  
5 Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS: Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari,  
6 Presidente do CNAS e Representante Titular da Associação para Valorização e Promoção de  
7 Excepcionais – FENAVAPE; Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula, Ministério do  
8 Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque,  
9 MDS; Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa, Ministério do Desenvolvimento Social e  
10 Combate à Fome - MDS; Conselheiro José Ferreira da Cruz, Ministério do Desenvolvimento Social e  
11 Combate à Fome - MDS; Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues, FONSEAS; Gracielly Alves  
12 Delgado, MS; Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga, MDS; Isis Leite Ferreira, MDS; Solange Teixeira,  
13 MDS; Conselheira Cinara Dias Custódio, MEC; Conselheiro Fábio Moassab Bruni, MDS; Conselheiro  
14 José Geraldo França Diniz, MPOG; Conselheira Fátima Aparecida Rampim, Ministério da Previdência  
15 Social; Conselheira, Meive Ausônia Pacesi, FONSEAS; Conselheira Ely da Silva Almeida,  
16 FONSEAS; Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, CONGEMAS; Conselheira Marisa Rodrigues da  
17 Silva, CONGEMAS; Conselheiro Pedro Vilmar Ost, União Brasileira de Educação e Ensino – UBEE;  
18 Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, Fundação ORSA; Conselheiro Antônio Celso Pasquini,  
19 União Social Camiliana; Conselheiro Renato Saidel Coelho, Associação da Igreja Metodista;  
20 Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Federação Espírita Brasileira; Conselheira Leila Pizzato,  
21 Associação Antônio Vieira; Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Associação Brasileira de  
22 Autismo; Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araujo, FENEIS; Conselheiro José Araujo da  
23 Silva, Pastoral da Pessoa Idosa; Conselheiro Samuel Rodrigues, Movimento Nacional da População de  
24 Rua; Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos, FENAPAES; Conselheiro Frederico Jorge de  
25 Souza Leite, Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; Conselheira Jane Pereira Clemente,  
26 FENATRIBEF; Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria, CNTSS/CUT; Conselheira  
27 Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho, OAB; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, CTB;  
28 e, Conselheira Márcia Mansur Seedallah, Conselho Federal de Psicologia. **Visitantes:** Denise Colin,  
29 Secretária nacional de Assistência Social; Dr. William Alves Olivindo, CONJUR; Charles Alyson F.  
30 Moura, MTE/ASSINT; Carmen Silveira de Oliveira, SDHP; Adriano Borges da Silva,  
31 SMAS/Votuporanga/SP; Maria Joaquina de Jesus, CEAS/GO – FONACEAS; Edilar Cruz,  
32 CCEAS/RS; Jussara Almeida de Jesus, CEAS;Recife/PE; Alessandra Caixeta Nogueira, FENAPAES;  
33 Marlene Merisse, CFESS; e, Maria Dolores da C. Pinto, CEE/FENAPAE. **ABERTURA.** Abrindo a  
34 reunião, o Presidente cumprimentou os presentes, passando, em seguida, para a Secretária-Executiva  
35 para conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na Titularidade: Conselheira Simone Aparecida  
36 Albuquerque; Conselheiro José Geraldo França Diniz; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva;  
37 Conselheira Meive Ausônia Pacesi; Conselheiro José Ferreira da Crus; Conselheiro Pedro Ost;  
38 Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari; Conselheiro Samuel Rodrigues; Conselheiro Frederico Jorge de  
39 Souza Leite; Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria; Conselheiro Carlos Rogério de

40 Carvalho Nunes. Conselheiros Suplentes: Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa;  
41 Conselheiro Fábio Bruni; Conselheiro Wagner Santana; Conselheira Leila na Pizzato; Conselheiro José  
42 Araújo da Silva; Conselheira Jane Pereira Clemente. Prosseguindo, o Presidente destacou a importância  
43 desse número de reuniões e os resultados alcançados até essa data na área da Assistência Social,  
44 citando, também, o Dia dos Assistentes Sociais, a ser comemorado na próxima semana. Passou a  
45 palavra para a Secretária Denise Colin, que destacou a importância desse momento na luta pela defesa  
46 de direitos e a construção de políticas públicas efetivas que atendessem a demanda da população.  
47 Ressaltou a importância do Conselho, das conferências e dos fóruns, três grandes instrumentos de  
48 mobilização, de participação e de controle social criadas pela Constituição. Observou que o número de  
49 reuniões realizadas levava ao conhecimento e aprimoramento na luta nas políticas públicas, destacando  
50 a importância do CNAS, em contribuir para a efetivação de uma política pública que ofertava direitos,  
51 garantia proteção social e fazia a vigilância das situações de vulnerabilidade de risco. A Secretária  
52 Denise, em nome da SNAS, da Ministra do MDS, Tereza Campello, do governo federal, da presidenta  
53 Dilma, e de todos os demais, enfatizava essa conquista e a importância desse espaço, reconhecido como  
54 legítimo em suas deliberações. Que no dia seguinte era comemorado o Dia Internacional de  
55 Enfrentamento a Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, um dos temas muito caros  
56 para a sociedade brasileira e para esse Conselho, sendo uma semana de mobilização contra esse  
57 aviltamento. Discorreu sobre a importância desse profissional, parabenizando os assistentes sociais que  
58 labutavam em todos os organismos. Parabenizou o Conselho pelo acúmulo de 200 reuniões construindo  
59 uma política pública, desejando que futuramente outras 200 reuniões consolidassem esse direito  
60 socioassistencial de proteção social à população em situação de vulnerabilidade e risco e que  
61 orientassem na construção de serviços, programas e projetos, integrando com benefícios a serem  
62 consolidados na sociedade. A Secretária-Executiva procedeu à atualização do quorum: Conselheiros na  
63 titularidade: Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula; Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues;  
64 Conselheira Fátima Aparecida Rampin; Conselheira Léa Lúcia Braga; Conselheiro Clodoaldo de Lima  
65 Leite. Conselheiros na suplência: Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo; Conselheira Ana  
66 Carolina Carrenho. A seguir, o Presidente falou sobre o momento que estavam vivendo, sendo a última  
67 reunião dessa gestão, as conquistas realizadas, dentre as quais a aprovação de um programa co-  
68 financiado que traduzisse intersectorialidade do SUAS entre as políticas de Assistência e de trabalho,  
69 discorrendo sobre a questão. Ressaltou a importância do CNAS, com todos seus Conselheiros tendo um  
70 compromisso não apenas com essa instância de participação, mas como com as demais em âmbito  
71 estadual e municipal, efetivando a participação popular e a responsabilidade com o controle social,  
72 sendo essa sua bandeira desde que havia assumido a presidência do Conselho, agradecendo a todos pela  
73 oportunidade de ter feito parte dessa história. A Conselheira Leila Pizzato destacou ser um momento de  
74 comemoração desses dois anos de trabalho árduo, em que todos haviam se empenhado, destacando a  
75 participação da Sociedade Civil e do Governo, ademais do apoio que haviam recebido da Secretaria e  
76 dos assessores. Encontrava que a Política de Assistência Social ganhava, na medida em que todos se  
77 comprometiam em consolidar com qualidade o SUAS, cumprimentando a todos pelo empenho nessa  
78 luta. A Conselheira Meive cumprimentou os presentes, reafirmando a posição do Fórum Nacional de  
79 Secretários de Estado nesse Conselho, e também na sua instância particular entre as Secretarias de  
80 Estado, visando o fortalecimento do SUAS em conjunto com os municípios. Destacou sua primeira  
81 participação no CNAS, indicando que ser a representação de um Fórum de Secretários, que lutava para  
82 que o mesmo tivesse sua autonomia e fosse um grande interlocutor em nível estadual e em conjunto  
83 com os municípios. A Conselheira Marisa destacou sua participação no CNAS, tendo sido um grande  
84 aprendizado, tendo acontecido grandes debates com o objetivo de fortalecer essa política que vem  
85 sendo construída e aprimorada com muita responsabilidade, ressaltando a grande participação do  
86 CONGEMAS. Discorreu sobre as políticas traçadas pelo CONGEMAS junto aos gestores municipais  
87 para fortalecer os Conselhos Municipais, discorrendo sobre as ações realizadas nos estados, o controle  
88 social e a necessidade de infraestrutura para que os Conselhos pudessem funcionar. Observou que

89 estavam avançando, com o CNAS vindo fortalecer e certificar essa política nacional juntamente com os  
90 estados e municípios. O Conselheiro Pedro Ost, cumprimentando os presentes, falou sobre o tempo de  
91 reuniões que haviam feito ao longo dos tempos, citando a Lei de 1993 e que havia instituído o CNAS.  
92 Falou sobre a importância e o avanço que o SUAS trazia para a sociedade brasileira, reforçando o papel  
93 que a Sociedade Civil assumia nessa luta pela melhoria da qualidade de vida da população, juntamente  
94 com as organizações, não importando se fossem ou não de Assistência Social, mas atendendo às  
95 necessidades da população. Observou ser sua última reunião como membro do CNAS, agradecendo o  
96 apoio de todos e colocando-se à disposição e prosseguindo nesse trabalho. O Conselheiro Clodoaldo  
97 agradeceu e cumprimentou pela data histórica, informando ser sua última reunião, destacando o muito  
98 que havia aprendido nesse espaço que consolidava a luta e a participação do povo brasileiro no  
99 exercício do controle social. Ressaltou os avanços alcançados, a consolidação do SUAS, o respeito ao  
100 protagonismo da Sociedade Civil por meio das organizações e entidades de Assistência Social, com  
101 mecanismos que viabilizavam a participação do usuário, ademais da consolidação e condições para  
102 participação da representação governamental dentro dos Conselhos. Concluindo, agradeceu o apoio de  
103 todos, desejando que os Conselheiros que continuavam e aqueles que estavam chegando colocassem a  
104 causa pública acima dos interesses particulares. O Conselheiro Carlos Rogério parabenizou a 200ª  
105 reunião do CNAS, o Dia do Assistente Social e que era a sua profissão, destacando o momento  
106 histórico que vinha consolidar a democracia participativa e a participação dos Conselhos, não apenas  
107 da Assistência, mas também de outros setores. Destacou que no caso da Assistência Social, havia sido  
108 um avanço, uma construção coletiva, parabenizando pela realização da Conferência no ano passado e  
109 que havia tratado sobre o trabalhador e os avanços permitidos. Desejou que na próxima gestão  
110 pudessem trazer mais fortalecimento dos direitos dos usuários e trabalhadores, com a Sociedade Civil  
111 contribuindo para o avanço na política nacional da Assistência Social. O Conselheiro José Araújo  
112 prestou homenagem a todos os Conselheiros que haviam passado pelo CNAS, a toda a Secretaria-  
113 Executiva que durante todos esses anos havia trabalhado, resolvendo todos os problemas que surgiam.  
114 Falou sobre o trabalho realizado pela Pastoral da Pessoa Idosa, batalhando para conseguir mais  
115 recursos para esse trabalho, considerando o elevado número de atendimentos realizados. Destacou que  
116 havia aprendido muito sobre Assistência Social, indicando sua boa vontade em participar de todas as  
117 ações do CNAS, agradecendo o apoio recebido. Que apesar de terminar seu mandato continuaria  
118 trabalhando em prol da Política de Assistência Social no Brasil. A Conselheira Ana Carolina agradeceu  
119 a todos, em especial ao segmento dos Trabalhadores pelo apoio ao trabalho que havia realizado,  
120 destacando as ações que haviam efetivado e sua participação em diversos GTs. Agradeceu à Secretaria-  
121 Executiva pelo apoio recebido, observando ser essa a última reunião que participava. O Presidente  
122 procedeu à distribuição uma carta, manifestando seus sentimentos pela gestão que finalizava, ademais  
123 do relatório da gestão 2011-2012. O Conselheiro Wagner parabenizou os assistentes sociais,  
124 discorrendo sobre o papel do usuário nos conselhos, indicando o alcance da democracia participativa,  
125 permitido pela militância de diversas políticas, em especial a de Assistência Social. Discorreu sobre a  
126 importância dos Conselhos, Nacional, Estadual e Municipais, conseguindo-se com o apoio de todos que  
127 o SUAS se tornasse uma lei de política pública, regulamentando uma série de questões da política  
128 nacional de Assistência Social, ajudando a toda a população que necessitasse de seus serviços.  
129 Destacou a importância da participação no CNAS, podendo trabalhar em prol dos usuários da política  
130 de Assistência Social. Agradeceu à Secretaria-Executiva pelo apoio recebido, destacando o muito que  
131 havia aprendido com todos os membros do Conselho. O Conselheiro Frederico ressaltou a importância  
132 dessa reunião, destacando o aprendizado durante sua participação no CNAS, agradecendo a todos e em  
133 especial, à Secretaria-Executiva. Destacou o papel exercido pela Federação Nacional dos Psicólogos  
134 dentro das políticas públicas, transmitindo o abraço e o agradecimento da Presidente Fernanda Magano  
135 pela acolhida dada pelo Conselho à sua entidade. Informou que a Comissão de Política estava deixando  
136 um relato dos quatro à frente da Coordenação, agradecendo ao Coordenador, Conselheiro Clodoaldo, e  
137 também aos demais Conselheiros que participaram dessa Comissão. Concluindo, parabenizou a todos

138 que haviam estado à frente desse Conselho nesse plenário de 2010-2012. A Conselheira Maria da  
139 Conceição agradeceu o apoio recebido, destacando o muito que havia aprendido e repassado ao pessoal  
140 da APAE, agradecendo aos Conselheiros Dolores, Simone, Ferrari e Mercedes, desejando que outras  
141 pessoas com deficiência também pudessem participar desse Conselho. A Conselheira Maria Dolores,  
142 falando sobre as dificuldades das pessoas com deficiência, destacou a importância do protagonismo do  
143 usuário, procedendo à leitura de uma carta para registro: *“Companheiros e companheiras do Conselho  
144 Nacional de Assistência Social, ao terminar o meu mandato neste CNAS não poderia deixar de lhes  
145 dizer como o desempenho da função de Conselheiro enriqueceu a minha vida e trouxe para mim e  
146 meus companheiros uma nova visão de mundo sobre as políticas públicas, e como construí-la com  
147 maior participação de todos. Trouxe um novo desafio para este CNAS a participação no Conselho de  
148 pessoas com necessidades especiais, que precisam de apoio e assessoramento para a participação  
149 efetiva em discussões e planejamento. Foi indicada pelos representantes ou defensores da APAE de  
150 Belo Horizonte, para representar a Federação das APAES. Pensamos que isso seria impossível de  
151 acontecer, fiquei feliz, temerosa e tímida, no entanto, eu haveria de enfrentar o desafio e ter a  
152 coragem de dar maior visibilidade às necessidades especiais das pessoas com deficiência intelectual,  
153 ampliada por questões econômicas, sociais e afetivas. A Política de Assistência Social estimula o  
154 protagonismo dos usuários, o que é muito importante para que as nossas necessidades se tornem  
155 invisíveis, e não apenas um objeto de estudo de especialistas. Perseguimos ampliar a nossa  
156 participação na construção das políticas públicas em coerência com nossas necessidades. Estamos  
157 lutando cada vez mais para descobrir o que é fazer para deixar de ser representado e para tornar  
158 representante. Aprender a exercer a cidadania com coragem nas discussões sobre acessibilidade em  
159 quase todas as políticas já estão sendo providenciados os apoios para as pessoas com surdez, para as  
160 pessoas com deficiência visual cegas, para as pessoas com deficiência da mobilidade, mas  
161 caminhamos aos passos lentos para atender às necessidades das pessoas com deficiência intelectual  
162 exerça de fato o protagonismo. Podemos precisar de leitores de textos, de interpretação textual e de  
163 explicações mais detalhadas e sintéticas para a maior compreensão dos fatos e para participar de  
164 discussões. Precisamos de educadores sociais, acompanhantes e outros. O Plano Nacional de Brasil  
165 Sem Miséria e Viver Sem Limites amplia as oportunidades dos apoios para se fazerem pretendentes.  
166 Agora as políticas serão desenvolvidas de formas articuladas. Pela primeira vez é estamos tendo neste  
167 Conselho a experiência da participação na reunião de uma acompanhante, que em determinados  
168 momentos é solicitado por mim para expressar, de forma mais clara, o que eu queria expressar. Assim  
169 solicito a este Conselho que normatizem sobre essa questão, que tragam esse assunto para discussão.  
170 A gente percebeu muitas dessas cochichou assim: “Mas por que ela está participando? Por que a  
171 outra está falando?” A norma não estava clara, embora a equipe de normas tivesse discutido para  
172 acontecer isso. Peço desculpas por não ter participado do processo eleitoral, por motivo de doença,  
173 esclareço que a FENAPAE não se inscreveu, por considerar que já tinha exercido dois mandatos neste  
174 Conselho, conforme tinha sido acordado entre a sociedade civil. A todas as pessoas em situação de  
175 vulnerabilidade, que precisam da proteção e dos trabalhos continuados da assistência social, faço um  
176 apelo: lutem para serem os protagonistas da sua história de vida com todos os apoios necessários  
177 para exercê-lo. Às entidades peço que ampliem essas oportunidades de participação. A todos vocês, o  
178 reconhecimento de que temos muito o que avançar para que a sociedade inclusiva aconteça de fato.  
179 Meu abraço a todos e a todas. Maria da Conceição.” A Conselheira. Maria Auxiliadora agradeceu o  
180 apoio dado pela Secretaria-Executiva, e ao pessoal de apoio, relatando sua surpresa para representar sua  
181 entidade no CNAS, e o aprendizado que havia tido ao longo do tempo, contando com a ajuda de todos.  
182 Falou sobre a luta realizada dentro da Assistência Social, trabalhando por todos os usuários e com ela  
183 mesma sendo protagonista dessa política, considerando sua deficiência, a surdez. Relatou a criação dos  
184 sinais específicos da Assistência Social que não existiam, divulgando para outros surdos e que estavam  
185 sendo usados em todo o Brasil. Concluindo, agradeceu o apoio recebido pelas suas intérpretes, sem as  
186 quais não haveria conseguido alcançar seus objetivos nesse Conselho. Na sequência, o Presidente*

187 solicitou que as intérpretes se identificassem, agradecendo sua participação, cumprimentando na pessoa  
188 dos mesmos a todos os intérpretes de libras que contribuíram com o CNAS, não só em Brasília, mas  
189 também nos outros estados. Prosseguindo, a Conselheira Márcia destacou o significado dessa data e  
190 despendido-se de sua gestão no CNAS, mas que continuaria na entidade e estaria acompanhando as  
191 discussões, colocando-se à disposição para o que fosse necessário. Indicou sobre a publicação relativa  
192 ao papel dos psicólogos no CREAS, na média complexidade, destacando a importância desse espaço  
193 para o aprendizado, principalmente com os usuários, mas que a sociedade civil ainda tinha muitos  
194 desafios a enfrentar. Ressaltou a necessidade de se ter um olhar mais diversificado e mais público do  
195 que era uma política pública, tendo que ser coerente com o que se falava e o que se pensava, falando-se  
196 cada vez mais em nome da entidade e não de forma pessoal, colocando o papel exercido pelo Acórdão  
197 do TCU nessa situação, sendo incoerente com a forma com que vinham acreditando na construção da  
198 LOAS, do SUAS. Observou acreditar na construção de políticas públicas de uma forma mais geral, e  
199 não nas defesas de interesses particulares, construindo-se essas políticas de uma forma mais geral.  
200 Agradeceu pela oportunidade de ter tido essa experiência, reafirmando a disposição e disponibilidade  
201 para continuar juntos na construção da política. A Conselheira Simone discorreu sobre a dificuldade da  
202 aplicação do direito à participação popular, com o direito de participar vindo junto com o direito de ter  
203 acesso às políticas, sendo esse o modelo de política social no Brasil. Falou sobre o direito à  
204 participação nos diversos Conselhos, sendo necessário haver uma aliança entre os usuários e  
205 trabalhadores para que esses últimos pudessem incentivar os usuários a se organizarem, importante  
206 para o avanço do SUAS. Discorreu sobre a luta para que o CNAS tivesse o status atual, com o  
207 Conselho Federal de Serviço Social tendo uma enorme importância para o Conselho, que ainda tinha  
208 que conquistar seu lugar na política pública brasileira, tendo que se dar para sua história outro  
209 significado. Ressaltou a responsabilidade dos Conselheiros na construção desse espaço público da  
210 maneira como queriam que o mesmo fosse construído, solicitando que a Secretaria-Executiva  
211 registrasse a importância de se reiniciar o debate, de se fazer um Decreto do modelo de Conselho que  
212 queriam que fosse, indicando todos seus processos e com regras mais perenes e transparentes, não  
213 podendo abrir mão desse desafio. Parabenizou os Conselheiros que permaneceriam e também aqueles  
214 que partiriam para outras etapas de luta na área da Assistência Social. A Conselheira Eutália agradeceu  
215 à Secretaria-Executiva pelo apoio já mencionado, mas também pelo trabalho de assessoria ao pleno,  
216 contribuindo para que pudessem tomar decisões políticas e deliberações importantes para o CNAS.  
217 Agradeceu o convívio com todos os Conselheiros, registrando, também, o papel de assessoramento  
218 técnico feito. Falou sobre sua participação anterior no Conselho, lamentando a não participação do  
219 Conselho Federal de Serviço Social, entidade com importante papel na construção da política de  
220 Assistência Social. Registrou a importância da participação de todas as entidades e representações no  
221 CNAS, no processo de construção do controle social na política de Assistência Social, discorrendo sobre  
222 a questão. Agradeceu ao Presidente e parabenizou pela sua atuação, o qual certamente continuaria com  
223 sua luta, colaborando com o exercício do controle social na política de Assistência Social. Registrar sua  
224 emoção pela carta da Conselheira Conceição, com o CNAS dando essa abertura e fazendo história  
225 nessa participação, esperando que continuasse acolhendo a representação de usuários. Fortalecendo-se,  
226 também, o protagonismo e a participação dos usuários nos espaços de controle social, não só no CNAS,  
227 mas em todos os Conselhos nas três esferas. O Conselheiro Renato de Paula, que cumprimentou os  
228 presentes e falou sobre o papel exercido pela Secretaria-Executiva, o pessoal de apoio e todos os  
229 Conselheiros. Arrazou sobre as ações exercidas pelo Conselho, com essa gestão sendo a da  
230 concertação por ter sido a primeira a funcionar sem o CNAS cartório, baseada no erro e no acerto.  
231 Discorreu sobre as disputas políticas acontecidas no Conselho, tendo como fundamentação esse  
232 processo de reordenamento da própria Assistência e do controle social, considerando seu papel de  
233 Conselho Nacional, espelho para os demais conselhos. Observou que quem passava pelo CNAS não  
234 deixava de participar de alguma forma das discussões relativas à proteção social mais ampla, desejando  
235 que as perspectivas republicanas, coletivas, solidárias se sobrepusessem aos interesses que iam de

236 encontro à construção coletiva, com as disputas políticas seguindo com alguns princípios. O  
237 Conselheiro Renato de Paula falou que o CNAS era referência no conjunto dos conselhos nacionais das  
238 políticas públicas, trazendo muita responsabilidade para seus membros. Destacou o prazer em trabalhar  
239 com o Presidente, aprendendo muito e sempre incorporando novos conhecimentos com as pessoas que  
240 se relacionava, esperando que prosseguissem nesse movimento qualificando a política de Assistência  
241 Social. Agradeceu o voto de confiança dado pela bancada do governo para sua indicação como Vice-  
242 Presidente, colocando-se à disposição, assim com a SNAS e o MDS. O Conselheiro José da Cruz  
243 manifestou sua alegria em poder participar nos processos do CNAS, registrando o reconhecimento pelo  
244 trabalho realizado pelo Presidente e pelo Vice-Presidente, da Secretaria-Executiva, aos Conselheiros  
245 dos segmentos representados e registrar a importância dos debates realizados e a implantação do SUAS  
246 no país. Que tinha a certeza que os Conselheiros continuaria lutando, mesmo em outros setores, pelo  
247 direito socioassistencial no país, registrando ter sido um mandato bastante importante para o Sistema,  
248 ademais de várias outras conquistas e resoluções que impactavam na vida das famílias e dos indivíduos  
249 atendidos pela política de Assistência Social. Indicou que o MDS estava à disposição para continuar o  
250 debate e consolidar o direito socioassistencial no país. A seguir, o Presidente solicitou à Conselheira  
251 Jane que procedesse à leitura da carta que havia redigido; *“Uma fração de agradecimentos: chegando*  
252 *ao momento da realização da 200ª reunião ordinária do CNAS, que também marca a conclusão de um*  
253 *ciclo para mim enquanto Conselheiro Nacional e Presidente deste colegiado, me decidi me manifestar*  
254 *da forma que penso conseguir traduzir melhor os meus sentimentos. Como costume dizer, escrevendo*  
255 *acredito poder esculpir ideias por meio de palavras. Para tal, gostaria de aproveitar o número*  
256 *histórico de reuniões para 200 vezes poder agradecer e refletir sobre tantos momentos vividos nessa*  
257 *jornada, mas pensando melhor, cheguei a conclusão que fracionando este número pela sua vigésima*  
258 *parte chegaria a um texto bem menor e quem sabe merecedor de uma pequena parte de seu tempo para*  
259 *leitura. Começo agradecendo os Conselheiros Nacionais que hoje compõe esse colegiado e tantos*  
260 *outros que passaram por aqui com os quais tive o privilégio de conviver. Com eles, não apenas*  
261 *aprendi muito sobre a política pública de Assistência Social, foram grandes aulas sobre a articulação*  
262 *política, comportamento humano, defesa de concepções e compromisso com os princípios da*  
263 *democracia participativa. Ser resiliente, sem, em alguns momentos, deixar de ser firme na luta por*  
264 *direitos. Trabalhar com bom humor sem esquecer a importância de valorizar os ritos que tanto*  
265 *qualificam as discussões desse pleno. Ser líder nunca esquecendo a necessidade de que essa liderança*  
266 *seja compartilhada. Foram lições que cada Conselheiro Nacional contribuiu para que eu pudesse*  
267 *aprender e me ressignificar enquanto agente público nesses quatro anos de CNAS. O segundo o*  
268 *público a qual me dirijo, são os Conselheiros Estaduais e Municipais que pude conhecer nas dezenas*  
269 *de viagens que fiz por 25 estados desse país. Na pessoa de cada um, agradeço a cada brasileiro que*  
270 *em sua cidade sempre me recebeu com tanto carinho, tenho certeza que cada abraço apertado, retrato*  
271 *tirado, bate-papo, discussão em plenário, tem um espaço guardado em minha memória. Aprendi*  
272 *chegando a cada município a ser mais brasileiro, com suas músicas, danças, comidas e estratégias de*  
273 *gestão pública e de controle social, pude vivenciar de fato um Brasil em transformação, e o melhor,*  
274 *tendo a clareza que fazemos parte dessa revolução. Continuando minha lista, falo agora com os*  
275 *trabalhadores do controle social, mais a frente me dirijo aos trabalhadores da política como um todo,*  
276 *e não posso deixar de dizer que tenho convicção que esses também fazem parte deste coletivo. Faço*  
277 *essa distinção, no entanto, visto que por mais que tenhamos avançado, ainda não está claro, nem para*  
278 *muitos que militam na política, a importância desse segmento e a necessidade de se demarcar esse*  
279 *lugar. Secretários e secretárias executivos e executivas e demais trabalhadores da equipe técnica dos*  
280 *milhares de Conselhos desse país, não são trabalhadores da gestão, portanto, devem ter assegurada a*  
281 *sua autonomia para assessorar Conselheiros dando subsídios para que eles potencialize sua atuação,*  
282 *independente de que essa seja favorável ou contrária aos que estão no poder. Encontrei nas cinco*  
283 *regiões desse país, profissionais apaixonados e comprometidos com SUAS, muitas vezes colocando em*  
284 *risco sua própria condição profissional em nome da política pública. Felizmente em âmbito nacional,*

285 *temos no CNAS uma equipe que representa com competência e comprometimento toda essa rede de*  
286 *trabalhadores do controle social e não tenho dúvida em afirmar que boa parte do sucesso do meu*  
287 *trabalho, nessa instância de deliberação deve-se ao apoio desse time, na pessoa da competente*  
288 *profissional Mercês, agradeço a todos de coração. Sem qualquer ordem de prioridade eleita por mim*  
289 *para elencar os públicos com os quais quero conversar, chego ao quarto dentre os três trazidos nesse*  
290 *texto, nas pessoas do amigo Renato Francisco de Santos Paula, e da excelentíssima Ministra Tereza*  
291 *Campello, agradeço a acolhida e me arrisco a dizer a tolerância de cada membro desse governo para*  
292 *comigo nos inúmeros debates realizados por nós nesse período. Dirijo-me então, a todos os que fazem*  
293 *parte do governo federal e digo isso, pois cheguei nesse espaço sem a qualificação técnica necessária*  
294 *para poder participar das discussões com o mesmo nível de preparação daqueles que aqui já estavam*  
295 *e que tanto trabalharam para implementação dessa política. Por conta disso muitas vezes travamos*  
296 *discussões aparentemente equivocadas, mas que foram fundamentais para que eu buscasse o menor*  
297 *espaço de tempo possível, me apropriar dos conteúdos e dar uma contribuição à altura de um SUAS*  
298 *que o Brasil merece. Aprendi a partir de então, que governo e sociedade civil não estão em lados*  
299 *opostos, muitas vezes pensamos diferente, porém nosso compromisso comum com a democracia nos*  
300 *leva a construir consensos. Quero dizer que cada momento que tencionamos além de nos ofertar o*  
301 *aprendizado comum, teve como grandes beneficiados, os usuário dessa política. A propósito usuários*  
302 *do SUAS, agora me dirijo a vocês escrevendo e lembrando, de que quando cheguei no CNAS, já no dia*  
303 *da posse, senti o impacto das falas que traziam como pano de fundo, a ideia de que eu não*  
304 *representava o nosso seguimento. O anseio por qualificar a participação popular fez com que alguns*  
305 *buscassem em estereótipos ou símbolos uma alternativa para validar os seus discursos, infelizmente*  
306 *tão preconceituosos e excludentes quanto as posturas anteriores que por décadas mantiveram a*  
307 *margem que os debates políticos, àqueles que deveriam ser de fato os principais atores, contudo*  
308 *avancamos, pude mostrar a minha história e apresentar a organização a qual represento. Dessa*  
309 *maneira consegui não apenas o Conselho Nacional, mas por todo o país do segmento do qual eu*  
310 *represento o principal aliado para qualificar o meu discurso e ter sempre boas evolutivas baseadas em*  
311 *uma leitura crítica referente a forma que atuei nesse espaço. Somos cada vez mais de fato*  
312 *protagonistas dessa política e precisamos avançar para que essa seja uma realidade de todo o sistema,*  
313 *independente da esfera de governo ou do porte do município. Inicio a segunda metade desse*  
314 *documento falando com os Fóruns, alternativas moderna, inovadora e mais, sem medo de errar,*  
315 *afirmo ser a principal forma de oxigenação da participação popular no Brasil. Tive a honra de ver*  
316 *nascer o Fórum Nacional dos trabalhadores do SUAS, de poder trabalhar pela qualificação da*  
317 *relação entre CNAS e FONASEAS, e de ver o Fórum Nacional de Assistência Social se reorganizar,*  
318 *trazendo para o debate boas de novas bandeiras. Participei e aprendi muito com reuniões de Fóruns*  
319 *regionais, estaduais e municipais, e saio daqui convicto de que devemos lutar pela Constituição do*  
320 *Fórum Nacional de Usuários dos SUAS. Entidades e organizações de Assistência Social: Penso que*  
321 *antes de manifestar qualquer menção de agradecimento devo parabenizá-las, não tem sido fácil a*  
322 *caminhada desse segmento que hoje avalio pessoalmente acabaram, não venho ao acaso o motivo.*  
323 *Sem ter nesses sete anos de implementação do SUAS um olhar para suas demandas do mesmo nível em*  
324 *que demos para a rede estatal. Com todo agradeço a essas organizações, que independente de*  
325 *quaisquer cenários têm lutado e contribuído para que pudéssemos, dentre outras, coisas celebrar o*  
326 *reconhecimento do SUAS em Lei. Saio desse Conselho com a impressão de que o momento novo se*  
327 *avizinha e me parece que existe por parte da Secretaria Nacional de Assistência Social, acessibilidade*  
328 *e a determinação para capitanear uma grande ação nacional junto às três esferas de governo,*  
329 *envidando esforços para corrigir esse equívoco histórico. Agradeço ao FONSEAS e CONGEMAS o*  
330 *aprendizado que tive com seus representantes no plenário do CNAS me permitiu compreender de*  
331 *maneira ampla a complexidade do nosso pacto federativo, tendo claro a necessidade de construirmos*  
332 *parâmetros nacionais, sem perder de vista o reconhecimento irrestrito da autonomia dos entes*  
333 *federados. Perto de concluir esse texto, como já havia dito que faria, dirijo-me agora aos*



334 *trabalhadores do SUAS, penso que se fosse dar uma marca para minha gestão na condição de*  
335 *Presidente do Conselho Nacional, estaria, sem dúvida, estaria diretamente ligada às conquistas desse*  
336 *segmento. Saio com a expectativa de poder celebrar em breve a instalação da mesa nacional de*  
337 *negociação e o reconhecimento dos trabalhadores de nível médio da política. Por fim, abraço os*  
338 *futuros Conselheiros desejo-lhes sorte e agradeço a eles e suas organizações por acreditar na*  
339 *importância do controle social, se dispondo a doar o seu tempo e conhecimento para avançar nos*  
340 *próximos dois anos na consolidação do SUAS. E espero que consigam superar desafios, infelizmente*  
341 *ainda não suplantados por essa gestão, dos quais destaco: O resgate da autonomia da gestão dos*  
342 *recursos e financeiros destinados a esse colegiado por meio da ação 8249. Lutar pela melhoria dos*  
343 *espaços físicos, dando maior qualidade de trabalho aos servidores, ao público que acompanha as*  
344 *reuniões, aos Conselheiros, membros da CIT, FONSEAS e outros atores que se reúnem neste plenário.*  
345 *Conquistar junto ao legislativo brasileiro a inclusão das despesas de Assistência Social na Lei de*  
346 *Diretrizes Orçamentárias. Com certeza, mesmo tomando por estratégia, subdividir tantos amigos e*  
347 *segmentos importantes da política pública em 10 grandes grupos, não fez com que eu conseguisse*  
348 *atingir a universalidade dos atores que tanto contribuíram para que eu chegasse até aqui com a*  
349 *sensação de dever cumprido. Sendo assim, nas pessoas de inúmeros professores e doutores oriundos*  
350 *de Universidades, Institutos de pesquisa e outros espaços de produção de conhecimento, sempre tão*  
351 *importantes na construção dessa política, agradeço a parceiros do legislativo do judiciário e tantos*  
352 *outros fundamentais para escrevermos essa parte da história. Despeço-me abraçando aos mestres com*  
353 *carinho, e deixando a todos um até breve. Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS, gestão 2010-*  
354 *2012.” A seguir, junto com o Vice-Presidente chamou os Conselheiros para receberem o certificado de*  
355 *mandato como Conselheiros desse colegiado: Conselheiro Pedro Ost; Conselheira Márcia Mansur;*  
356 *Wagner Carneiro; Conselheiro Carlos Rogério; Conselheira Ana Carolina; Conselheira Maria*  
357 *Aparecida Godoi; Conselheira Jane Clemente; Conselheiro Frederico; Conselheira Maria da*  
358 *Conceição; Conselheiro José Araújo; Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite; Conselheira Maria*  
359 *Auxiliadora; Conselheira Marisa Rodrigues, que receberia dois certificados, como titular e suplente.*  
360 **Item Aprovação da ata da 199ª Reunião Ordinária do CNAS, realizada em 17 e 18 de maio de**  
361 **2012. Em não havendo nenhuma observação, o Presidente considerou aprovada a Ata em tela. Pauta –**  
362 **Dia 14/05/2012 - 13h às 18h - Reunião Extraordinária da Comissão de Acompanhamento aos**  
363 **Conselhos de Assistência Social: Plano de Ação da Comissão, Achados do Acórdão do TCU**  
364 **2809/2009 e outros. Dia 15/05/2012 – 9h às 18h - Reunião Extraordinária da Comissão de Política: a)**  
365 **Discussão sobre o Plano Viver sem Limite: Serviços de Proteção Social Especial para Pessoas com**  
366 **Deficiência, em situação de dependência, e suas famílias em Centros-Dia de Referência e em**  
367 **Residências Inclusivas; b) Ações de articulação, mobilização, encaminhamento, monitoramento, bem**  
368 **como estratégias para a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho para municípios e**  
369 **Distrito Federal - exercício de 2012 e o Programa Nacional de Promoção da Integração ao Mundo do**  
370 **Trabalho; e c) Política Nacional de Capacitação do SUAS. Dia 16/05/2012 – Comissões temáticas –**  
371 **9h às 17h - Reunião conjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social e**  
372 **Comissão de Normas da Assistência Social: Discussão sobre o acesso e a acessibilidade das pessoas**  
373 **com deficiência aos serviços e benefícios socioassistenciais. 13h às 18h - Reunião da Comissão de**  
374 **Financiamento e Orçamento da Assistência Social: Parâmetros da Proposta Orçamentária 2013 (Artigo**  
375 **1º, da Resolução CNAS nº78/2006) e outros. Reunião da Comissão de Política da Assistência Social –**  
376 **continuação das discussões do dia 15/05/2012. 17h às 18h - Reunião da Comissão de Normas da**  
377 **Assistência Social: continuação da discussão sobre a viabilização da participação do usuário na Política**  
378 **de Assistência Social e outros. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2. Dia 17/05/2012**  
379 **Presidência Ampliada e Plenária do CNAS – Manhã - 08h às 10h - Reunião da Presidência**  
380 **Ampliada. 10h às 10h15min - Aprovação da ata da 199ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da**  
381 **200ª Reunião Ordinária. 10h15min às 11h - Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT**  
382 **e de Conselheiros. 11h às 12h - Avaliação de pendências encaminhadas às Comissões Temáticas ainda**

383 não executadas. **12h às 13h** - Assuntos pendentes da Comissão de Normas para discussão na Plenária.  
384 **Tarde - 14h às 15h30min** - Apresentação de planejamento de reestruturação do DRSP/SNAS/MDS  
385 para tratar dos processos de certificação de entidades beneficentes de assistência social. 15h30 às  
386 16h30 - Relato da Comissão Eleitoral: Assembleia de Eleição. **16h30min às 18h** - Relato da  
387 Presidência Ampliada. **Dia 18/05/2012 Plenária do CNAS – Manhã - 9h às 12h** - Relato da Comissão  
388 de Política da Assistência Social. **Tarde - 14h às 15h** - Relato da Comissão de Acompanhamento aos  
389 Conselhos de Assistência Social. 15h às 17h - Relato da Comissão de Normas da Assistência Social.  
390 **17h às 18h** - Relato da Comissão de Financiamento da Assistência Social. O Conselheiro Renato de  
391 Paula indicou a retirada do relato proposto pela Comissão de Normas e Financiamento, informando que  
392 no dia 17 a Diretora do DGSUAS, havia solicitado que o relato a ser feito das 14h às 15h30 viesse  
393 junto com o relato da Comissão de Normas. O Conselheiro José Geraldo observou que corriam o risco  
394 de não ter quorum qualificado, solicitando fosse colocada no primeiro horário da parte da tarde do dia  
395 18, com a pauta sendo aprovada pelo Pleno com essa alteração. **Informes da Presidência e da**  
396 **Secretaria-Executiva**, pela Secretária-Executiva: *“Informes gerais. Ausências justificadas: os*  
397 *Conselheiros Wagner Carneiro de Santana; Ir. Pedro Ost; Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo; Léa*  
398 *Lúcia Braga; José Geraldo França Diniz; Leila Pizzato; Ana Carolina Carrenho; Cinara Custódio;*  
399 *Gracielly Delgado e Maria da Conceição Pires dos Santos, na oficina de discussão do texto preliminar*  
400 *da Política Nacional de Capacitação do SUAS realizada no dia 25 de abril de 2012 em Brasília;*  
401 *Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos na reunião da Comissão Eleitoral nos dias 09 e 10*  
402 *de maio de 2012 por problemas de saúde; Conselheiro Antonio Celso Pasquini, na reunião da*  
403 *Subcomissão de Recursos nos dias 02 e 03 de maio de 2012 por problemas de saúde; Conselheiro*  
404 *Antonio Celso na reunião da Subcomissão de Recursos nos dias 02 e 03 de maio de 2012 por*  
405 *problemas de saúde; Conselheiro Antonio Celso Pasquini nessa Reunião Ordinária nos dias 16, 17 e*  
406 *18 de maio por problemas de saúde e ordem médica; Conselheiro José Geraldo França Diniz nessa*  
407 *Reunião Ordinária no dia 18 de maio em razão de compromissos institucionais; Conselheira Maria do*  
408 *Carmo Tourinho nessa Reunião Ordinária nos dias 17 e 18 de maio em Brasília, devido a*  
409 *compromissos particulares; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva na reunião extraordinária da*  
410 *Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social no dia 14 de maio, devido a sua*  
411 *participação numa reunião da Comissão Intersetorial, SINASE, nessa mesma data de 14h às 18h;*  
412 *Conselheira Solange Teixeira na reunião extraordinária da Comissão de Política no dia 15 de maio de*  
413 *2012, devido a compromissos emergenciais; Conselheiro Samuel Rodrigues, na reunião extraordinária*  
414 *da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social no dia 15 de maio e na reunião*  
415 *da Comissão de Normas no dia 16 de maio neste CNAS; Conselheira Ana Carolina Carrenho na*  
416 *reunião da Comissão de Normas no dia 16 de maio, devido ao cancelamento do seu voo.*  
417 **Convocações:** *e-mails enviados aos Conselheiros Nacionais titulares e suplentes para a oficina de*  
418 *discussão do texto preliminar da Política Nacional de Capacitação do SUAS realizada no dia 25 de*  
419 *abril de 2012 em Brasília. Aos Conselheiros integrantes da Subcomissão de Recursos do Processo*  
420 *Eleitoral da Sociedade Civil no CNAS gestão 2012-2014: Samuel Rodrigues, Antonio Celso Pasquini,*  
421 *Maria da Conceição Pires dos Santos para reunião no dia 02 e 03 de maio de 2012, de 9h às 18h em*  
422 *Brasília; aos Conselheiros Clodoaldo de Lima Leite, Samuel Rodrigues, Maria do Carmo Tourinho,*  
423 *Carlos Eduardo Ferrari, Ir. Pedro Ost, Frederico Jorge de Souza Leite para reunião da Comissão*  
424 *Eleitoral no dia 09 de maio, de 9h às 18h, realizada neste CNAS para assembleia de eleição da*  
425 *sociedade civil no CNAS, gestão 2012-2014 realizada no dia 10 de maio de 2012 a partir das 9h no*  
426 *auditório da Procuradoria Geral da União; aos Conselheiros: Renato Francisco dos Santos Paula,*  
427 *Eutália Barbosa Rodrigues, José Geraldo França Diniz, Carlos Rogério Nunes, Frederico Jorge de*  
428 *Souza Leite para reunião da Presidência Ampliada no dia 25 de abril de 2012 no auditório da SAGE.*  
429 *Ao Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite para a 112ª Reunião Ordinária da CIT realizada no dia 09*  
430 *de maio de 2012; ao Conselheiro Pedro Ost, integrante da Subcomissão de Recursos do processo*  
431 *eleitoral da Sociedade Civil no CNAS, gestão 2012-2014 para participar de reuniões nos dias 02 e 03*

432 de maio em Brasília; a Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues, Renato Francisco dos Santos Paula,  
433 Fátima Aparecida Rampin, Clodoaldo de Lima Leite, Samuel Rodrigues, Maria Aparecida do Amaral  
434 Godoi, Solange Teixeira, Marisa Rodrigues da Silva e Maria do Socorro Fernandes Tabosa, Renato  
435 Saidel Coelho, Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo, Jane Pereira Clemente para reunião  
436 extraordinária da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social realizada no  
437 dia 14 de maio de 2012 de 13h às 18h em Brasília-D; aos Conselheiros: Eutália Barbosa Rodrigues,  
438 José Ferreira Crus, Meive Osônia Piacesi, Clodoaldo de Lima Leite, Maria do Carmo Tourinho,  
439 Frederico Jorge Souza Leite, Marisa Rodrigues da Silva, Maria do Socorro Fernandes Tabosa, Cinara  
440 Dias Custódio, Leila Pizzato, Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo, Jane Pereira Clemente para  
441 reunião extraordinária da Comissão de Política da Assistência Social realizada no dia 15 de maio de  
442 2012 de 9h às 18h em Brasília; aos Conselheiros Nacionais titulares e suplentes para essa reunião  
443 ordinária a ser realizada nos dias 16, 17 e 18 de maio em Brasília. **Boletins informativos MDS:**  
444 boletim MDS número 333, de 20 a 26 de abril de 2012, boletim MDS 334, de 27 de abril a 3 de maio  
445 de 2012, boletim MDS número 335 de 04 a 10 de maio de 2012. **Publicações de Resoluções do CNAS:**  
446 Portarias; Portaria do Ministério Público número 177, de 30 de março de 2012, publicada no Diário  
447 Oficial da União de 20/04/2012 referente ao processo eleitoral do CNAS gestão 2012-2014. Resolução  
448 CNAS número 9, de 20 de abril de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 23/04/2012, seção I,  
449 que altera o artigo 11 da Resolução número 04 de 12 de abril de 2012, que dispõe sobre o processo  
450 para a apresentação dos recursos no processo de eleição dos representantes da sociedade civil no  
451 CNAS, gestão 2012-2014. Portarias número 67 e 68 de 16 de abril de 2012 publicada no Diário  
452 Oficial da União de 18 de abril de 2012. **Nomeação de Conselheiros:** número 67, designa Marisa  
453 Rodrigues da Silva para compor o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, na qualidade de  
454 membro titular do governo, representando o colegiado nacional de gestores municipais de assistência  
455 social, CONGEMAS, em substituição ao Conselheiro Sérgio Wanderly Silva. Portaria número 68,  
456 designa Charles Roberto Pranke para compor o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, na  
457 qualidade de membro suplente do governo, representando o Colegiado Nacional de Gestores  
458 Municipais de Assistência Social, o CONGEMAS, em substituição à Conselheira Marisa Rodrigues da  
459 Silva. Resolução do CNAS número 10, de 24 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União  
460 de 25/04/2012, seção I, que aprova os critérios de partilha de recurso para a construção de Centros de  
461 Referência da Assistência Social – CRAS, Centros de Referência Especializada de Assistência Social –  
462 CREAS, ou Centro de Referência Especializada para a População em Situação de Rua – Centro POP.  
463 Resolução número 11, de 24/04/2012 publicada no Diário Oficial de 25 de abril de 2012, seção I, que  
464 aprova os critérios de partilha do cofinanciamento federal para apoio à oferta do serviço de proteção  
465 social especial com pessoas com deficiência em situação de dependência e suas famílias em centros-  
466 dia de referência e em residências inclusivas e dá outras providências. Resolução CNAS número 12, de  
467 25/04/2012, publicada no Diário Oficial da União de 26/04/2012, seção I, que aprova o relatório da  
468 execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social, 1º trimestre de 2012.  
469 Resolução CNAS número 13, de 27 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 30 de  
470 abril de 2012, seção I, que estabelece os requisitos e critérios de partilha do cofinanciamento federal  
471 para apoio às ações de articulação, mobilização, encaminhamento, monitoramento, bem como  
472 estratégias para a inclusive da pessoa com deficiência no mundo do trabalho para municípios e  
473 Distrito Federal para o exercício de 2012, conforme o disposto na Resolução do CNAS número 33 de  
474 2011. Resolução CNAS número 14 de 27 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União de  
475 30/04/2012, seção II, que altera o artigo 3º da Resolução do CNAS número 05, de 13/03/2012, para  
476 substituir membros da Comissão Eleitoral para a escolha dos representantes da Sociedade Civil no  
477 CNAS, gestão 2012 e 2014. **Documentos diversos:** convite para o Congresso Virtual Internacional de  
478 Reflexões para a Rio+20, Economia Verde, Inclusão Sócio-produtiva, O papel da agricultura familiar  
479 para conhecimento e divulgação. Link do texto sobre cofinanciamento na Política de Assistência  
480 Social, comunicado Imposto de Renda recebido, proposta de pauta dessa Reunião Ordinária, parecer

481 número 158, de 2012, da CONJUR, MDS, AGU, CGU, AGU, referente ao processo eleitoral de  
482 representação da sociedade civil no CNAS, gestão 2012-2014, pauta da 112ª Reunião Ordinária da  
483 CIT ao Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite Ata da Subcomissão de Habilitação, eleição dos  
484 representantes da sociedade civil no CNAS para a gestão 2012-2014, publicada no Diário Oficial da  
485 União de 23/04/2012. Ata da Subcomissão de Recursos e ato de homologação da Comissão Eleitoral  
486 publicada no Diário Oficial da União de 04/05/2012, pauta desta Reunião Ordinária do CNAS de  
487 maio de 2012, publicada no Diário Oficial de 09/05/2012, Ata e gravação da reunião  
488 descentralizada e ampliada realizada nos dias 17, 18 e 19 de abril de 2012 em Manaus, Amazonas,  
489 Ata da assembleia de eleição dos representantes da sociedade civil no CNAS, gestão 2012-2014,  
490 publicada no Diário Oficial da União de 14/05/2012. **Participações do CNAS:** o Conselheiro  
491 Clodoaldo de Lima Leite na 111ª Reunião Ordinária da CIT no dia 12 de abril em Brasília. O  
492 Presidente deste CNAS, Carlos Eduardo Ferrari, na capacitação aos Conselheiros municipais de  
493 Assistência Social e entidades de Assistência Social com o objetivo de subsidiar os atores envolvidos  
494 para o cumprimento da Resolução número 16 no dia 26 e 27 de abril de 2012 em Maceió-Alagoas. O  
495 Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite na 112ª Reunião Ordinária da CIT no dia 09 de maio em  
496 Brasília. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva na Comissão Intersectorial do SINASE no dia 14 de  
497 maio de 2012. de 14h às 18h em Brasília. Comunicado: convite do Conselho Nacional de juventude  
498 para o seminário: Controle social e monitoramento de políticas públicas, no dia sete de maio de 2012  
499 em Brasília. O Conselho Nacional de juventude, o CONJUV, informou que concluiu o seu processo de  
500 eleição de representantes da sociedade civil para o biênio de 2012-2013, e realizou o seu ato de posse  
501 no dia 08 de maio de 2012 em Brasília. Convite para a audiência pública, intitulados os entraves e  
502 soluções para as questões étnico-raciais no Brasil, realizada no dia oito de maio de 2012, às 9h no  
503 auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. O Colegiado Nacional de Gestores Municipais de  
504 Assistência Social, o CONGEMAS, enviou informe sobre nova composição da Diretoria do colegiado,  
505 que tem como Presidente o Sr. Valdismoar Vieira Santos. Enviado o convite para a Consultoria  
506 Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para participar dessa reunião  
507 ordinária, a ser realizada nos dias 16, 17 e 18 de maio, na sala de reuniões deste Conselho. Enviado  
508 convite para a Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para  
509 participar da assembleia de eleição da sociedade civil no CNAS, gestão 2012-2014, realizada no dia  
510 10 de maio de 2012, a partir das 9h no auditório a Procuradoria-Geral da República. Convites:  
511 Associação Catarinense para a Integração dos Cegos enviou convite para a solenidade de abertura do  
512 Centro de Hospedagem da Associação Catarinense para a Integração do Cego no dia 02 de maio. Foi  
513 enviado agradecimento e informamos que não foi possível um a participação desse CNAS, devido a  
514 compromissos assumidos anteriormente. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Festão convidou  
515 o CNAS para a palestra técnica sobre as novas funcionalidade a serem implementadas no SICONV dia  
516 25 de abril, de 14h às 18h em Brasília. Agradecemos o convite e informamos que não foi possível a  
517 participação desse CNAS, devido à realização da Oficina de Discussão do Texto Preliminar da  
518 Política Nacional de Capacitação do SUAS, na mesma data. O Conselho Nacional de Assistência  
519 Social do CEAS Tocantins convidou para o Encontro Estadual de Entidades de Assistência Social, a  
520 ser realizada no dia 22 de maio em Palmas, em parceria da Secretaria do Trabalho de Assistência  
521 Social e do Conselho Estadual. Foi confirmada a presença da Conselheira Leila Pizzato, após  
522 consulta à presidência ampliada. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
523 convidou o Presidente Carlos Eduardo Ferrari para o Seminário de Gestão Orçamentária e  
524 Financeira no SUAS a realizar-se nos dias 29 e 30 de maio, em Brasília. Confirmada a presença do  
525 Presidente deste CNAS. A Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania de Curitiba convidou o  
526 CNAS para audiência pública sobre as violações sofridas pela população de rua do Paraná,  
527 implantação da Política Nacional da População em Situação de Rua, realizada no dia 08 de maio de  
528 2012, em Curitiba. Informamos que não foi possível a participação desse Conselho na referida  
529 audiência, devido a compromissos assumidos anteriormente. O Conselho Municipal de Assistência

530 Social de Caçapava/São Paulo convidou o CNAS para a exposição itinerante, “Os caminhos da pessoa  
531 com deficiência”, nos dias 15 a 18 de maio em, Vera Cruz – Caçapava/São Paulo. Agradecemos o  
532 convite e informamos que não foi possível a presença desse Conselho, em virtude de compromissos  
533 agendados anteriormente. A Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da  
534 Presidência da República convidou a Secretária-Executiva do CNAS para a quinta reunião com os  
535 Secretários-Executivos e Coordenadores dos Conselhos e Comissões Nacionais, realizadas no dia 19  
536 de maio, quarta-feira, de 14h30 às 17h30, no auditório do CECAD, confirmada a presença da  
537 Secretária. A Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Teresa Campello, convidou o  
538 Presidente Carlos Eduardo Ferrari para participar da cerimônia de lançamento da agenda de atenção  
539 básica e primeira infância, realizado no dia 14 de maio, às 15h, no salão nobre do Palácio do  
540 Planalto. Agradecemos o convite e informamos que não foi possível a participação do Presidente desse  
541 CNAS no referido evento, devido a compromissos institucionais. A Secretária de Assistência e  
542 Desenvolvimento Social de Atibaia/São Paulo convidou este CNAS para o primeiro Fórum de  
543 Assistência Social da Instância de Atibaia, realizada no dia 15 de maio de 2012, informamos que não  
544 para possível a participação desse Conselho, devido a essa reunião ordinária. A Diretoria Regional de  
545 Assistência e Desenvolvimento Social da Região do ABC convida o Presidente desse CNAS Carlos  
546 Eduardo Ferrari e para o debate sobre as principais funções e atribuições dos CRAS, à luz da Política  
547 Nacional de Assistência Social, no dia 25 de maio de 2012 em Santo André. Confirmado a presença do  
548 Presidente no referido evento. Site: notícias – assembleia de eleição para escolha dos representantes  
549 da sociedade civil, publicada a ata da Subcomissão de Recursos e ato de homologação. O CNAS  
550 realiza reunião descentralizada em Manaus, incluídos na pasta de eleição CNAS 2012-2014: o ato de  
551 homologação da comissão eleitoral, ata da Subcomissão de Recursos e ata da Subcomissão de  
552 Habilitação. Incluídas na pauta da reunião descentralizada em Manaus: programação, apresentações  
553 nas aberturas, painéis e oficinas. Incluídas na pasta de legislação: resoluções do CNAS, Resolução  
554 número 14, número 13, número 12, número 11, número 10 e número 09. Aniversariantes de maio: Ana  
555 Carolina Carrenho, 02 de maio; Léa Lúcia Braga, no dia 03 de maio; e Leila Pizzato no dia 06 de  
556 maio. Presidente, só um informe, lá da reunião de ontem. Deve está sendo distribuído também para os  
557 senhores do informe sobre a Rio+20, que ontem a Secretaria Feral da Presidência da República na  
558 reunião que eu compareci pediu que fosse divulgada junto aos Conselheiros Nacionais e pediu a  
559 ampla divulgação, principalmente do item diálogos, que vai acontecer de 16 a 18 de junho. Outra  
560 coisa que a Presidência da República pediu é que quem tem acesso ao facebook, para pedir para  
561 adicionar no Interconselhos e Conselhos e conferências, que é uma forma de divulgar todas as ações e  
562 de buscar uma nova forma de comunicação entre os membros dos Conselhos, principalmente os  
563 Conselhos Nacionais, que estão em vigor”. **Informes da CIT, SNAS e MDS.** A Conselheira Simone  
564 informou: “Que no final de junho o Ministério disponibilizará aos Conselhos de Assistência Social,  
565 municipais e do Distrito Federal uma ferramenta eletrônica, que terá como base de dados as  
566 informações de todas as entidades que se cadastraram e participaram do Censo/SUAS 2011. De modo  
567 a facilitar o processo de envio dos dados, da inscrição pelo Conselho de Assistência ao gestor da  
568 assistência social municipal do DF, responsável pelo preenchimento do Cadastro Nacional de  
569 Entidades de Assistência Social, CNEAS, na forma do artigo 19 e 11 da LOAS. Os conselhos validarão  
570 essa base de dados, de forma que constem todas as entidades inscritas anteriormente à publicação da  
571 Resolução do CNAS número de 16 de 2010 e ainda poderão editar os dados incluindo o excluindo  
572 entidades. Esse processo substituirá o envio da documentação em meio físico para o órgão gestor  
573 municipal ou do Distrito Federal e servirá como base para a implantação do Cadastro Nacional de  
574 Entidades e Organização de Assistência Social, o CNEAS. Quero informar também a esse Conselho  
575 que está aberto o termo de aceite das expansões de 2012. Para o cofinanciamento do serviço, vou  
576 lembrá-los: serviço de proteção e atendimento integral à família; serviço de ações de proteção  
577 básica executados por equipes volantes; doação de lanche de Assistência Social e cofinanciamento da  
578 sua manutenção; serviço de proteção e atendimento especializado a famílias indivíduos; serviço

579 especializado para pessoas em situação de rua; e serviço de acolhimento para a população em  
580 situação de rua. Esse serviço tem o mesmo período, de 07 a 25 de maio para o aceite dos Secretários  
581 ou Secretárias municipais do DF, e até 07 de maio... Desculpa, de 07 de maio a 1º para os conselhos  
582 municipais e do DF. O termo de aceite do cofinanciamento federal para o apoio às ações de  
583 articulação, mobilização, encaminhamento, monitoramento e estratégias para a inclusão de pessoas  
584 com deficiência no mundo do trabalho, pactuadas para o ano de 2012, do programa AC/SUAS, está  
585 aberto no período 21 de maio a 20 de junho, para os gestores municipais; e do dia 20 de junho a 27 de  
586 junho para os conselhos. Os municípios estão sendo informados por ofício, telegramas, e ativo do  
587 nosso Call Center, e-mail e telefone. A pactuação da construção de CRAS e CREAS, e centros para a  
588 população de rua, será aberto período, nós estamos só aguardando para que nós possamos soltar a  
589 nossa Portaria. É importante que as pessoas fiquem atentas, porque assim que a gente conseguir  
590 disponibilizar a nossa Portaria, estará publicada no site do nosso Ministério e os municípios  
591 habilitados apresentação de propostas serão informados e orientados por telefone e por telegrama  
592 quanto aos prazos e procedimentos relativos a essa oferta. Os termos de aceite de 2012: tanto da  
593 proteção básica e especial, quanto das equipes volantes, dar lanche, do centro de acolhimento para a  
594 população de rua, podem ser e estão disponibilizados pelo nosso site, que é  
595 <http://aplicações.mds.gov.br/sagi/snasta2012>. O Termo Capacita SUAS, o termo de aceite, eu chamo a  
596 atenção aqui, por causa aqui da presença dos conselhos estaduais, que é a primeira vez que os estados  
597 vão fazer aceite. Então Secretários Estaduais têm dia 20 a 31 de maio para fazer o aceite ao programa  
598 Capacita SUAS, e os conselhos estaduais de 1º a 11 de junho. Então peço, por favor, aí a colaboração  
599 e também da Comissão da Coordenação de Conselhos aqui do Conselho Nacional para que possa nos  
600 ajudar a divulgar o período que os conselhos municipais, estaduais e do DF tem para fazer os  
601 acordos, e também para que eles acompanhem, para que os Secretários façam o aceite no período  
602 adequado. Informo também a esse Conselho que a partir da aprovação da Lei 12.594/2012, que é a  
603 Lei do SINASE, está em curso a elaboração de orientações que tratam das convergências entre o  
604 SUAS e o SINASE, que deverá ser tratada em oficina, destinada aos técnicos dos estados prevista para  
605 o próximo mês. A formalização no compromisso para a implantação do SINASE, pelos estados e  
606 municípios, ocorrerá após de Encontro Nacional, a ser realizada pela Comissão e Intersetorial do  
607 SINASE, com data prevista para junho do corrente. Finalmente é de se ressaltar que todas as  
608 informações de expansão do serviço do SUAS relacionadas a agendas prioritárias incluídas no Brasil  
609 Sem Miséria, estão relacionadas no site do nosso Ministério. Informou também a esse Conselho que  
610 nós faremos, o Ministério do Desenvolvimento Social fará um seminário nacional, chamado Seminário  
611 de Gestão Orçamentária e Financeira do SUAS, que será nos dias 29 e 30 de maio. Quem serão os  
612 participantes? Os participantes prioritários serão os gestores dos Fundos Estaduais de Assistência  
613 Social, gestores, o Diretores ou Coordenadores, cada estado tem um nome, consultores jurídicos das  
614 Secretarias de Estado, os Tribunais de Contas Estaduais, os CONGEMAS, o COEGEMAS, o  
615 FONSEAS, TCU, CGU, AGU, Ministério Público da União, Casa Civil, Fundo Nacional da Educação,  
616 Fundo Nacional de Saúde, frentes parlamentares em defesa da assistência social e o Conselho  
617 Nacional de Assistência Social. O seminário tem como objetivo discutir as normativas do SUAS, à luz  
618 da gestão financeira depois da prorrogação da Lei 12.435, e as incorporações que ela trouxe à Lei  
619 Orgânica da Assistência Social. Então no dia 29 nós teremos uma conferência, o SUAS e o Direito à  
620 Assistência Social, que será feita pela Dra. Ana Paula, professora da universidade do Rio Grande do  
621 Sul e a Consultoria Jurídica do nosso Ministério, na pessoa da sua Consultora Jurídica. Depois  
622 teremos uma mesa, que discutirá o financiamento da assistência social no Brasil. Depois teremos uma  
623 mesa, que vai discutir a estruturação dos Fundos de Assistência Social, aí com o Diretor e  
624 Coordenadores do Fundo Nacional de Assistência Social. Depois nós teremos uma mesa, que falará  
625 sobre o papel do controle no SUAS, onde terá a presença do Conselho Nacional de Assistência Social,  
626 do TCU, do CGU, do Ministério Público e um representante dos Tribunais de Contas Estaduais. Por  
627 fim, faremos uma mesa sobre a realização do repasse regular e automáticos nos estados. Nós também

628 *teremos no dia 29, à noite, o lançamento de um caderno que o IPEA lançou sobre o cofinanciamento e*  
629 *responsabilidade federativa na Política de Assistência Social e também o lançamento do Caderno*  
630 *SUAS volume V, que é o financiamento da assistência social no Brasil. É um caderno que é feito há*  
631 *muitos anos já pela nossa Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do nosso Ministério. O MDS*  
632 *custeará as passagens para quatro representantes dos governos estaduais e terá o apoio também do*  
633 *Fórum de Secretários Estaduais e do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência*  
634 *Social. Também tenho muito prazer em comunicar a esse Conselho que já temos os resultados do*  
635 *registro de atendimento nos serviços socioassistenciais, realizados nos CRAS e nos CREAS de todo o*  
636 *Brasil. São dados muito importantes, nós temos hoje acompanhadas no PAIF 1.695.464 famílias por*  
637 *mês, dado muito importante. Entram no PAIF por mês 220.352 famílias, dessas nós já temos, só no*  
638 *mês de janeiro, 72.947 famílias em situação de extrema pobreza, 143.815 famílias que foram*  
639 *acompanhadas pelo PAIF no mês de janeiro são beneficiárias do programa Bolsa Família. Em*  
640 *descumprimento de condicionalidades do Bolsa 22.083, 37.063 famílias com membros beneficiários do*  
641 *BPC, 26.265 famílias com crianças e adolescentes em situação do trabalho infantil, e 36.027 famílias*  
642 *com adolescentes, com usuários dos serviços de convivência para adolescentes. Do volume de*  
643 *atendimento realizado no CRAS aqueles foram os acompanhamentos, agora só os atendimentos, além*  
644 *dos acompanhamentos, que são acompanhamento sistemáticos realizados pelo PAIF, nós também*  
645 *temos famílias que vão aos CRAS para serem atendidas, tem o atendimento rápido. Então são 945.922*  
646 *atendimentos por mês nos Centros de Referência de Assistência Social. Nós cadastramos no cadastro*  
647 *único nos CRAS por mês, para a inclusão no cadastro único, 134.669 novas famílias, e fazemos*  
648 *atualização cadastral, no cadastro único, de 185.009 famílias. Também encaminhamos para acesso de*  
649 *Benefício de Prestação Continuada 23.828 famílias, e os CRAS referenciam por mês aos Centros de*  
650 *Referências Especializadas 6.128 famílias. Dos atendimentos feitos nos CRAS brasileiros, nós temos*  
651 *461.814 famílias que participam regularmente de grupos de convivência no âmbito do PAIF. Nós*  
652 *temos 69.191 famílias com crianças pequenas, que participam do serviço de convivência e*  
653 *fortalecimento de vínculos. Temos 209.597 famílias com crianças e adolescentes de seis a 15 anos que*  
654 *participou do serviço de convivência e 182.803 famílias de jovens, que participam do serviços de*  
655 *convivência. Nós temos também um total de 287.083 idosos, nós temos 249.154 pessoas que*  
656 *participaram, que participam por mês de palestras, oficinas e atividades coletivas de caráter*  
657 *continuado, e também já temos uma boa surpresa, que é a participação de 20.555 pessoas com*  
658 *deficiência, que participam do serviços de convivência, que são ofertados nos CRAS. Nós temos os*  
659 *dados também do atendimento dos serviços especializados do PAEF, no total do mês de janeiro nós*  
660 *temos 159.260 famílias acompanhadas pelo PAEF e foram inseridas só no mês de janeiro 22.581*  
661 *famílias no serviço de proteção e atenção especializada a famílias, o PAEF. Dessas, nós temos 9.778*  
662 *beneficiários do programa Bolsa Família, 3.012 beneficiários do BPC, 3.382 em situação de trabalho*  
663 *infantil e 1.838 famílias com crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento. Então, Presidente,*  
664 *considero que esses são dados muito importantes, rapidamente nós temos registros individualizados*  
665 *das famílias com o número do (ininteligível) para que possamos dar mais visibilidade aos serviços*  
666 *ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social. Informo também a Portaria Interministerial do*  
667 *Ministério, MEC, Ministério da Saúde, SDH, que é a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência*  
668 *da República número 01, de 12 de março de 2008, ela está sendo revista, que é a Portaria*  
669 *Interministerial do BPC na Escola. Essa Portaria ela traça todas as diretrizes e ações para o*  
670 *Programa BPC na Escola. O Conselheiro Clodoaldo pediu a mim também que eu fizesse aqui uma*  
671 *rápida exposição, que eu vou fazer de uma vez e vou passar para a Conselheira Solange, acerca das*  
672 *discussões feitas na Comissão Intergestores Tripartite. Primeiro a CIT discutiu a ampliação de prazos*  
673 *para implantar os CRAS, foi uma atitude da CIT de ampliar os prazos para que os municípios possam*  
674 *implantar os Centros de Referência de Assistência Social. A CIT também discutiu a revisão da*  
675 *NOB/SUAS, fez uma análise e discutiu, e resolveu, Presidente Carlos, tomou uma decisão, que me*  
676 *pareceu muito pertinente, que é a ideia de a gente poder fazer no SUAS algumas Normas Operacionais*

677 *Básicas Temáticas, já que a gente já tem a NOB-RH, então nós dividiremos a NOB de acordo com os*  
678 *seus temas. E a CIT vai terminar, então, a pactuação da parte da gestão e do financiamento, e depois*  
679 *ela discutirá a Norma Operacional Básica de Regionalização, e depois discutirá a Norma Operacional*  
680 *Básica da Qualidade dos Serviços. Tendo em vista que a CIT concluiu que não é possível ficar*  
681 *esperando que haja um acúmulo do custo dos serviços, dos indicadores necessários para a discussão*  
682 *da qualidade dos serviços, sendo que a gente pode ir discutindo e acumulando por partes as*  
683 *regulamentações, as normativas que o SUAS precisa fazer. Então acredito que nós enviaremos a esse*  
684 *Conselho Nacional a Norma Operacional Básica da gestão e da gestão financeira até o mês de julho.*  
685 *Outra discussão que houve na CIT foi o relato da Câmara Técnica acerca dos serviços regionais, a*  
686 *CIT retomou a discussão tendo em vista a importância de que a gente possa discutir a cobertura dos*  
687 *serviços de média complexidade, para principalmente os municípios com menos de 20.000 habitantes.*  
688 *Então essa é uma demanda grande de acesso a serviços e de média complexidade, média e alta*  
689 *complexidade, na verdade, e nós vamos retomar o trabalho da Câmara técnica, que terá reunião no*  
690 *próximo mês, um dia antes da CIT. E o último assunto a ser tratado na CIT foi a mudança da sua data*  
691 *de reunião, por causa do feriado de Corpus Christi. Então a CIT será feita excepcionalmente no mês*  
692 *de junho, no dia 05 de junho”. A seguir, a Conselheira Solange, complementou os Informes do MDS,*  
693 *agradecendo, inicialmente, pela convivência que havia tido no CNAS, colocando-se à disposição:*  
694 *“Relatou que o novo benefício do Bolsa Família. Dentro do plano Brasil Sem Miséria, no dia 14*  
695 *último, a Presidente da República apresentou uma ação Brasil Carinhoso, dentro do Brasil Carinhoso*  
696 *tem uma série de medidas adotadas objetivando a erradicação, a superação da extrema pobreza. E*  
697 *dentro dessas medidas, foi se criado o benefício para a superação da extrema pobreza na primeira*  
698 *infância, que é um benefício destinado às famílias beneficiárias do Bolsa Família, é mais um benefício*  
699 *dentro do programa Bolsa Família, destinado às famílias extremamente pobres, com renda per capita*  
700 *até R\$70,00 que estejam já no Bolsa Família, que tenham crianças de zero a seis anos, de forma que*  
701 *essas famílias terão o hiato de pobreza fechado, a complementação do hiato de pobreza, que é no*  
702 *valor de R\$70,00 fechado. É um benefício que está causando um pouco de polêmica, confusão, a*  
703 *própria imprensa e eu já ouvi várias, até mesmo o Senador Rodrigo Rollemberg disse que cada pessoa*  
704 *da família iria receber um benefício de R\$70,00. Não é isso, é da maior importância que isso chegue*  
705 *em todos os segmentos, na ponta, não é isso, é o fechamento do hiato de pobreza. Ou seja, computado*  
706 *a renda declarada no cadastro, as famílias beneficiárias do Bolsa Família, tem que estar no Bolsa*  
707 *Família necessariamente, é um requisito, tem que ter criança de zero a seis, obrigatório, tanto que é a*  
708 *primeira infância. Estando dentro do Bolsa Família, com criança de 06, que tenham somado todos os*  
709 *benefícios recebidos, mais a renda do cadastro declarado, e que aquela família não alcance R\$70,00,*  
710 *esta família terá o benefício complementado. Um exemplo: uma família que tem na sua composição*  
711 *sete pessoas, duas crianças ou uma criança, ou três crianças, de zero a seis, que tenha uma renda per*  
712 *capta já computado o benefício do Bolsa Família que ela recebe, a sua renda e o benefício, de*  
713 *R\$50,00, esta família vai receber mais R\$20,00 por pessoa, multiplicado por sete pessoas, ela vai ter*  
714 *mais um benefício agregado de R\$140,00. Então este benefício não está sendo destinado a todas as*  
715 *famílias, é para famílias que, com crianças de zero a seis, computado o benefício do PBF, ela fica com*  
716 *uma renda per com R\$70,00, zero a R\$70,00, é menor que R\$70,00 incluindo os R\$70,00. No primeiro*  
717 *momento a estimativa é que dois milhões de famílias serão alcançadas nesse primeiro momento, e aí*  
718 *como o benefício, ele é um benefício, ele é uma coisa, e ele é assim,, que cada mês a folha de*  
719 *pagamento é gerada com um número, tem um processo também de busca ainda a ser feito de*  
720 *famílias que estão fora do cadastro, que ainda é um número considerável, então possivelmente no*  
721 *próximo ano esse benefício alcançará mais famílias. É isso que eu tinha a informar aos senhores”. O*  
722 *Conselheiro Pedro Ost indicou que no site do MDS havia um link, com essa documentação podendo ser*  
723 *repassado ao site do CNAS. A Conselheira Marisa procedeu a registros do CONGEMAS, informando a*  
724 *participação na reunião do SINASE, indicou o convite da Secretária Nacional para que o CONGEMAS*  
725 *e os Presidentes dos COEGEMAS para participar nos dias 29 e 30 de maio de um seminário de gestão*



726 financeira no SUAS. Informou a participação representando o CNAS na reunião do SINASE, no dia  
727 14, para tratar da programação do encontro dos SINASE, falando sobre o mesmo. Ressaltou a  
728 importância de que o SUAS fizesse um alinhamento com o SINASE do programa municipal dos  
729 serviços de meio aberto, ofertados pelos Centros de Referência Especializada. Sugeriu ao CNAS  
730 encaminhar uma proposta de pauta futura na Comissão de Política, para trazer a Coordenadora do  
731 SINASE, o MDS na Diretoria da Proteção de média complexidade, da proteção especial, para que os  
732 Conselheiros pudessem contribuir nessa discussão. A Conselheira Márcia Mansur informou que no dia  
733 seguinte seria o dia da luta antimanicomial e do combate à exploração sexual contra crianças e  
734 adolescentes, deixando material para quem estivesse interessado na sua divulgação. Falou sobre a  
735 campanha contra a medicalização da sociedade como um todo, nesse momento, especificamente, a  
736 medicalização de crianças na escola, deixando o material para divulgação. Ressaltou que os municípios  
737 vinham abrindo concurso para o SUAS, o que era muito importante, mas com a bibliografia sendo  
738 sobre o SUS, não se falando em Assistência Social, apesar de ser para diversas áreas, e para psicólogos  
739 e assistentes sociais, especificamente para o CRAS, com a matéria sendo sobre o SUS, sendo  
740 importante que fosse feito algo a respeito. O Conselheiro José da Cruz informou o levantamento feito  
741 sobre editais de concurso público para a área da Assistência Social, concluindo que a matéria cobrada  
742 não tinha nada a ver com a área, encabeçando o movimento de se ter um caderno também com as  
743 referências bibliográficas obrigatórias, atendendo as necessidades e as especificidades locais, regionais  
744 e estaduais. Informou que o Conselho Federal de Serviço Social e os conselhos regionais estavam  
745 orientando, com os municípios tendo algumas iniciativas de contribuir no processo seletivo desses  
746 trabalhadores de concurso público. Que era outra pauta da gestão do trabalho esse debate nosso com as  
747 categorias profissionais, para que pudessem contribuir com esse processo. A Conselheira Márcia  
748 informou a distribuição de orientações para gestores sobre a psicologia no SUAS, com sugestões de  
749 temas para os concursos de psicólogos, podendo se articular essa questão. O Presidente informou que  
750 no dia 27/07/2010 havia solicitado ao CNAS uma verificação de nada consta quanto às emissões de  
751 diárias e passagens até aquele momento, tendo observado antes do dia 12 de abril uma série de  
752 inconsistências e um Memorando da Subsecretária de Assuntos, Dra. Natacha, questionando o número  
753 de diárias e passagens utilizadas, colocando boa parte, de 2010, na condição de inconsistência.  
754 Informou os procedimentos que havia tomado com relação ao assunto, com a Secretaria-Executiva  
755 desse Conselho encaminhando a análise da SNAS à CONJUR no dia 10 de maio de 2011, tendo sido  
756 aberto um processo. Informou que a CONJUR havia analisado a documentação, indagando à SAA os  
757 motivos de inconsistência, visto que todas as prestações de contas estavam fechadas, não existindo  
758 resposta da Subsecretaria. Recordou que no dia 24 de maio de 2001 havia saído da reunião no Pleno e  
759 participado de uma reunião com a Ministra, para tratar desse e de outros assuntos, com a mesma se  
760 comprometendo a resolver o problema, o que não havia acontecido até esse momento. Que até o dia 24  
761 de janeiro de 2012 a Subsecretaria de Assuntos Administrativos não havia respondido os  
762 questionamentos da CONJUR, informando que a Secretaria-Executiva do MDS era quem deveria  
763 resolver o problema, com o processo arrastando-se sem solução. O Presidente destacou que não estava  
764 em situação de inadimplência, mas não resolviam a situação, não podendo viajar por qualquer  
765 Ministério, tendo sido aberta uma exceção para participar das reuniões do CNAS. Que gostaria de  
766 manifestar e deixar registrado o desconforto de sentir o desrespeito, não apenas como cidadão  
767 brasileiro, mas também na condição de Presidente do CNAS. Registrou o empenho da Secretária  
768 Nacional, da Secretária Nacional Adjunta, Valéria Gonelli, do Vice-Presidente, mas quando chegava na  
769 Secretaria-Executiva desse Conselho não davam nenhuma resposta. Que a única alternativa via era ir à  
770 Se e deixar registrada essa situação, esperando ser recebido pelo Dr. Marcelo Cardona, solicitando o  
771 processo para tomar conhecimento do seu conteúdo. O Conselheiro Carlos Rogério ressaltou que essa  
772 situação poderia acontecer com qualquer Conselheiro, oferecendo-se para o acompanhar à SE e  
773 indagando ao Pleno se alguém mais se solidarizava, com o Conselheiro Clodoaldo concordando com  
774 essa sugestão. O Conselheiro José Geraldo lembrou que no dia anterior havia entrado em vigor a Lei de

775 Acesso à Informação, sendo que após requerida a resposta deveria sair em 48 horas. O Conselheiro  
776 Frederico ponderou que utilizar a LAI seria um retrocesso ao processo e às ações já executadas, com o  
777 conselho como um todo devendo ser solidário ao Presidente, para que houvesse uma resposta sobre sua  
778 situação. A Conselheira Márcia esclareceu sobre as informações com relação ao concurso de Belo  
779 Horizonte, tendo feito uma denúncia de outro município, que não havia incorporado o SUAS, o que  
780 não havia acontecido em BH. Prosseguindo, O Presidente agradeceu a solidariedade dos Conselheiros,  
781 solicitando o apoio da Conselheira Ana Carolina de como redigir um texto juridicamente embasado, já  
782 com base na Lei de Acesso à Informação, que colocou a necessidade de ter acesso ao processo para se  
783 manifestar. O Presidente indagou se o Dr. William se encontrava no Pleno, quem se manifestou, tendo  
784 conhecimento dessa situação nesse momento, visto que havia sido encaminhado para outra  
785 Coordenação,. Que era direito do Presidente ter acesso aos autos para poder dar o devido andamento a  
786 essa solicitação, sendo atendido e esclarecido o mais rápido possível, considerando o tem que se  
787 prolongava. Ponderou que havia, de fato, apoio jurídico para ter o acesso a essas informações e para  
788 que se pudesse dar um deslinde a esse processo. O Presidente contava com os Conselheiros para o  
789 acompanharem no dia seguinte, com o Conselheiro Frederico sugerindo que fossem nessa mesma tarde,  
790 com a Conselheira Ana Carolina esclarecendo que para produzir o texto teria que tomar conhecimento  
791 do que estava no processo. A Conselheira Leila informou que havia solicitado o nada consta em um  
792 movimento da Sociedade Civil, tendo recebido o documento no início de abril, com o Presidente  
793 informando que os demais Conselheiros estavam tudo certo. A Conselheira Maria Aparecida ressaltou  
794 que se tratava do Presidente do CNAS, com os procedimentos internos da CONJUR devendo se voltar  
795 para a resolução desses problemas, parecendo que o próprio membro tinha a responsabilidade de provar  
796 que não estava errado. Questionou a falta de sintonia dentro dos órgãos públicos, mas que apesar de o  
797 Dr. William tomar conhecimento do assunto apenas nesse momento, poderia tomar uma atitude e  
798 resolver possivelmente até no dia seguinte. O Dr. Willian esclareceu que não tinha conhecimento dessa  
799 situação, mas isso não queria dizer que a Consultoria Jurídica não havia tomado conhecimento e se  
800 manifestado, com o processo tendo sido formalizado e encaminhado à SAA, que por sua vez havia  
801 redirecionado para a Secretaria-Executiva, onde estava pendente, já tendo havido manifestação da  
802 CONJUR sobre isso. O Conselheiro Renato de Paula manifestou solidariedade para com o Presidente,  
803 com o assunto tendo sido colocado no dia anterior na Presidência Ampliada, tendo sugerido a ida à SE.  
804 Que o parecer da CONJUR já constava do processo, sendo uma medida administrativa de sentar no  
805 sistema e baixar, tendo que conversar com o Secretário-Executivo Adjunto e solicitar as devidas  
806 providências, destacando que a SNAS havia tomado as providências pertinentes, registrando o  
807 empenho da Secretaria-Executiva do CNAS para que pudessem montar e encaminhar o processo.  
808 Ponderou encontrar politicamente correto que a Sociedade Civil acompanhasse Presidente, mas que  
809 poderia falar em nome do Conselho como um todo, não tendo nenhum constrangimento para os  
810 Conselheiros governamentais que não acompanhariam o Presidente. **ENCERRAMENTO.** O  
811 Presidente encerrou a reunião para o almoço, após o qual se reuniram para definir a ida à Secretaria-  
812 Executiva. **ABERTURA.** Aos dezoito dias de maio de dois mil e doze, o Presidente deu início à  
813 reunião, solicitando à Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros na titularidade:  
814 Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque;  
815 Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues; Conselheira Fátima Aparecida Rampin; Conselheiro José  
816 Ferreira da Crus, Conselheira Léa Lúcia Braga; Conselheiro Pedro Ost; Conselheiro Clodoaldo de  
817 Lima Leite; Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari; Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite;  
818 Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes; Conselheira Ana Carolina Carrenho; e, Conselheiro  
819 Samuel Rodrigues. Conselheiros na suplência: Conselheira Solange Teixeira; Conselheira Leila  
820 Pizzato; Conselheiro José Araújo da Silva; Conselheira Jane Pereira Clemente; Conselheira Maria da  
821 Conceição Pires dos Santos. **Avaliação de pendências encaminhadas às Comissões Temáticas ainda  
822 não executadas.** Informou que o levantamento das pendências havia sido levantado e entregue aos  
823 Coordenadores de Comissão, citando os coordenadores presentes, que estavam na Presidência

824 Ampliada e haviam recebido esse documento. Informou que lhes havia proposto que analisassem o  
825 relatório e se preparassem para falar sobre o mesmo na posse do novo Conselho, apresentando  
826 funcionamento, competências e desafios das suas Comissões, como uma forma de capacitação para os  
827 novos Conselheiros. Indagou aos Coordenadores se queriam se manifestar e à Plenária se existia outro  
828 encaminhamento diferente do que havia proposto. O Conselheiro José da Cruz observou que o primeiro  
829 ponto de pauta não seria o relato da Comissão de Políticas, colocando haver várias questões para  
830 deliberar, manifestando preocupação por haver várias questões a serem deliberadas nesse Pleno. O  
831 Presidente resgatou a pauta: que a Comissão de Políticas tinha uma Resolução que implementava o  
832 ACESSUAS; a Comissão de Financiamento tinha aprovação dos parâmetros e a execução orçamentária  
833 da 8249; a Presidência Ampliada dependia de aprovação da ata da próxima reunião; e a Comissão de  
834 Normas tinha o do DRSP, todas dependendo de quorum. Ponderou como o item de pauta era curto,  
835 deveriam seguir a pauta, com a Secretária-Executiva informando haver quorum qualificado. O  
836 Conselheiro José da Cruz sugeriu que as Comissões de Financiamento e de Política fizessem seus  
837 relatos e apresentassem as suas Resoluções, com aprovação pelo Pleno, e posteriormente o debate seria  
838 aberto, invertendo a ordem da pauta. O Conselheiro Frederico observou que havia itens de pauta do dia  
839 anterior pendentes, propondo que continuasse o processo de discussão trazido pelo Presidente. O  
840 Presidente considerou vencido o item de pauta que tratava das pendências das Comissões. A  
841 Conselheira Leila questionou o vencimento do item, com o Presidente esclarecendo o levantamento das  
842 pendências das comissões e a proposta de apresentação no dia da posse, com três grandes eixos:  
843 funcionamento das Comissões, competências e desafios, com o item sendo acatado pelo Pleno. **Relato**  
844 **da Comissão de Política**, pelo Conselheiro Frederico: *“Reunião extraordinária da Comissão de*  
845 *Política. Data: 15 de maio de 2012; das 10h às 19h; o local: CNAS, Sala 108. Integrantes da*  
846 *Comissão de política: Clodoaldo de Lima Leite; Cinara Dias Custódio; Eutália Barbosa Rodrigues;*  
847 *Frederico Jorge de Souza Leite; Jane Pereira Clemente; José Crus; Leila Pizzato; Maria auxiliadora*  
848 *Bezerra de Araújo; Maria do Carmo Tourinho; Maria do socorro Fernandes Tabosa; Marisa*  
849 *Rodrigues da Silva; Meive Ausônia Piacesi. Convidados: Ana Luíza Coelho Moreira –*  
850 *MDS/SNAS/DBA; André Duarte Lins – MDS/DBA/CGAB; Carlos Alberto Ricardo júnior –*  
851 *DPSE/SNAS; Carlos Eduardo Ferrari – CNAS; Denise Colin – MDS; Deusina Lopes da Cruz –*  
852 *MDS/SNAS/DBA; Elyria B Yochida Credidio – MDS/SNAS/DBA; Fábio Moassab Bruni –*  
853 *MDS/SNAS/DPSE; José Crus – MDS; Josibel Rocha Soares – MDS; Maria Aparecida Godoi Faria –*  
854 *CNAS; Maria Ester S. Claro – prefeitura de Campinas; Maria Silvia Coviello Boscano – FEBRAEDA;*  
855 *Mariana Fernandes Campos – DPSE/SNAS/MDS; Mariana S. Machado Neris - DPSE/SNAS/MDS; Maria*  
856 *José de Freitas – DBA/SNAS/MDS; Marcelo Alvares de Sousa – SESEP/MDS; Moises do E. Santo Júnior- CIEE;*  
857 *Paula M. Grael – Prefeitura de Campinas; Raquel Castanheira – DBA/SNAS/MDS; Telma Maranhã –*  
858 *DPSE/SNAS/MDS; Tiago Falcão – SESEP/MDS; Simone Albuquerque – DGSUAS/SNAS/MDS; Vera L. F.*  
859 *Mendes – ATSPCD/MS. Secretaria-Executiva – CNAS: Carolina Ribeiro; Maria Antonia Pereira Valente; Maria*  
860 *Auxiliadora Pereira; Rosiely Alves de Brito Bomfim. Convidados e integrantes da Comissão fizeram*  
861 *menção e parabenizaram os assistentes sociais pelo seu dia. 1 - Programa de Promoção da Integração*  
862 *ao Mundo do Trabalho: A partir da aprovação pelo CNAS da Resolução nº 13, de 27 de abril de 2012,*  
863 *que estabelece os requisitos e critérios de partilha do cofinanciamento federal para apoio às ações de*  
864 *articulação, mobilização, encaminhamento, monitoramento, bem como estratégias para a inclusão da*  
865 *pessoa com deficiência no mundo do trabalho para municípios e Distrito Federal em 2012, a Plenária*  
866 *do CNAS remeteu a esta Comissão o debate da proposta do Programa da Integração ao Mundo do*  
867 *Trabalho. A reunião iniciou com a participação da Senhora Denise Colin, Secretária Nacional de*  
868 *Assistência Social – SNAS/MDS e do Senhor Tiago Falcão, Secretário da Secretaria Extraordinária*  
869 *para Superação da Extrema Pobreza – SESEP/MDS. A Secretária Denise enfatizou a importância do*  
870 *momento para discussão e aprofundamento da proposta desse programa que visa, sobretudo, conferir*  
871 *dignidade humana por meio da viabilização do acesso ao mundo do trabalho, considerando que o*  
872 *mercado de trabalho por si só não cumpre a função de incluir as famílias em situação de*

873 vulnerabilidade. Ressaltou que o programa está incorporado no Sistema de Proteção Social,  
874 respeitando-se os acordos e pactos entre os Entes Federados e a SESEPIMDS, com o cuidado de não  
875 atribuir responsabilidades de ordem de outras Políticas Públicas para a Assistência Social. O  
876 Secretário Tiago Falcão informou sobre a atuação da SESEP na articulação e mobilização de esforços  
877 do governo federal, estados e municípios para a superação da extrema pobreza. O principal foco são  
878 os 16 milhões de brasileiros cuja renda familiar per capita, é inferior a R\$ 70,00 mensais, visando sua  
879 inserção na cidadania. Nesses últimos meses 600 mil famílias extremamente pobres foram encontradas  
880 e cadastradas no CADÚNICO. Vários esforços estão sendo realizados para alcançar a inclusão dessas  
881 famílias nas políticas sociais, tais como inovações profundas no Programa Bolsa Família, priorização  
882 de educação integral com dois turnos, com a garantia de acesso à educação a crianças beneficiárias  
883 do Bolsa Família; participação mais efetiva dos agentes de saúde no auxílio ao cadastramento dessas  
884 famílias, construção de Unidades Básicas de Saúde nos territórios mais vulneráveis, incluindo zonas  
885 urbanas e rurais; desenvolvimento de uma agenda de doenças negligenciadas relacionadas com  
886 situações de extrema pobreza; ações de expansão do Programa Brasil Sorridente; Programa Brasil  
887 Carinhoso, lançado no dia 14 de maio pela presidente Dilma Rousseff, que tem como objetivo tirar da  
888 miséria crianças de 0 a 6 anos de idade, cuja renda familiar per capita seja inferior a R\$ 70,00 bem  
889 como diversas ações com o PRONATEC, dentre elas, esse programa, em parceria com SUAS. O  
890 Secretário se disponibilizou a encaminhar um release sobre o Programa Brasil Carinhoso para o  
891 CNAS, CONGEMAS e FONSEAS e colocou-se à disposição para retomar ao CNAS para tratar de  
892 outros temas. Em seguida a Conselheira Maria do Socorro Tabosa fez a apresentação do Programa,  
893 ressaltando que a Resolução CNAS nº 33/2011 é a normativa orientadora desse programa e que o  
894 mesmo não tem o objetivo de abarcar todos os princípios e diretrizes contidos na referida resolução. A  
895 Comissão de Política fez várias contribuições ao conteúdo do programa, sendo todas elas acolhidas na  
896 sua descrição: alteração do nome: Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do  
897 Trabalho – ACESSUAS/TRABALHO; necessidade de se dar ênfase ao caráter protetivo da assistência  
898 social para esse público específico, por meio de ações intersetoriais com outras políticas; explicitação  
899 do aspecto formativo nas ações de mobilização; ações de sensibilização junto às instituições ofertantes  
900 sobre as barreiras atitudinais; identificação de barreiras que impedem a participação do usuário;  
901 explicitação da forma de execução das ações do Programa, de forma direta ou em parceria com as  
902 entidades e organizações de assistência social; bem como a inclusão dos conselhos de assistência  
903 social no acompanhamento, fiscalização e monitoramento da execução do programa.  
904 Encaminhamento: - A Comissão de Política propõe ao CNAS a aprovação da Resolução que institui o  
905 Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS- TRABALHO e seu  
906 respectivo anexo. 2- Discussão sobre o Plano Viver sem Limite: Serviços de Proteção Social Especial  
907 para Pessoas com deficiência, em situação de dependência e suas Famílias em Centros - Dia de  
908 Referência e em Residências Inclusivas. O CNAS aprovou a Resolução nº 11, de 24 de abril de 2012  
909 que define os critérios de partilha do cofinanciamento federal para apoio à oferta dos Serviços de  
910 Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, em situação de dependência, e suas Famílias  
911 em Centros-Dia de Referência e em Residências Inclusivas, tendo como encaminhamento da Plenária  
912 a discussão desse tema no âmbito da Comissão de Política em maio. Uma apresentação detalhada  
913 sobre a implementação dos Centros-Dia e das Residências Inclusivas foi feita pela Coordenadora  
914 Geral de Serviços de Acolhimento do DPSE/SNAS, Mariana S. Machado Neris e pela Diretora do  
915 Departamento de Proteção Social Especial, Telma Maranhão. Também participaram desse momento as  
916 representantes do Ministério da Saúde, Vera Mendes e Mariana Fernandes Campos, considerando a  
917 estreita interface desses serviços com a saúde. A Diretora Telma Maranhão informou que a Casa Civil  
918 está preparando uma portaria interministerial que definirá a estrutura, a execução e o monitoramento  
919 desses serviços de forma articulada e intersetorial entre a assistência social e a saúde.  
920 Encaminhamento: - Que o CNAS coordene, em parceria com a SNAS, a realização de uma Oficina  
921 Orientadora sobre os Serviços de Proteção Social Especial para Pessoas com deficiência, em situação

922 *de dependência e suas Famílias em Centros- Dia de Referência e em Residências Inclusivas. Essa*  
923 *oficina terá como objetivo debater os conceitos e matriciamento desses serviços, com a previsão de*  
924 *que a mesma ocorra entre julho e agosto e, terá como participantes os municípios que firmaram o*  
925 *Aceite previsto na Resolução CNAS nº 11/2012, MDS, MS, CNAS, CNS, CONGEMAS e FONSEAS. 3.*  
926 *Política Nacional de Capacitação do SUAS - PNC/SUAS: A Diretora do Departamento de Gestão do*  
927 *SUAS, Simone Albuquerque iniciou sua participação fazendo uma avaliação positiva da Oficina de*  
928 *Discussão do texto preliminar da Política Nacional de Capacitação do SUAS - PNC/SUAS, realizada*  
929 *em 25 de abril de 2012, ressaltando que a presença de estudiosos da área representados pelas*  
930 *universidades das cinco regiões do Brasil e pelas associações de ensino e pesquisa de categorias*  
931 *profissionais; trabalhadores do SUAS, conselheiros, gestores e colaboradores, inclusive com a*  
932 *importante presença do Ministério da Educação, que deu um caráter de institucionalidade nesse*  
933 *esforço conjunto de aprimoramento da PNC/SUAS. Foi feita uma análise profunda da proposta da*  
934 *PNC/SUAS, com contribuições em relação ao título, aos princípios, aos objetivos e a relação entre*  
935 *eles, como ênfase na noção de educação permanente para os patamares formativos, visando o*  
936 *atendimento ao público específico da assistência social. O Coordenador Geral da Gestão do Trabalho -*  
937 *DGSUAS/SNAS, José Crus ratificou a avaliação feita pela Diretora Simone enfatizando que o desenho*  
938 *da programação contribuiu para a riqueza dos debates e o detalhamento das contribuições feitas ao*  
939 *texto da PNC/SUAS. Encaminhamentos: - Criação de um Grupo de Trabalho para trabalhar na*  
940 *incorporação das contribuições dessa Oficina ao texto da PNC/SUAS, com a seguinte proposta de*  
941 *composição: - Jucimere Isolda Silveira - PUC/PR; - Stela Ferreira - PUC/SP; - Esther Luiza de Souza*  
942 *Lemos - representante do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS. A Secretária Executiva do*  
943 *CNAS, em articulação com o Departamento de Gestão do Trabalho - DGSUAS/SNAS articulará um*  
944 *calendário de reuniões para esse fim. - Encaminhar cópia da gravação e da ata da Oficina para os*  
945 *conselheiros do CNAS e integrantes do referido Grupo de Trabalho. 4. Moções da VIII Conferência*  
946 *Nacional de Assistência Social e moções de Conferências Estaduais recebidas pelo CNAS. A partir da*  
947 *deliberação da Plenária do CNAS, a Comissão de Política analisou as moções de repúdio, de apoio e*  
948 *de reivindicação, de forma a contextualizar os encaminhamentos aos respectivos destinatários.*  
949 *Apreciou também moções recebidas das conferências estaduais de Assistência Social de Santa*  
950 *Catarina e do Ceará. Encaminhamento: - Visando melhor contextualizar o encaminhamento de*  
951 *moções e a resposta, às moções das conferências estaduais, solicitar à SNAS a elaboração de Notas*  
952 *Técnicas referentes à: (1) "Judicialização" do SUAS, nos termos da utilização de mão-de-obra de*  
953 *secretarias de assistência social para atender às demandas do Judiciário e Ministério Público; e (2)*  
954 *Situação de trabalho precarizado no SUAS (CRAS e CREAS) em função de terceirizações realizadas*  
955 *pelos órgãos gestores. Assina Coordenador Adjunto da Comissão de Política Clodoaldo de Lima*  
956 *Leite." A Conselheira Leila se referiu ao ponto um e dois, com o CNAS tendo que atentar para o fato*  
957 *que primeiro havia aprovado os critérios de partilha para depois discutir o programa, devendo ser ao*  
958 *contrário, tendo que se ter mais tempo para essas análises. O Conselheiro José da Cruz observou que o*  
959 *CNAS sempre teve esse cuidado, com esse fato sendo consequência da não realização da reunião da*  
960 *Comissão de Política na Reunião Ampliada e Descentralizada em Manaus. A Conselheira Leila*  
961 *agradeceu a colocação, alertando para que esse processo fosse feito de forma mais qualificada. O*  
962 *Conselheiro Frederico, para registro, destacou que em nenhum momento, durante os quatro anos que*  
963 *esteve na coordenação a pauta era trabalhada, não havendo nenhuma sinalização de ponto para ser*  
964 *trabalhado em uma reunião ordinária ou extraordinária em Manaus. O Conselheiro Clodoaldo*  
965 *procedeu à leitura da minuta da Resolução: "Conselho Nacional de Assistência Social, Resolução*  
966 *número X, de tanto de maio de 2012. Institui o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo*  
967 *do Trabalho – ACESSUAS-TRABALHO. O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, em*  
968 *reunião ordinária realizada nos dias 15 a 18 de maio de 2012, no uso da competência conferida pelo*  
969 *art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS,*  
970 *Considerando a Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2000, do CNAS, que aprova a Política Nacional*

971 *de Assistência Social; Considerando a Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, do CNAS, que*  
972 *aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS;*  
973 *Considerando a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 200, do CNAS, que dispõe sobre a*  
974 *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; Considerando a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro*  
975 *de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social e demais alterações; Considerando a*  
976 *Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua*  
977 *integração social, e da outras providências; Considerando o Decreto nº 6.949, de 25 de Agosto de*  
978 *2009,<sup>1</sup> que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,*  
979 *assinados em Nova York, em 30 de março de 2007; Considerando a Resolução nº 33, de 28 de*  
980 *novembro de 201, do CNAS, que Define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo*  
981 *da Assistência Social e estabelece seus requisitos; Considerando a Resolução nº 34, de 28 de novembro*  
982 *de 2011, NAS, que define a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção e sua*  
983 *integração à vida comunitária no campo da assistência social e estabelece seus requisitos;*  
984 *Considerando a Lei nº 12.513, de 26 de novembro de 2111 que institui o Programa Nacional de*  
985 *Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronar; Resolve: Art. 1º Instituir o Programa Nacional de*  
986 *Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS-TRABALHO, na forma do Anexo. Art. 2º*  
987 *Esse Programa ficará sob a responsabilidade d órgão Gestor de Assistência Social e suas ações*  
988 *poderão ser executadas de forma direta ou em parceria com entidades e organizações de assistência*  
989 *social. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Assina Presidente do CNAS,*  
990 *Sr. Carlos Eduardo Ferrari.” A seguir, procedeu à leitura do anexo: “Anexo Programa Nacional de*  
991 *Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS-TRABALHO. Contextualização: Nos*  
992 *últimos anos, o governo brasileiro vem desenvolvendo estratégias de inclusão social dos mais pobres,*  
993 *transferindo renda e expandindo serviços e benefícios socioassistenciais. Mesmo com esse esforço, 16*  
994 *milhões de pessoas ainda permanecem na pobreza extrema e não conseguem acessar as políticas*  
995 *sociais, tais como: saúde, educação, habitação, assistência social, trabalho entre outros. O Plano*  
996 *Brasil Sem Miséria foi criado pelo governo federal visando romper barreiras que excluem e segregam*  
997 *essas famílias e indivíduos. Esse plano tem como principal estratégia articular transferência de renda,*  
998 *acesso a serviços e inclusão produtiva, com um conjunto de ações que envolvem a criação de novos*  
999 *programas e a ampliação de iniciativas já existentes, em parceria com estados, municípios e Distrito*  
1000 *Federal, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil. Para isso, o plano prevê o*  
1001 *aumento e o aprimoramento dos serviços ofertados aliados à sensibilização, mobilização, para a*  
1002 *geração de ocupação e renda e a melhoria da qualidade de vida. Outra iniciativa do governo federal*  
1003 *importante de ser mencionada é o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem*  
1004 *Limite, que prevê ações de acesso à educação, saúde, inclusão social e acessibilidade. Uma das metas*  
1005 *deste Plano é a efetivação do Programa BPC Trabalho, instituído por iniciativa do MDS, em parceria*  
1006 *com o MEC, MTE e SDH/PR, que tem como objetivo promover o acesso das pessoas com deficiência,*  
1007 *beneficiárias do BPC, à qualificação profissional e ao trabalho, com vistas à superação de barreiras,*  
1008 *ao fortalecimento da autonomia, do protagonismo e da participação social. Conforme a Lei nº 8.742,*  
1009 *de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, a assistência social é política pública,*  
1010 *direito do cidadão e dever do Estado. Constitui-se como política de seguridade social não contributiva,*  
1011 *realizada por meio de um conjunto integrado de ações com intuito de garantir o atendimento das*  
1012 *necessidades básicas. Ocupa-se de prover proteção à vida, reduzir danos, acompanhar populações em*  
1013 *risco e prevenir a incidência de agravos à vida em face das situações de vulnerabilidade. Cabe à*  
1014 *assistência social identificar e acolher as demandas, mobilizar e garantir direitos e ser vocalizadora*  
1015 *da população em vulnerabilidade, pois ela reconhece as capacidades e potencialidades dos usuários,*  
1016 *promove o seu protagonismo na busca de direitos e espaços de integração relacionados ao mundo do*  
1017 *trabalho, bem como o resgate de sua autoestima, autonomia e resiliência. A LOAS, em seu Art. 24,*  
1018 *qualifica a função dos programas na política de assistência social dispondo que “os programas de*  
1019 *assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de*

1020 abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e serviços assistenciais". Também  
1021 em seu artigo 2º, inciso I, alínea c, prevê como um os objetivos da Assistência Social a promoção da  
1022 integração ao mercado de trabalho. O Conselho Nacional de Assistência Social estabeleceu na  
1023 Resolução CNAS nº 33/2011 que a promoção da integração ao "mercado de trabalho", no campo da  
1024 assistência social, deve ser entendida como integração ao "mundo trabalho", por ser esse um conceito  
1025 mais amplo e adequado aos desafios da política de assistência social. E, por isso, os indivíduos e  
1026 famílias devem ser atendidos no conjunto de suas vulnerabilidades. Assim, a integração ao "mundo do  
1027 trabalho" não é de responsabilidade exclusiva da política de assistência social, mas resultado da ação  
1028 intersetorial de diversas políticas públicas. O eixo de inclusão produtiva urbana do plano Brasil sem  
1029 Miséria articula ações e programas que favorecem a inserção no mercado de trabalho por meio do  
1030 emprego formal, do empreendedorismo individual e da economia solidária. Reúne iniciativas de oferta  
1031 de qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra, que visam à colocação dos usuários em  
1032 postos de emprego com carteira de trabalho e previdência; de apoio a microempreendedores  
1033 individuais, por meio de formalização, assistência técnica e acesso ao microcrédito produtivo  
1034 orientado; e de fomento a cooperativas, autogestão e empreendimentos solidários. De acordo com o  
1035 art. 2º da Resolução CNAS nº 33/2011 a Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho dar-se-á por  
1036 meio de um "conjunto integrado de ações das diversas políticas cabendo à assistência social ofertar  
1037 ações de proteção social que viabilizem a promoção do protagonismo, a participação cidadã, a  
1038 mediação do acesso ao mundo do trabalho e a mobilização social para a construção de estratégias  
1039 coletivas." Este Programa busca a autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência Social,  
1040 por meio do incentivo e da mobilização à integração ao mundo do trabalho. Possui, ainda, estreita  
1041 articulação com o Plano Brasil Sem Miséria, com a promoção de estratégias, ações e medidas de  
1042 enfrentamento à pobreza, por meio de mobilização de usuários; monitoramento da execução das ações  
1043 do Programa e articulação com diferentes parceiros e políticas públicas. Objetivo: Promover a  
1044 integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho por meio de ações articuladas e  
1045 mobilização social. O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho -  
1046 ACESSUAS/TRABALHO proposto, estabelece, conforme a Resolução NAS nº 33/2011, que a  
1047 promoção da integração ao mundo do trabalho dar-se-á por meio da integração de ações das diversas  
1048 políticas públicas, cabendo a Assistência Social viabilizar a promoção do protagonismo, a  
1049 participação cidadã e a mediação do acesso ao mundo do trabalho. A assistência social, a partir do  
1050 seu reconhecimento enquanto política pública de proteção social, oferta serviços, programas, projetos  
1051 e benefícios de caráter preventivo com intuito de desenvolver ações para que o risco não ocorra, bem  
1052 como de reposição de direitos violados, na perspectiva de sua garantia. Nesse sentido a proteção  
1053 social, principal objetivo dessa política, concretiza ações ara produção de aquisições materiais e  
1054 sociais, convivência social, protagonismo e fortalecimento de vínculos e da autonomia, garantia de  
1055 direitos e condições dignas de vida. Ressalta-se que a assistência social realiza articulações entre  
1056 diversas políticas públicas para garantir o atendimento integral na superação das vulnerabilidades  
1057 apresentadas pelos usuários. Portanto, promover o acesso ao mundo do trabalho não é de  
1058 responsabilidade exclusiva da política de assistência social, mas sim o resultado de uma ação  
1059 intersetorial. Nessa direção a Política é capaz de reconhecer a heterogeneidade dos espaços em que a  
1060 população vive, permitindo a identificação das efetivas condições de vida das famílias. Dessa forma,  
1061 ela proporciona a participação cidadã nos territórios, acolhendo e vocalizando as necessidades e  
1062 reconhecendo as potencialidades dos usuários. O Programa propõe o desenvolvimento de ações de  
1063 articulação, mobilização e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade e, o risco  
1064 social para garantia do direito de cidadania a inclusão ao mundo do trabalho, por meio, do acesso a  
1065 cursos de qualificação e formação profissional, ações de inclusão produtiva e serviços de  
1066 intermediação de mão de obra. Incluem ainda, ações de articulação com outras políticas públicas para  
1067 superação das vulnerabilidades sociais. As ações fomentam atividades de caráter informativo ou d  
1068 orientação social que movimentem e circulem informações a respeito das ofertas e possibilidades de

1069 qualificação e formação profissional, de inclusão produtiva, com intuito de acesso a direitos,  
1070 promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida da expandir a população beneficiada. A  
1071 implantação do Programa deve ser planejada e organizada de forma a identificar os processos que  
1072 podem ser utilizadas na mobilização encaminhamento e acompanhamento dos usuários, como:  
1073 conhecimento do território: Identificação do perfil do público; implantação das condições físicas e  
1074 materiais necessários à execução do programa; mapeamento das ofertas e oportunidades para  
1075 inserção no mundo do trabalho. Período de Vigência do Programa: De 2012 até 2014, com pactuação  
1076 e deliberação de metas anuais. Usuários: Populações urbanas e rurais em situação de vulnerabilidade  
1077 e risco social com idade entre 16 e 59 anos, com prioridade para usuários de serviços, projetos,  
1078 programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais, em especial para: Famílias e  
1079 indivíduos com perfil do Plano Brasil Sem Miséria; Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC;  
1080 Jovens egressos do serviço de convivência para jovens; Pessoas inscritas no CADÚNICO; Egressos do  
1081 sistema socioeducativo; Famílias com presença de situação de trabalho infantil; População em  
1082 Situação de Rua; Famílias com crianças em situação de acolhimento provisório; Adolescentes e jovens  
1083 egressos do serviço de acolhimento; Indivíduos e famílias moradoras em territórios de risco em de  
1084 ocorrência do tráfico de drogas; Indivíduos egressos do sistema penal; Beneficiários do Programa  
1085 Bolsa Família; Pessoas retiradas do trabalho escravo; Mulheres vítimas de violência; entre outros,  
1086 para atender especificidades territoriais. A mobilização e encaminhamento de Adolescentes de 16 a 17  
1087 anos para cursos de capacitação profissional estará condicionada ao disposto no Decreto número  
1088 6.484/2008 que regulamenta consideradas impróprias para esta faixa etária. Regulamenta os artigos  
1089 3º, alínea "d", e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da  
1090 proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação aprovada pelo  
1091 Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de  
1092 setembro de 2000, e dá outras providências. Condições de Acesso: Residentes no município e no Distrito  
1093 Federal. Abrangência: Municipal e Distrito Federal. Ações do Programa: 1 - Articulação: Articular com  
1094 outras políticas públicas, que visem à melhoria da qualidade de vida e superação das vulnerabilidades  
1095 sociais, como por exemplo: acesso a escolarização, a promoção da saúde dentre outras ofertas.  
1096 Articular com as demais políticas implicadas na integração ao mundo do trabalho, desenvolvendo  
1097 ações intersetoriais; Articular parcerias com órgãos e entidades governamentais e não  
1098 governamentais, que ofertam ações de formação e qualificação profissional, inclusão produtiva e  
1099 intermediação de mão de obra; Articular com órgãos e entidades governamentais e não  
1100 governamentais que atuam no apoio da pessoa com deficiência para o acesso a formação e  
1101 qualificação profissional, inclusão produtiva e intermediação e mão de obra. 2- Mobilização:  
1102 Identificação e busca ativa do público prioritário; Mobilização e sensibilização das famílias sobre as  
1103 oportunidades de acesso e de projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação d mão de  
1104 obra; Divulgação do Programa por meio de reuniões com a comunidade, palestras, oficinas,  
1105 campanhas de mídia, etc. Orientação às pessoas com deficiência e suas famílias quanto às  
1106 oportunidades de acesso e de participação em cursos de formação e qualificação profissional,  
1107 programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra, por meio de  
1108 visitas domiciliares. Formação planejada voltada a pessoa com deficiência, coisas vistas a vivenciar  
1109 aspectos inerentes ao mundo do trabalho. 3- Encaminhamento: Para cadastramento do usuário no  
1110 CadÚnico; Para outras políticas públicas visando a superação das dificuldades que os impossibilitem  
1111 o acesso ao mundo do trabalho, em especial as pessoas com deficiência; Para preenchimento das  
1112 vagas ofertadas de cursos de formação e qualificação profissional; Para órgãos de intermediação de  
1113 mão-de-obra e demais instituições que promovam ações de inclusão produtiva. 4- Monitoramento da  
1114 Trajetória: Acesso aos cursos de formação e qualificação profissional bem como, aos programas e  
1115 projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra; Apoio à inclusão em  
1116 serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e de transferência de renda, nos casos em  
1117 que se fizer necessário, aos usuários participantes dos cursos ofertados, e suas famílias; Realização de



1118 ações conjuntas entre as equipes do Programa e dos órgãos e entidades governamentais e não  
1119 governamentais que ofertam formação e qualificação profissional, programas, e projetos de inclusão  
1120 produtiva, e dos serviços de intermediação de mão de obra, entre outros; Incluir em Acompanhamento  
1121 Familiar do SUAS as famílias das pessoas com deficiência encaminhadas para as vagas ofertadas.  
1122 Realização de ações de sensibilização junto às instituições ofertantes sobre as barreiras atitudinais.  
1123 Identificação das barreiras que impedem o usuário ao acesso e desenvolvimento de estratégias para  
1124 superá-las, em parceria com outras políticas. Critérios para adesão ao programa: Pactuados  
1125 anualmente pela Comissão Intergestores Tripartite - CIT aprovados pelo Conselho Nacional de  
1126 Assistência Social – CNAS. Pactuação de Metas: Pactuadas anualmente pela Comissão Intergestores  
1127 Tripartite - CIT e aprovadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS Forma de repasse  
1128 e prestação de contas do Programa; O recurso será repassado, anualmente, fundo a fundo, de foi' ma  
1129 automática, em duas parcelas, logo após a adesão do gestor e aprovação do Conselho de Assistência  
1130 Social do Município e do DF. A prestação de contas dar-se-á conforme a Portaria MOS n° 62/2010,  
1131 alterada pela Portaria MOS n° 118/2011, ou outras normativas que vem alterá-las. Avaliação anual  
1132 Para continuação do programa, nos anos seguintes, verificar-se o alcance de 10% da meta pactuada  
1133 anualmente. Adesão ao Programa: Para o recebimento do recurso é necessária a adesão do gestor  
1134 municipal e do Distrito Federal, por meio do sistema informatizado, disponibilizada pelo MOS, bem  
1135 como a manifestação do Conselho Municipal e do DF de Assistência Social aprovando a adesão do  
1136 respectivo ente ao Programa Nacional de Promoção do,cesso ao Mundo do Trabalho -  
1137 ACESSUAS/TRABALHO, que passará a integrar o Plano de Ação, do município ou DF. Atribuições  
1138 dos Gestores e dos Conselhos das três esferas: União/MDS: Coordenar nacionalmente o programa;  
1139 cofinanciar as ações do programa; produzir e divulgar orientações técnicas; apoio técnico,  
1140 acompanhamento e monitoramento do programa no Distrito Federal. Estados: Apoio técnico ao  
1141 município, principalmente em relação à articulação com diversos setores e políticas; acompanhamento  
1142 e monitoramento de execução do programa nos municípios. Municípios e DF: Coordenar o programa  
1143 em nível local; executar as ações do programa de forma direta ou em parceria com as entidades e  
1144 organizações de assistência social; acompanhar e monitorar o alcance das metas estabelecidas para o  
1145 programa; manter sistema de acompanhamento do programa atualizado. Conselhos de Assistência  
1146 Social: acompanhar, fiscalizar e monitorar a execução do programa.” O. Presidente indagou se havia  
1147 alguma observação, com a Conselheira Solange sugerindo que a expressão “pessoas inscritas no  
1148 cadastro único” viesse no preâmbulo. A Conselheira Maria do Socorro observou que era uma das ações  
1149 do programa encaminhar para o cadastro único, após o que seriam processadas as ações,  
1150 exemplificando com usuários do BP, com a Conselheira Solange fazendo algumas considerações e  
1151 manifestando-se contemplada. O Conselheiro José da Cruz observou que haviam acertado retirar todos  
1152 os exemplos no primeiro ponto das ações do programa da articulação, devendo ser retirado o que  
1153 permanecia na página cinco, com a Conselheira cínara informando que o documento passaria por  
1154 revisão pela equipe de redação. O Presidente solicitou material do PRONATEC para subsidiar a rede.  
1155 A Conselheira Eutália informou que isto estava previsto na articulação com a Secretaria Nacional,  
1156 SESEP, dentro das orientações para a meta para 2012, nos cadernos de orientações referentes ao  
1157 Programa. O Presidente esclareceu que essa questão não exigia voto qualificado, mas que visto ser um  
1158 programa novo caberia essa qualificação, consultando ao Pleno se seguiriam tal procedimento. O  
1159 Conselheiro Pedro Ost indicou a aprovação da Resolução, oportunidade na qual não havia participado,  
1160 registrando que os números e de valores eram exagerados, dificultando o alcance das metas. A  
1161 Conselheira Eutália esclareceu que havia sido colocado na Resolução os critério de partilha, sendo que  
1162 para a adesão do município era no mínimo até 200 vagas, com o PRONATEC trabalhando com um  
1163 processo de adesão para municípios acima de 50.000 habitantes, baixando de 200.000 habitantes para  
1164 esse número, o que provavelmente continua acontecendo à medida em que as ofertas para a  
1165 qualificação fossem se espalhando pelo Brasil. A Conselheira Simone questionou o colocado pelo  
1166 Presidente sobre voto qualificado, considerando ruim alterar o regimento, com o Presidente

1167 esclarecendo com o voto ser dado nominalmente pelos Conselheiros. A Secretária-Executiva passou à  
1168 votação: Conselheiros na titularidade: Conselheira Léa Braga: “Sim gente, eu vou falar no microfone, é  
1169 que o microfone aqui não estava funcionando. Eu voto pela aprovação da Resolução instituindo o  
1170 programa, e também registrando a importância deste momento deste debate, e essa construção que vem  
1171 sendo feita em algumas reuniões e tenho certeza que sai com este programa uma grande ação para  
1172 todos os brasileiros e brasileiras”; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque: “Eu voto a favor da  
1173 instituição do programa, acho que ano passado foi um ano muito importante, e este ano a para a gente,  
1174 primeiro ano passado criou a possibilidade de a gente instituir programas nacionais com tranquilidade  
1175 por causa da Lei orgânica, e acho que o Conselho Nacional, sabe Leila, e acho que tem muito a ver  
1176 com você, com sua condução, mesmo com a legítima questão que você colocou aí, eu concordo  
1177 plenamente, o Conselho tem que ser muito zeloso pela condução, mas o debate do ano passado deu  
1178 uma tranquilidade para o Ministério e para a SNAS, eu não sei, eu acho que a gente não enfrentaria o  
1179 debate deste ano, do plano Brasil Sem Miséria com a tranquilidade e o amadurecimento que o  
1180 Conselho deu para Ministério. Então isso é muito importante que seja dito, porque você sabe muito  
1181 bem que exige-se da assistência social coisas que ela não tenha a menor condição e capacidade de  
1182 fazer, eu acho que a gente está delimitando em campo muito importante e deixando muito mais caro  
1183 para o Brasil o nosso papel. Então eu quero parabenizar o Conselho Nacional e também agradecer pela,  
1184 eu já disse e não vou repetir, pela forma como ele tranquilizou o Ministério para conduzir essa  
1185 questão”; Conselheiro Fábio Bruni: “Também voto pela aprovação, eu acho que fiquei muito contente  
1186 com o desenho que foi dado pelo programa, e eu acho que ele é de fato um pum aprimoramento, uma  
1187 concretude da Resolução do ano passado e também esse leque de ofertas da educação, e a gente  
1188 podendo de fato fazer a intersetorialidade, que vai beneficiar a população”; Conselheira Eutália  
1189 Rodrigues: “Também voto pela aprovação, pela instituição do Programa Nacional de Promoção do  
1190 Acesso ao Mundo do Trabalho e também gostaria, em nome da Secretaria Nacional, agradecer esse  
1191 Conselho pelo cuidado e pela responsabilidade que foi desse debate, também concordando com as  
1192 observações de que a Leila coloca. E no mais colocando à disposição, tendo em vista que esse  
1193 programa está na responsabilidade da Coordenação da Proteção Social Básica. Obrigada”; Conselheira  
1194 Fátima Rampin: “Eu voto pela aprovação do programa e quero cumprimentar esse Conselho por mais  
1195 esse passo, mais esse avanço na consolidação do SUAS”; Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite:  
1196 “Pela aprovação”; Conselheira Ana Carolina Carrenho: “Pela aprovação, em especial ratificando a  
1197 postura da Leila e as colocações que foram feitas. Obrigada”; Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra  
1198 de Araújo: “Pela aprovação”; Conselheiro Renato de Paula: “Eu voto pela aprovação da Resolução,  
1199 registrando que aprovar essa Resolução no último pleno dessa gestão significa a ratificação de tudo que  
1200 esse Conselho presa de positivo e de qualitativo, em prol da Política de Assistência Social nessa gestão,  
1201 portanto, é com muita satisfação que eu voto pela aprovação da Resolução”; Conselheiro Carlos  
1202 Rogério de Carvalho Nunes: “Voto pela aprovação da Resolução”; Conselheiro Clodoaldo de Lima  
1203 Leite: “Voto pela aprovação da Resolução, reiterando a fala da companheira Leila”; Conselheiro Pedro  
1204 Ost: “Eu voto também pela aprovação, nós estamos dando um passo a mais, além da Resolução 33, do  
1205 ano passado, mas também reiteram o que já foi dito e levantado aqui pela Leila em relação a fazermos  
1206 primeiro os critérios e depois aprovar a Lei. E também ressaltar algumas coisas em relação à Resolução  
1207 13, embora vencido, mas creio que é um grande passo isso que nós estamos, aprovando essa nova  
1208 Resolução”; Conselheiro José Crus: “Voto pela aprovação”; Presidente Carlos Eduardo Ferrari: “Eu  
1209 voto com muita satisfação pela aprovação, e destacando que eu acho que essa Resolução tem um papel  
1210 muito *bacana*, um papel histórico dentro da política, porque ela traduz, ela traz para a gente um  
1211 programa, ela traz para a sociedade brasileira um programa com uma característica, que a gente tem,  
1212 assim,, buscado e almejado muito em todas as nossas falas e debates aqui nesses quatro anos, nesses  
1213 dois anos para cada um que esteve sentado em aqui nessa mesa, que era promover de fato a  
1214 intersetorialidade da assistência social com as demais políticas. Esse programa ele efetiva isso em uma  
1215 perspectiva de ter a assistência social com seu *locus* específico, sem aquela lógica que em algum

1216 momento das falas, quando Brasil Sem Miséria foi criado lá atrás, parecia que a gente ia ficar só com a  
1217 buscativeira, só envelopando e mandando para as outras, esse programa deixa claro que não é isso, o  
1218 SUAS tem sim a responsabilidade de trazer uma buscativeira, mas também tem dentro dos seus serviços a  
1219 responsabilidade e a competência de acolher os seus usuários. Então eu acho que nós temos que  
1220 comemorar muito por ter conseguido traduzir isso dentro desse programa, que é já fruto, produto da  
1221 Resolução 33 aprovada no último ano. Então, mais uma vez, por aprovação”. A seguir, o Presidente  
1222 considerou o item aprovado por unanimidade. O Conselheiro Carlos Rogério solicitou alteração de  
1223 pauta, indicando ter feito um encaminhamento no dia anterior em relação ao pedido do Presidente,  
1224 participando da audiência com o Sr. Marcelo Cardona, Secretário-Executivo Adjunto do MDS. Que  
1225 havia falado em nome da Sociedade Civil, tendo sido feito uma ata com os encaminhamentos,  
1226 solicitando à Dra. Ana Carolina a leitura desse documento. O Presidente colocou que essa urgência na  
1227 leitura era para que o documento fosse encaminhado para a Secretaria-Executiva do MDS, retornando-  
1228 se aos debates da Comissão de Política: *“Brasília, 17 de maio de 2012. Os representantes da sociedade*  
1229 *civil e do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS infrassinados, reuniram-se nesta data com*  
1230 *um Sr. Marcelo Cardona, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Desenvolvimento Social e*  
1231 *Combate à Fome e a Sra. Bárbara, Chefe de Gabinete, para tratar do processo 7010.0001.25/2011-20*  
1232 *e respectivos anexos. Trata-se de processo administrativo em trâmite, que encontra-se a cargo da*  
1233 *Subsecretaria de Assuntos Executivos para o devido parecer e devolutiva para a final Resolução de*  
1234 *situação de inconsistências em relação a diárias e passagens aéreas do Sr. Carlos Eduardo Ferrari e*  
1235 *sua acompanhante, Sra. Fernanda Campana. Inicialmente Sr. Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do*  
1236 *CNAS, expôs a situação em que se encontra bem como de sua acompanhante, Sra. Fernanda*  
1237 *Campana, em processo administrativo que trata da inconsistência verificada pela SCDP em 10 trechos*  
1238 *de viagens. Durante o período de 22 de janeiro de 2010 a 17 de setembro de 2010. O Sr. Marcelo*  
1239 *contou que houve um processo de reavaliação coadunando com a Instrução Normativa própria para*  
1240 *administrar os processos de diárias e passagens a partir de 2011. Foi lembrado ainda pelo Secretário-*  
1241 *Executivo Adjunto que este órgão vem buscando meios alternativos para a comprovação de viagens e*  
1242 *de permanência de todos que se utilizam desse sistema. O Secretário citou alguns exemplos que*  
1243 *caracterizam pendências para o sistema e assim é esclareceu sobre a importância do fornecimento de*  
1244 *documentos exigidos para a devida prestação de contas. Destacou ainda que no que tange no*  
1245 *contingenciamento e volume de recursos houve a ampliação para área da assistência social, em*  
1246 *especial as agendas postas e outras demandas, com garantia de recursos no orçamento. Finalmente, o*  
1247 *Secretário solicitou um prazo para a solicitação de análise do processo supramencionado, tanto do Sr.*  
1248 *Carlos Eduardo Ferrari, quanto de sua acompanhante, Sra. Fernanda Campana, nos trabalhos e*  
1249 *viagens realizadas exclusivamente a serviço do CNAS. Neste condão, os membros da sociedade civil*  
1250 *presentes e o Sr. Secretário-Executivo acordaram um prazo de uma semana para ver um*  
1251 *posicionamento a respeito do processo supramencionado, fixando-se a data de 24 de maio de 2012,*  
1252 *para que o departamento gerido pelo Sr. Secretário apresente as informações relativas às prestações*  
1253 *de contas pendentes referentes a viagens do Sr. Presidente do CNAS e sua acompanhante, no período*  
1254 *de 2010, conforme documento em anexo. O Presidente do CNAS, Sr. Carlos Eduardo Ferra, e neste*  
1255 *momento, manifestou o seu desconforto em relação à falta de informações sobre o processo, em*  
1256 *especial constando no processo inicial tramita há aproximadamente um ano, sua gestão finda e ainda*  
1257 *não recebeu informações sobre as inconsistências apontadas. Foi fornecida possibilidade de extração*  
1258 *de xerocópia do processo administrativo, que encontra-se na Secretaria Adjunta de administração,*  
1259 *para que assim seja possibilitar ao Sr. Carlos Ferrari e sua acompanhante, Sra. Fernanda, a devida*  
1260 *análise documental para rever só manifestação. Isso posto, todos os membros do Conselho Nacional*  
1261 *de Assistência Social infrassinados estiveram presentes e assentiram ao encaminhamento acordado,*  
1262 *inclusive,, se for necessário, realizando-se uma nova reunião na próxima sexta-feira após a devolutiva*  
1263 *agendado o dia 24 de maio de 2012. Atenciosamente, e nós escrevemos os nomes e gravamos as*  
1264 *respectivas assinaturas.”* Lembrou que o documento havia sido copiado e estava em poder do

1265 Presidente. O Presidente, considerando registrado sua colocação do dia anterior, manifestou que  
1266 gostaria de deixar degravado seu agradecimento à Sociedade Civil, que estiveram presente, e ao  
1267 Governo, pela solidariedade. A seguir, prosseguiu com o relato, ponto dois - Centro-Dia. A Conselheira  
1268 Leila passou a apresentar o Plano Viver Sem Limite, Centros-Dia e residências inclusivas, informando  
1269 a presença da diretora Telma na Comissão de Política, apresentando a proposta de residências  
1270 inclusivas e Centros-Dia, tema que deveria ser aprofundado, com o critério de partilha feito antes de o  
1271 plano ser colocado em ação. Indicou que o Plano Viver Sem Limite tinha quatro eixos de atuação:  
1272 acesso à educação; atenção à saúde; inclusão social; e acessibilidade, discorrendo sobre os mesmos.  
1273 Registrou a importância de fortalecer a Assistência Social como política pública, sendo que na próxima  
1274 gestão a tipificação, fazendo-se o cofinanciamento nesse momento, dando as orientações técnicas  
1275 acerca de serviço. Que seria realizada uma oficina sobre a orientação técnica, com o serviço sendo  
1276 diferente do programa, esclarecendo que no programa a partilha havia sido feita antes e o programa  
1277 definido depois, mas no serviço primeiro haviam nós tipificado e depois feito a partilha, fazendo-se  
1278 agora as orientações técnicas e o desenho da intersectorialidade. Concordeu com a Conselheira Leila  
1279 com relação à inclusão da Assistência social no eixo da inclusão social, discorrendo sobre a questão e  
1280 observando a necessidade de fazer esse debate com o CONADE. O Conselheiro Fábio Bruni observou  
1281 que no encaminhamento estavam citados todos os colegiado de gestores da Assistência, mas não os  
1282 colegiado de saúde, sugerindo sua inclusão, com o Presidente em exercício acatando essa sugestão. A  
1283 seguir, em não havendo mais nenhuma colocação, considerou o item dois aprovado pelo Pleno. Item  
1284 três: Política Nacional de Capacitação SUAS. O Conselheiro José Crus informou a indicação dos  
1285 Conselheiros José Crus, Jane Clemente e Cinara Custódio para compor o GT. No outro ponto da  
1286 Secretaria-Executiva em articulação com o Departamento de Gestão do Trabalho, esclareceu tratar-se  
1287 de uma Coordenação de Gestão do trabalho. O Presidente em exercício considerou o item aprovado  
1288 pelo Pleno. Item quatro: moções da VIII Conferência Nacional e moções das Conferências  
1289 Estaduais recebidas pelo CNAS. Em não havendo nenhuma inscrição, o Presidente em exercício  
1290 considerou aprovada a memória da reunião extraordinária, com "x", na Comissão de Política. Relato  
1291 da Comissão de Financiamento, pela Conselheira Simone: "Reunião da Comissão de Financiamento.  
1292 *Foi na sala 102 do Conselho Nacional, no dia 16 de maio de 2012. Conselheiros presentes: José*  
1293 *Geraldo França Diniz; Simone Aparecida Albuquerque; Carlos Eduardo Ferrari; Maria Aparecida do*  
1294 *Amaral Godói de Faria; Pedro Vilmar Ost; Fábio Moassab Bruni; José Geraldo da Silva; José Araújo*  
1295 *da Silva e Márcia Mansur. Ausência de justificadas: Ely da Silva, Solange Teixeira e Maria da*  
1296 *Conceição Pires dos Santos. Convidada: clara Carolina de Sá, Coordenadora de regulação da gestão*  
1297 *do suas. Secretária-Executiva do Conselho Nacional: Maria das Mercês de Avelino Carvalho; Jamily*  
1298 *Calado; Mirelle Dantas e Suzany Gonçalves. 1) Eleição do Coordenador -Adjunto da Comissão de*  
1299 *Financiamento. Foi eleita a Conselheira Simone Aparecida Albuquerque como Coordenadora Adjunta*  
1300 *da Comissão de Financiamento. 2) Relatório de execução da Ação 8249 ., Funcionamento dos*  
1301 *Conselhos. A Secretária Executiva do CNAS, Maria das Mercês de Avelino Carvalho, apresentou a*  
1302 *execução da Ação 8249 referente ao ano de 2011 e ao 1º trimestre de 2012, na qual foram destacados*  
1303 *os seguintes pontos: 2.1) Exercício 2011 - Execução Final (Anexo I) A execução do a..110 de 2011 foi*  
1304 *de 57% do total de recursos orçados. Quanto aos recursos para a realização da VIII Conferência*  
1305 *Nacional de Assistência Social, num primeiro momento o valor empenhado foi em tomo de R\$*  
1306 *5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil), conforme pesquisa de mercado de preço. Como os*  
1307 *Planos Internos da Ação 8249 eram insuficientes, a SNAS cedeu recursos de duas ações do DGSUAS*  
1308 *para totalizar esse valor. Com o pregão eletrônico o valor caiu para R\$ 1.990.000,00 (um milhão*  
1309 *novecentos e noventa mil). A SPO, juntamente com a SAA e a SNAS, optaram por usar os recursos das*  
1310 *ações do DGSUAS e não da ação 8249, justificando a execução do PI VIII Conferência Nacional de*  
1311 *Assistência Social em 0%. Outro ponto importante a ser abordado, diz respeito ao PI Diárias e*  
1312 *Deslocamentos e Passagens Aéreas: a dotação era de R\$ 967.873,00 (Novecentos e sessenta e sete*  
1313 *milhões, oitocentos e setenta e três mil) e R\$ 952.317,00 (novecentos e cinquenta e dois milhões,*

1314 trezentos e dezessete mil), respectivamente, dos quais, devido ao corte de limite de 50% foram  
1315 executados R\$ 632.305,00 (seiscentos e trinta e dois milhões, trezentos e cinco mil) e R\$ 615.630,00  
1316 (seiscentos e quinze milhões, seiscentos e trinta mil), num total de 65% de execução, superando até os  
1317 50% permitidos pelo decreto presidencial. Os 15% a mais na execução foram cedidos pela SNAS -  
1318 tanto no PI diárias quanto no PI passagens. Os demais Pls foram zerados em função da VIII  
1319 Conferência Nacional. As despesas com taquigrafia somaram um total de 99% de execução, sendo  
1320 firmado um contrato emergencial em outubro que vai vigorar até outubro de 2012. O PI Despesas com  
1321 Serviços de Libras ficou em 47% de execução, visto que a vigência do contrato de libras é até o ano de  
1322 2012. 2.2) 1º trimestre 2012 (Anexo II); CNAS tem hoje dois Pls sendo executados: PI Diárias e  
1323 Deslocamentos e Passagens Aéreas. Quanto ao PI Digitalização, o Termo de Referência está em  
1324 trâmite no MDS. É importante ressaltar que este orçamento de R\$ 6.891,910 (seis milhões, oitocentos  
1325 e noventa e um mil, novecentos e dez) é baseado numa pesquisa de preço realizada no ano anterior. É  
1326 necessário manter alguns recursos para remanejamento, no caso de reajuste do valor a ser  
1327 contratado, quando da ocasião do pregão eletrônico. A despesa com Impressão e encadernação de  
1328 material instrucional está direcionada para a republicação das Cartilhas I e II, que estão em processo  
1329 de revisão. A contratação de consultores está em andamento. O recurso empenhado para a Reunião  
1330 Ampliada e Descentralizada do CNAS não foi utilizado, pois o estado do Amazonas arcou com todas  
1331 as despesas. O CNAS vai arcar com o serviço de Libras na Rio +20, sendo executado nesse evento  
1332 35h, o equivalente a três meses de serviço do Conselho. Encaminhamentos: A Comissão de  
1333 Financiamento sugere ao Pleno: - Aprovar a execução da ação 8249, exercício 2011 e 1º trimestre  
1334 para 2012; - Consultar a Consultoria Jurídica do MDS sobre a possibilidade de realização de reunião  
1335 descentralizada em ano eleitoral. 3) Informes. A Conselheira Simone Albuquerque procedeu aos  
1336 seguintes informes: 3.1) Nota técnica da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) sobre o  
1337 Orçamento da Seguridade Social das Unidades da Federação. A Nota Técnica tem como objetivo o  
1338 acompanhamento e análise do Orçamento da Seguridade Social por Unidade da Federação entre os  
1339 exercícios de 2008 e 2012. Em face da relevância do assunto foi entregue cópia do documento para os  
1340 Conselheiros integrantes da Comissão com vistas ao estudo para discussão do tema na próxima  
1341 reunião da Comissão. 3.2) Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Trata-se de  
1342 estudo realizado pelas pesquisadoras Ana Cleusa Serra Mesquita, Raquel de Fátima Martins e Tânia  
1343 Mara Eller da Cruz sobre o cofinanciamento e responsabilidade federativa na política de assistência  
1344 social. Foi encaminhado, no dia 23 de abril, por e-mail para todos os Conselheiros o arquivo do  
1345 referido estudo (<http://www.ipea.gov.br/sites/0002/publicacoes/tds/T1724.pdf>). 3.3) Seminário de  
1346 Gestão Orçamentária e Financeira no SUAS. Será realizado em Brasília, nos dias 29 e 30 de maio o  
1347 Seminário sobre gestão orçamentária e financeira do SUAS que abordará os seguintes assuntos :O  
1348 SUAS e o Direito à Assistência Social; O financiamento da assistência social; Estruturação dos  
1349 Fundos de Assistência Social e a prestação de contas do cofinanciamento federal; Sistemas de  
1350 Controle do SUAS, essa Mesa contará com a participação do Presidente do CNAS, Carlos Eduardo  
1351 Ferrari; Gestão Financeira do SUAS no âmbito estadual: cofinanciamento e repasse fundo a fundo.  
1352 Foram convidados os Tribunais de Contas do Estado, as Consultorias Jurídicas das Secretarias  
1353 Estaduais de Assistência Social, as Diretorias das Secretarias Estaduais de Assistência Social, os  
1354 Conselhos Estaduais de Assistência Social, o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de  
1355 Assistência Social (CONGEMAS) e o Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência  
1356 Social (FONSEAS). Será lançado no Seminário, o estudo do IPEA "Cofinanciamento e  
1357 Responsabilidade Federativa na Política de Assistência Social" e o Caderno SUAS nº 5  
1358 (Financiamento da Assistência Social no Brasil). Encaminhamentos: A Comissão de Financiamento  
1359 sugere ao Pleno: - Pautar em junho a discussão sobre a nota técnica da SPO sobre o orçamento da  
1360 seguridade social; - Que os Conselheiros conheçam o estudo do IPEA (texto para discussão 1724)  
1361 "Cofinanciamento e Responsabilidade Federativa na Política de Assistência Social. " 4) Discussão dos  
1362 Parâmetros da Proposta Orçamentária 2013 (Resolução CNAS nº78/06). A Diretora do Departamento

1363 de Gestão do SUAS/SNAS, conselheira Simone Aparecida Albuquerque, juntamente com o  
1364 Coordenador Geral de Execução de Projetos e Serviços/DPSE/SNAS, conselheiro Fábio Moassab  
1365 Bruni, apresentaram os Parâmetros da Proposta Orçamentária 2013 (Anexo III: “Parâmetros 2013 -  
1366 Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Básica, serviços de  
1367 proteção social básica. Manutenção dos serviços de proteção básica, cofinanciados por meio do  
1368 piso básico fixo, piso básico variável I, II e III. Ações 2B30, estruturação da rede de serviços de  
1369 proteção básica: construção de CRAS, aquisições de embarcações. Departamento de proteção  
1370 especial: serviços de proteção especial de média complexidade: manutenção dos serviços de  
1371 média complexidade, cofinanciados por meio do piso fixo de média de complexidade e do piso de  
1372 transição de média complexidade. Ampliação do cofinanciamento federal, dos serviços ofertados  
1373 no CREAS e centro para a população de rua. Ação 2A69, serviço de proteção especial de alta  
1374 complexidade. Manutenção só serviço de alta complexidade, cofinanciados por meio do piso de  
1375 alta complexidade I e do piso de alta complexidade II. Ampliação da capacidade instalada do  
1376 serviço de acolhimento para a população em situação de rua. Ampliação da capacidade de  
1377 instalada no serviço de acolhimento para pessoas com deficiência em residências inclusivas.  
1378 Concessão de bolsa para famílias, Ação 8662: concessão de bolsa para famílias com crianças e  
1379 adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil: manutenção dos recursos de  
1380 transferência de renda, famílias não incluídas no programa Bolsa Família e em situação de  
1381 trabalho infantil. Ação 2060: proteção social para crianças e adolescentes identificadas em  
1382 situação de trabalho infantil. Manutenção e qualificação do cofinanciamento dos serviços  
1383 socioeducativos para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Ação 2B31.  
1384 Estruturação da rede de serviços de proteção social especial, construção de CREAS.  
1385 Departamento de benefícios assistenciais. Ação 0561: renda mensal vitalícia por idade:  
1386 manutenção do pagamento dos benefícios da renda mensal vitalícia de pessoas idosas com 70  
1387 anos ou mais, segundo a Lei 6179, de 1974. Ação 6505, renda mensal vitalícia por invalidez,  
1388 manutenção do pagamento dos benefícios da renda mensal vitalícia, as pessoas com invalidez,  
1389 segundo a Lei 6179, de 1974. Ação 0573: benefício de prestação continuada à pessoa idosa.  
1390 Manutenção do pagamento dos benefícios de prestação continuada, assegurando uma renda  
1391 mensal de um salário mínimo vigente à pessoa idosa com 65 anos ou mais que não possua meios  
1392 de prover sua manutenção e nem tê-la provida por sua família. Ação 0575, benefício de prestação  
1393 continuada à pessoa com deficiência, manutenção do pagamento dos benefícios de prestação  
1394 continuada assegurando uma renda mensal de um salário mínimo vigente à pessoa com  
1395 deficiência de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo de natureza física, mental,  
1396 intelectual ou sensorial, que comprove não possuir meios para prover a própria manutenção, nem  
1397 tê-la provida por sua família. Ação 2583: serviço de processamento de dados do Benefício de  
1398 Prestação Continuada e da renda mensal vitalícia. Manutenção dos recursos necessários à  
1399 informatização do processamento de dados relativos à operacionalização e avaliação do BPC e a  
1400 operacionalização da renda mensal vitalícia. Ação 2589: avaliação e operacionalização do  
1401 Benefício de Prestação Continuada e manutenção da renda mensal vitalícia. Manutenção dos  
1402 recursos necessários para a operacionalização do BPC e incluindo ações no âmbito da concessão  
1403 dos benefícios e na realização das condições que geraram o direito ao benefício. Além disso, a  
1404 ação abrange atividades necessárias para o controle, a fiscalização, a normatização, a  
1405 comunicação, junto aos beneficiários, o acompanhamento, monitoramento, análise quantitativa e  
1406 qualitativa de dados do BPC, estudos e produção de infinidades estratégicas à operacionalização  
1407 da renda mensal vitalícia e de ações intersetoriais, BPC na escola e BPC Trabalho, de modo a  
1408 garantir e aprimorar meios de acesso ao BPC e a gestão dos benefícios. Departamento de gestão  
1409 do SUAS: Ação 8893: apoio à organização, à gestão e à Vigilância Social no território no âmbito  
1410 do SUAS. Manutenção da capacitação de trabalhadores do SUAS. Capacitação dos  
1411 trabalhadores do SUAS; manutenção e expansão dos recursos para a capacitação, publicações

1412 da SNAS; manutenção e expansão do convênio CONGEMAS do Seminário Nacional de  
1413 Taquigrafia da CIT, do teletendimento e expansão, melhoria do SUAS, dentre outras ações.”  
1414 Agora vamos voltar lá. “Encaminhamento: A Comissão de Financiamento sugere ao Pleno: -  
1415 Aprovar os Parâmetros da Proposta Orçamentária 2013, apresentados pela SNAS (Resolução, em  
1416 anexo' - Anexo IV).” Ler a Resolução de uma vez, ou não? Então vou ler. Deixa eu achar ela aqui.  
1417 “Resolução número tal de 18 de maio de 2012. Aprova os parâmetros da Proposta Orçamentária para  
1418 a Assistência Social, relativa ao orçamento 2013. A Plenária do Conselho Nacional de Assistência  
1419 Social - CNAS, em reunião realizada nos dias 16,17 e 18 de maio de 2012, no uso das atribuições que  
1420 lhe confere os incisos VIII e XIV, do artigo 18, da Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e a Resolução  
1421 CNAS nº 78, de 17 de maio de 2006. Resolve: Art. 1º - Aprovar os parâmetros da Proposta  
1422 Orçamentária para a Assistência Social, relativa ao orçamento 2013, apresentada Secretaria Nacional  
1423 de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS na 200ª  
1424 Reunião Ordinária do CNAS, considerando a necessidade de garantir recursos para os seguintes  
1425 aspectos: I- Na Proteção Social Básica: manutenção da rede de CRAS, inclusive das expansões de  
1426 2011; manutenção dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos; expansões programadas  
1427 no âmbito do Brasil sem Miséria, considerando-se, ainda, as deliberações da Conferência Nacional e  
1428 das Câmaras Técnicas da CIT que versam sobre critérios intraurbanos e custos dos serviços. II - Na  
1429 Proteção Social Especial: manutenção dos serviços de média complexidade ofertados ou referenciados  
1430 pelos CREAS e Centros POP, inclusive das expansões de 2011; manutenção dos serviços de alta  
1431 complexidade, inclusive da rede expandida em 2011; expansões programadas no âmbito do Brasil sem  
1432 Miséria, do Viver sem Limite e do Programa Crack: é possível Vencer, considerando-se, ainda, a  
1433 necessidade de reordenamento da alta complexidade e as deliberações da Conferência Nacional e das  
1434 Câmaras Técnicas da CIT que versam sobre critérios intraurbanos, custos dos serviços e  
1435 regionalização dos serviços. III - Nos Benefícios: manutenção de recursos vinculados ao pagamento e  
1436 operacionalização do BPC e RMV. IV) Gestão: manutenção do IGD SUAS e do IGD PBF; manutenção  
1437 do CAPACITASUAS; manutenção do ACESSUAS Trabalho.” Aqui está errado, não é? Desculpa  
1438 Janine, eu não reparei isso, aqui na manutenção do ACESSUAS-TRABALHO é na proteção básica e  
1439 não na gestão. “Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.” Agora vamos  
1440 voltar. “5) Critérios de Partilha de Recursos. Com vistas a revisão da forma das normativas que  
1441 regulamentam o SUAS de acordo com as orientações expedidas pela Consultoria Jurídica do MDS, a  
1442 Coordenação Geral de Regulação da Gestão do Suas procedeu a leitura das Resoluções CNAS nº 6/12  
1443 (que aprova os critérios para expansão qualificada 2012 do cofinanciamento federal e o  
1444 reordenamento dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial) e nº 11/12 (que aprova os  
1445 critérios de partilha do cofinanciamento federal para apoio à oferta dos Serviços de Proteção Social  
1446 Especial para Pessoas com deficiência, em situação de dependência, e suas das referidas em Centros-  
1447 Dia de referência e em residências inclusivas. Quando da leitura das referidas Resoluções foram  
1448 identificadas duas questões de ordem técnica: A primeira refere-se a atual redação do art. 7º da  
1449 Resolução CNAS nº 11, de 24 de abril de 2012 que nos diz: “Art. 7º Para a definição dos municípios  
1450 e/ou Distrito Federal elegíveis na primeira etapa e ordem de priorização, por região, serão adotados os  
1451 seguintes critérios, a saber: I - capitais e/ou Distrito Federal; II - habilitação em gestão básica ou  
1452 plena do SUAS, para os municípios; III - com Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e  
1453 CREAS implantados e em funcionamento, identificados por meio do Censo SUAS 2011 ou do Cadastro  
1454 Nacional do SUAS - CadSUAS, independentemente da fonte de financiamento; IV - com Estratégia de  
1455 Saúde da Família - ESF, Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF e Centros de Habilitação e  
1456 Reabilitação em Saúde, em funcionamento, a partir de informações disponibilizadas pelo Ministério da  
1457 Saúde; e V - com pessoas com deficiência beneficiárias do BPC identificadas por meio do Sistema de  
1458 Acompanhamento do BPC/DATAPREV. § 2º As capitais e/ou Distrito Federal que atenderem aos  
1459 critérios dispostos no caput serão classificados, por região, em ordem decrescente, observado o  
1460 percentual de pessoas com deficiência beneficiárias do BPC em relação à população geral do

1461 *município, a partir de dados obtidos por meio do Sistema de Acompanhamento do BPC/DATAPREV.*"  
1462 A identificação trata-se da ausência de delimitação quanto ao número de Centros- Dia por região na  
1463 primeira etapa do aceite, o que poderia acarretar uma interpretação dúbia. Portanto, é necessária a  
1464 alteração para: "Art. 7º Na primeira etapa será disponibilizado o aceite para apoio à oferta do Serviço  
1465 num total de 5 (cinco) Centros-Dia, sendo um por região do país. §1º Para a definição dos municípios  
1466 e/ou Distrito Federal que poderão realizar o aceite na primeira etapa e ordem de priorização, por  
1467 região, serão adotados os seguintes critérios, a saber:" Aí ficaria a mesma coisa. Então, na verdade,  
1468 só incluiria isso aqui, para não dar a dúbia interpretação. "§ 2º..." Não, aqui continua a mesma coisa  
1469 também. "A Comissão de Financiamento ressalta que na discussão, em Manaus, da redação da  
1470 Resolução aconteceram modificações de cunho formal e que a delimitação dos Centros-Dia foi  
1471 entendida equivocadamente como uma questão meramente operacional, o que justificou, à época, a  
1472 retirada do texto da normativa. A segunda questão é sobre o art. 2º da Resolução CNAS nº 6, de 14 de  
1473 março de 2012, no que tange ao critério de habilitação. Redação atual, *in verbis*: "Art. 2º Os recursos  
1474 orçamentários disponíveis para a expansão qualificada e/ou reordenamento dos serviços  
1475 socioassistenciais de proteção social especial serão destinados aos municípios e Distrito Federal para  
1476 apoio à oferta dos seguintes serviços: I Piso Fixo de Média Complexidade - PFMC: apoio à oferta do  
1477 Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias e Indivíduos - PAEFI, do Serviço Especializado  
1478 em Abordagem Social e do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. II Piso de Alta  
1479 Complexidade II - PAC II: apoio à oferta de Serviços de Acolhimento Institucional e do Serviço de  
1480 Acolhimento em República para pessoas em situação de rua. Parágrafo Único. Poderão receber os  
1481 recursos do cofinanciamento federal de que trata o caput os municípios e Distrito Federal que  
1482 atenderem aos critérios dispostos nesta Resolução." A identificação é relativa ao acesso ao recurso de  
1483 expansão diante da alteração dos municípios do nível de gestão inicial para a gestão básica. Assim, se  
1484 faz necessário esclarecer os critérios de habilitação na Resolução. Foram mantidos os incisos I e II,  
1485 acrescentou-se o parágrafo 1º (que é a regra de transição) e o parágrafo único tomou- se o parágrafo  
1486 2º, passando a vigorar da seguinte forma: "Art. 2º Os recursos orçamentários disponíveis para a  
1487 expansão qualificada e/ou reordenamento dos serviços socioassistenciais de proteção social especial  
1488 serão destinados aos municípios em gestão básica ou plena e Distrito Federal para apoio à oferta dos  
1489 seguintes serviços. Inclui-se, então, § 1º) Os municípios habilitados em gestão inicial que atenderem  
1490 aos critérios de elegibilidade estabelecidos nesta Resolução poderão realizar o aceite, ficando o início  
1491 do repasse de recursos da expansão do cofinanciamento federal de que trata esta Resolução  
1492 condicionada à mudança no nível de habilitação. § 2º Poderão receber os recursos do  
1493 cofinanciamento federal de que trata o caput os municípios e Distrito Federal que atenderem os  
1494 critérios dispostos nesta Resolução. Encaminhamentos: A Comissão de Financiamento sugere ao  
1495 Pleno: - Aprovar a alteração do art. 7º da Resolução CNAS nº 11, de 24 de abril de 2012, conforme  
1496 explicação apresentada pela SNAS (Resolução em anexo - Anexo V); - Aprovar a alteração do art. 2º  
1497 da Resolução CNAS nº 6, de 14 de março de 2012, conforme explicação apresentada pela SNAS  
1498 (Resolução em anexo - Anexo VI). 6) Pauta de junho." Então vamos às Resoluções. "Resolução  
1499 número tal de 17 de maio de 2012. Altera o art. 7º da Resolução nº 11 de 24 de abril de 2012, que  
1500 aprova os critérios de partilha do cofinanciamento federal para apoio à oferta dos Serviços de  
1501 Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, em situação de dependência, e suas Famílias  
1502 em Centros- Dia de Referência e em Residências Inclusivas e, dá outras providências. O Conselho  
1503 Nacional de Assistência Social em reunião ordinária realizada nos dias XX a XX de maio de 2012, no  
1504 uso das competências que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993,  
1505 Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Considerando a Norma Operacional Básica - NOB  
1506 aprovada pela Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, do CNAS. Considerando a Política Nacional  
1507 de Assistência Social- PNAS aprovada pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do CNAS.  
1508 Considerando a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução nº  
1509 109, de 11 de novembro de 2009, do CNAS. RESOLVE: Art. 1º O art. 7º da Resolução nº 11 de 24 de



1510 abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 7º Na primeira etapa será  
1511 disponibilizado o aceite para apoio à oferta do Serviço num total de 5 (cinco) Centros-Dia, sendo um  
1512 por região do país. § 1º Para a definição dos municípios e/ou Distrito Federal que poderão realizar o  
1513 aceite na primeira etapa e ordem de priorização, por região, serão adotados os seguintes critérios, a  
1514 saber: I - capitais e/ou Distrito Federal; II - habilitação em gestão básica ou plena do SUAS, para os  
1515 municípios; III - com Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e CREAS implantados e em  
1516 funcionamento, identificados por meio do Censo SUAS 2011 ou do Cadastro Nacional do SUAS -  
1517 CadSUAS, independentemente da fonte de financiamento; IV - com Estratégia de Saúde da Família -  
1518 ESF, Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF e Centros de Habilitação e Reabilitação em Saúde,  
1519 em funcionamento, a partir de informações disponibilizadas pelo Ministério da Saúde; v - com pessoas  
1520 com deficiência beneficiárias do BPC identificadas por meio do Sistema de Acompanhamento do  
1521 BPCIDATAPREV. § 2º As capitais e/ou Distrito Federal que atenderem aos critérios dispostos no  
1522 caput serão classificados, por região, em ordem decrescente, observado o percentual de pessoas com  
1523 deficiência beneficiárias do BPC em relação a população geral do município a partir de dados obtidos  
1524 por meio do Sistema de Acompanhamento do BPCIDAT APREV. " (NR) Art. 2º. Esta Resolução entra  
1525 em vigor na data de sua publicação." E a outra: "Altera o art. 2º da Resolução nº 6 de março 14 de março  
1526 de 2012, que aprova os critérios para expansão qualificada 2012 do cofinanciamento federal e o  
1527 reordenamento dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial. O Conselho Nacional de  
1528 Assistência Social – CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias XX a XX de maio de 2012, no uso das  
1529 competências que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da  
1530 Assistência Social- LOAS, Considerando que o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, institui o Plano Brasil  
1531 Sem Miséria, cuja finalidade é superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território  
1532 nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações; Considerando o Decreto nº  
1533 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu  
1534 Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências; Considerando o Plano  
1535 Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, instituído pelo Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010  
1536 que tem como fundamento a integração e a articulação entre as políticas e ações de saúde, assistência social,  
1537 segurança pública, educação, desporto, cultura, direitos humanos, juventude, entre outras, em consonância com  
1538 os pressupostos, diretrizes e objetivos da Política Nacional sobre Drogas; Considerando a Norma  
1539 Operacional Básica - NOB aprovada pela Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, do CNAS. Considerando a  
1540 Política Nacional de Assistência Social - PNAS aprovada pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do  
1541 CNAS. Considerando a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução nº  
1542 109, de 11 de novembro de 2009, do CNAS. Considerando a Resolução nº 6, de 14 de março de 2012, do  
1543 CNAS, que aprova os critérios para expansão qualificada 2012 do cofinanciamento federal e o reordenamento  
1544 dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial. Considerando que o Centro de Referência  
1545 Especializado de Assistência Social (CREAS), independentemente de sua(s) fonte(s) de financiamento, deve  
1546 ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - P AEFI, e que seu espaço  
1547 físico deve ser compatível com esta oferta; Considerando que o Centro de Referência Especializado para  
1548 População em Situação de Rua - Centro POP, independentemente de sua(s) fonte(s) de financiamento, deve ofertar  
1549 o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, e que seu espaço físico deve ser compatível com esta  
1550 oferta; Considerando que os serviços de acolhimento para pessoas em situação de rua devem ser ofertados em  
1551 unidades com espaço físico compatível com esta oferta: RESOLVE: Art. 1º O art. 2º da Resolução nº 06, de 14 de  
1552 março de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2º Os recursos orçamentários disponíveis para a  
1553 expansão qualificada e/ou reordenamento dos serviços socioassistenciais de proteção social especial serão  
1554 destinados aos municípios em gestão básica ou plena e Distrito Federal para apoio à oferta dos seguintes  
1555 serviços. § 1º Os municípios habilitados em gestão inicial que atenderem aos critérios de elegibilidade  
1556 estabelecidos nesta Resolução poderão realizar o aceite, ficando o início do repasse de recursos da expansão do  
1557 cofinanciamento federal de que trata esta Resolução condicionado e mudança no nível de habilitando. §2º  
1558 Poderão receber os recursos do cofinanciamento federal de que trata o caput os municípios e Distrito Federal que

1559 atenderem os critérios dispostos nesta Resolução." (NR) Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua  
1560 publicação." E por fim, o último ponto de pauta da Comissão de Financiamento é a pauta de junho. "Discussão  
1561 da Proposta Orçamentária para 2013; Discussão sobre a nota técnica da SPO sobre o orçamento da  
1562 seguridade social." O Presidente observou que nos itens quatro e cinco haviam Resoluções que  
1563 deveriam ser discutidas com quorum e voto qualificados, sugerindo que iniciassem com elas, voltando  
1564 depois para os itens dois e três. Indicou que o Item quatro tratava dos parâmetros para a proposta  
1565 orçamentária 2013. A seguir, em não havendo nenhuma inscrição o Presidente colocou em votação,  
1566 chamada pela Secretária-Executiva: Conselheiros na titularidade: Conselheira Léa Braga: "Voto pela  
1567 aprovação"; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque: "Com a Relatora"; Conselheiro Fábio Bruni:  
1568 "Pela aprovação"; Conselheira Eutália Barbosa: "Pela aprovação da Resolução"; Conselheira Fátima  
1569 Rampin: "Pela aprovação da Resolução, com a Relatora"; Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite:  
1570 "Com a Relatora"; Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo: "Pela aprovação"; Conselheiro  
1571 Renato Francisco dos Santos Paula: "Pela aprovação"; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes:  
1572 "Pela aprovação da Resolução"; Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite: "Pela aprovação"; Conselheiro  
1573 Pedro Ost: "Pela aprovação"; Conselheiro José Crus: "Pela aprovação"; Conselheiro Samuel  
1574 Rodrigues: "Pela aprovação"; Conselheiro Presidente Carlos Eduardo Ferrari: "Com a Relatora". A  
1575 seguir, o Presidente considerou o Item quatro aprovado por unanimidade pelo Pleno, com 14 votos. No  
1576 Item cinco, havia duas Resoluções, mudando-se a redação no artigo sete, proposta pela Coordenadora  
1577 de Regulação, Dra. Clara, do DGSUAS. O Conselheiro Clodoaldo manifestou que todos os  
1578 documentos tinham muita segurança e para que essas siglas fossem conhecidas de todos, era necessário  
1579 que fossem decodificadas. O Presidente encaminhou para votação as duas Resoluções, com quorum e  
1580 voto qualificado, visto alterar uma Resolução de partilha: Conselheiros na titularidade: Conselheira Léa  
1581 Braga: "Pela aprovação das duas Resoluções Sr. Presidente"; Conselheira Relatora Simone Aparecida  
1582 Albuquerque: "Voto com a Relatora pela a aprovação das duas Resoluções"; Conselheiro Fábio Bruni:  
1583 "Com a Relatora"; Conselheira Eutália Barbosa: "Com a Relatora, Conselheira Simone Albuquerque";  
1584 Conselheira Fátima Rampin: "Voto com a Relatora"; Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite:  
1585 "Com a Relatora"; Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula: "Não pode ser diferente, eu volto  
1586 com a Relatora Simone Aparecida Albuquerque"; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes: "Eu  
1587 voto pela aprovação das resoluções da Relatora Simone Albuquerque"; Conselheiro Clodoaldo de Lima  
1588 Leite: "Eu voto com a nobre Relatora da Simone Albuquerque"; Conselheiro Pedro Ost: "Eu também  
1589 voto com a Relatora Simone"; Conselheiro José Crus: "Voto com a Relatora pela aprovação das duas  
1590 Resoluções"; Conselheiro Samuel Rodrigues: "Eu voto com a melhor das Reladoras que esse Conselho  
1591 já teve"; Presidente e Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari: "Eu não poderia ter um final melhor de  
1592 mandato do que votando com a Relatora Simone Aparecida Albuquerque". O Presidente considerou o  
1593 item aprovado pelo Pleno. **Execução orçamentária da ação 8249, período de 2011.** O Conselheiro  
1594 Clodoaldo solicitou esclarecimento do texto "*O PI despesa de serviços de libras ficou em 47% de*  
1595 *execução, visto que a vigência do contrato de libras é até o ano de 2012.*" A Conselheira Simone  
1596 esclareceu que como o contrato era de um ano, havia sido gasta parte, com o restante sendo gasto esse  
1597 ano, com o contrato sendo de 2012. O Presidente lembrou que o ano passado havia sido de  
1598 Conferência, com o contrato tendo sido bastante utilizado, existindo o percentual de 35% para a Rio +  
1599 20. O Conselheiro Clodoaldo indicou o ponto 2.2, no último parágrafo: "*O CNAS vai arcar com*  
1600 *serviços de libras na Rio + 20, sendo executado nesse evento 35h, o equivalente a três meses do*  
1601 *serviço do Conselho.*" Indagou quem estava realizando a Rio + 20; por que na realização não havia  
1602 sido contemplado isso, se estavam lutando pela acessibilidade e por que isso veio no orçamento para o  
1603 CNAS. A Conselheira Simone esclareceu que a Rio + 20 era feita por várias organizações da Sociedade  
1604 Civil e contava com a parceria do governo, uma das quais era o CNAS, com o contrato de libras, o qual  
1605 era sempre renovado. Em não havendo mais nenhuma colocação, o Presidente considerou a execução  
1606 orçamentária aprovada pelo Pleno. No Item três, o Presidente indagou se havia alguma consideração  
1607 em relação aos encaminhamentos, com o Conselheiro Clodoaldo falando que o item 3.3, Seminário de

1608 Gestão Orçamentária e Financeira do SUAS, indicava que o mesmo seria realizado no dia 29 e 30 de  
1609 maio, com a presença do Presidente, Tribunais de Contas do Estado, Consultoria Jurídica, Secretarias  
1610 Estaduais de Assistência Social, Diretoria das Secretarias Estaduais de Assistência Social, os Conselhos  
1611 estaduais de Assistência Social, o CONGEMAS, o FONSEAS. Indagou por que não haviam sido  
1612 incluídos alguns Conselheiros, inclusive os que ficariam na gestão do CNAS e também do  
1613 FONACEAS e do Fórum Nacional de Assistência Social, visto tratar-se de um seminário de  
1614 fundamental importância para todos os atores da Política da Assistência Social. A Conselheira Simone  
1615 informou que ainda estavam fazendo os convites e que todos seriam convidados, mas que financiariam  
1616 apenas quatro passagens para o âmbito estadual. O Presidente esclareceu que o MDS faria o convite ao  
1617 CNAS, que custearia a sua viagem, via ação 8249, assim como a dos Conselheiros que fossem  
1618 convidados, caso houvesse recursos. Após mais algumas considerações, o Presidente colocou que seria  
1619 preciso saber quem gostaria de participar e se haveria recursos para isso. Que, conforme o  
1620 encaminhamento do Conselheiro Clodoaldo, seria importante para os Conselheiros que continuassem  
1621 participando desse debate, inclusive para atuar como multiplicadores, podendo, na próxima gestão,  
1622 participarem da Comissão de Financiamento seria importante, indagando aos Conselheiros Maria  
1623 Aparecida, Leila, Jane, Carlos Rogério e José Araújo se tinham alguma colocação. A Conselheira Leila  
1624 informou não ter agenda livre e o Conselheiro Carlos Rogério se dispondo a participar, com a  
1625 concordância do Pleno. O Conselheiro Frederico se ofereceu para participar, apesar de não continuar  
1626 como Conselheiro, com a Conselheira Jane esclarecendo que o evento seria de 29 e 30 de maio, antes  
1627 do término do seu mandato. Após mais algumas colocações sobre a questão, o Conselheiro Clodoaldo  
1628 observou que todos que não estavam nesse processo eleitoral, continuariam como militantes da área da  
1629 Assistência Social. Que se não houvesse recursos, o critério seria escolher os Conselheiros que  
1630 permaneceriam, e depois aqueles que não estariam na próxima gestão, mas que continuariam a exercer  
1631 controle social, capacitando para dar continuidade ao trabalho na militância. O Conselheiro José Araújo  
1632 se dispôs a participar, com a Conselheira Simone observando que essa situação não havia sido prevista,  
1633 sendo convidado apenas o Presidente, que representaria o Conselho. A Secretária-Executiva observou  
1634 que havia uma questão de ordem orçamentária, no sentido do rigor do limite de 50%, sendo feito um  
1635 planejamento sempre de um mês para outro. O Conselheiro José Araújo lembrou à Conselheira Simone  
1636 que na reunião do Financiamento do dia anterior, havia dito que dinheiro não era problema,  
1637 reivindicando que ela os ajudasse no CNAS com esse recurso. A Conselheira Simone esclareceu que  
1638 essa dotação tinha um limite, conforme anunciado pela Secretária-Executiva, tendo se referido à  
1639 dotação de apoio à gestão, com o Conselheiro José Araujo solicitando que os incluísse nessa dotação  
1640 orçamentária, para poder participar desse processo. O Presidente indicou que fariam a análise de  
1641 recursos e veriam a possibilidade ou não dessa solicitação. Em não havendo mais nenhuma colocação,  
1642 considerou a memória da Comissão de Financiamentos aprovada pelo Pleno. Falou sobre a publicação  
1643 do IPEA, recebida por *e-mail*, com a Conselheira Simone esclarecendo ter sido feito no demonstrativo  
1644 físico-financeiro, ou seja, no instrumento eletrônico onde repassaram os recursos para os municípios.  
1645 Que era um importante recurso por fazer registro da mudança da gestão financeira do SUAS, antes e  
1646 depois, mostrando sua evolução, ademais de trazer um importante debate para se discutir o  
1647 cofinanciamento. Relatou que a Comissão de Financiamento ia preparar um debate no Pleno para  
1648 subsidiar as conferências municipais, tendo a pretensão de chegar ao final do ano com o material já  
1649 para as conferências municipais, que discutiriam no próximo ano a gestão e o financiamento do SUAS,  
1650 sendo um importante debate e que convidariam o IPEA para apresentar o trabalho no Pleno. A  
1651 Conselheira Leila referiu-se à tipificação, com a residência inclusiva estando tipificada, mas o Centro-  
1652 Dia não, sendo de média complexidade, passando á leitura do item dois da Resolução 34: “*Serviço de*  
1653 *proteção de média complexidade. A) serviço de proteção de atendimento especializado a famílias e*  
1654 *indivíduos PAEF; B) serviço especializado em abordagem social; C) serviço de proteção social aos*  
1655 *adolescentes, em cumprimento de medida socioeducativo da liberdade (ininteligível) e da prestação de*  
1656 *serviços à comunidade PSC; D) serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência,*

1657 *idosos...*” O Conselheiro Fábio esclareceu que no descritivo desses serviços, o Centro-Dia estava entre  
1658 as unidades que podiam ofertar esse serviço, com a Conselheira Leila manifestando-se esclarecida. A  
1659 Conselheira Simone esclareceu o que havia sido definido, com esse serviço de proteção especial às  
1660 pessoas com deficiência e idosos com dependência fosse feito só no domicílio. Que haviam convidado  
1661 uma equipe do IPEA que estudava o envelhecimento do Brasil, com o material indicando qual o melhor  
1662 modelo, que ofertava esse serviço nos domicílios e também em Centros-Dia. O Presidente em  
1663 exercício, não havendo mais nenhuma colocação, considerou o item aprovado pelo Pleno.  
1664 **ENCERRAMENTO.** O presidente em exercício encerrou a reunião para o almoço, convidando a  
1665 todos para retornarem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o Presidente passou à verificação  
1666 de quorum pela Secretária-Executiva: Conselheiros na titularidade Conselheira Simone Aparecida  
1667 Albuquerque, Conselheira Fátima Aparecida Rampin, Conselheiro José Ferreira da Crus, Conselheira  
1668 Léa Lúcia Cecílio Braga, Conselheiro Pedro Ost, Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Conselheiro  
1669 Carlos Eduardo Ferrari, Conselheiro Samuel Rodrigues, Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho  
1670 Nunes, Conselheiro Fábio Bruni, Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araujo, Conselheira Jane  
1671 Pereira Clemente. Conselheiros na suplência: Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa,  
1672 Conselheira Cinara Dias Custódio, Conselheira Leila Pizzato, Conselheira Maria da Conceição Pires do  
1673 Santos. O Presidente indicou a necessidade de aprovação do relato da Presidência Ampliada,  
1674 principalmente a pauta da próxima reunião, com aprovação pelo pleno. A seguir, O Conselheiro Renato  
1675 de Paula passou à leitura da *“Memória da reunião da Presidência Ampliada de maio de 2012, 16/05,*  
1676 *horário de 18h00 as 20h00, Conselheiros presentes Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do Conselho*  
1677 *Nacional de Assistência Social, Conselheiro Francisco dos Santos Paula, Vice-Presidente do Conselho*  
1678 *Nacional de Assistência Social, Eutália Barbosa Rodrigues, Coordenadora da Comissão de*  
1679 *Acompanhamento aos Conselhos, José Geraldo França Diniz, Coordenador da Comissão de*  
1680 *Financiamento, Clodoaldo de Lima Leite, Coordenador Adjunto da Comissão de Política, Carlos*  
1681 *Rogério Nunes, Coordenador Adjunto da Comissão de Normas. Ausências justificadas: Antônio Celso*  
1682 *Pasquini, Coordenador da Comissão de Normas, Frederico Jorge de Sousa Leite, Coordenador da*  
1683 *Comissão de Política. Apoio da Secretaria Executiva: Maria das Mercês Avelino de Carvalho,*  
1684 *Secretária Executiva e Tais Ferreira Braga, Assessora do Gabinete do Conselho. Ponto 01 – Proposta*  
1685 *de pauta da 201ª Reunião extraordinária do CNAS dia 11/02/2012, das 09h00 as 9h30 apresentação*  
1686 *da Comissão de Ética do CNAS competências e funcionamento, das 9h30 as 10h00, apresentação da*  
1687 *Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social, competências: funcionamento e*  
1688 *desafios, das 10h00 as 10h30, apresentação da Comissão de Política de Assistência Social,*  
1689 *competências, funcionamentos e desafios, das 10h30 as 11h00, apresentação da Comissão de*  
1690 *Financiamento e Orçamento da Assistência Social, competências: funcionamento e desafios, das*  
1691 *11h00 as 11h30, apresentação da Comissão de Normas, competências, funcionamento e desafios. Das*  
1692 *11h30 as 12h00 apresentação da Presidência Ampliada, competências: funcionamento e desafios. De*  
1693 *12h00 a 12h30 apresentação da Comissão de Benefícios e transferências de renda, competências:*  
1694 *Funcionamento e desafio. Das 15h00 as 18h00, posse dos Conselheiros da sociedade civil gestão*  
1695 *2012/2014. Dia 12/06/2012. Das 09h00 as 9h30 apresentação da Secretaria Executiva do CNAS,*  
1696 *competências e desafios, das 9h30 as 11h30, Controle Social, novos significados com o SUAS,*  
1697 *professora Rosângela Política de assistência social. Das 14h00 as 18h00 reunião dos representantes*  
1698 *da sociedade civil, composição das comissões temáticas e indicação do Vice-Presidente do CNAS e*  
1699 *reunião dos representantes governamentais, composição das comissões temáticas e indicação do*  
1700 *Presidente do CNAS. Dia 13/06/2012, das 9h00 as 10h00 eleição e posse do Presidente e Vice-*  
1701 *Presidente do CNAS para o mandato 2012/2013. Das 10h00 as 10h15 aprovação da ata da 200ª*  
1702 *Reunião Ordinária do CNAS e a pauta da 201ª Reunião Ordinária. Das 10h15 as 11h00, informes da*  
1703 *Presidência, Secretaria Executiva, MDS, CIT, Conselheiros. Das 11h00 as 12h00, o Sistema Único de*  
1704 *Assistência Social. Das 14h00 as 15h00 a assistência social básica. Das 15h00 as 16h00 os benefícios*  
1705 *assistenciais. Das 17h00 as 18h00 a proteção especial. Dia 14/06 das 9h00 as 10h00 a rede*

1706 *socioassistencial privada do SUAS e das 10h00 as 12h00 o Plano Brasil Sem Miséria. Item 02 –*  
1707 *Informes sobre a publicação da Resolução CNAS número 14 que altera o artigo 3º da Resolução*  
1708 *CNAS número cinco de 2012 para substituir membros da Comissão Eleitoral para escolha dos*  
1709 *representantes da sociedade civil no CNAS gestão 2012/2014. Foi publicada no Diário Oficial da*  
1710 *União dia 27/04/2012 a Resolução CNAS número 14 ad referendum conforme dispõe o artigo 45 da*  
1711 *Resolução CNAS número seis de 2011, uma vez que os Conselheiros Antônio Celso Pasquini e Maria*  
1712 *da Conceição Pires dos Santos justificaram por e-mail impedimento para estarem presentes nas*  
1713 *reuniões das Subcomissões de Recursos, a CONJUR MDS foi questionada sobre o assunto e orientou a*  
1714 *publicação de Resolução com a substituição dos Conselheiros. Encaminhamento: submeter a referida*  
1715 *Resolução para ciência e aprovação do Colegiado CNAS. Item 03 – Solicitação do Grupo Nacional*  
1716 *dos Pedagogos, revisão das Resoluções 17/2012 e 109/2009. O Grupo Nacional dos Pedagogos de*  
1717 *Ribeirão Preto, São Paulo, por meio de ofício número dois, solicita a revisão na Resolução CNAS*  
1718 *número 17 para que nela passe a constar o pedagogo na composição das equipes de referência em*  
1719 *proteção básica e especial, considerando o caráter socioeducativo dos respectivos atendimentos e que*  
1720 *na Resolução 109 se acrescente a tipificação dos serviços socioassistenciais de atendimento de*  
1721 *adolescentes autores de atos infracionais em cumprimento de medidas socioeducativa de semi*  
1722 *liberdade, início de progressão e de internação inicial, provisória e sentenciada. Encaminhamento da*  
1723 *Presidência Ampliada: enviar o referido ofício a Secretaria de Assistência Social solicitando subsídios*  
1724 *para resposta ao Grupo Nacional dos Pedagogos de Ribeirão, São Paulo. Item 04 – Eleição da*  
1725 *sociedade civil nos Conselhos de Assistência Social, solicitação de informação sobre recondução de*  
1726 *Conselheiros em virtude do acórdão número 2809 de 2009, em virtude da determinação contida no*  
1727 *Acórdão 2809 alguns Conselhos fizeram contato com o CNAS e formalizaram manifestação quanto a*  
1728 *recondução de Conselheiros nos Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais. 4.1 – O Conselho*  
1729 *Estadual de Assistência Social do Rio de Janeiro enviou o seguinte questionamento, quem pode ser*  
1730 *reeleito é a pessoa física ou jurídica? Sendo possível uma única recondução essa proibição cai sobre a*  
1731 *pessoa jurídica ou sobre a pessoa física? Caindo sobre a pessoa física, a pessoa jurídica poderá*  
1732 *candidatar-se indefinidamente? O SESO Rio de Janeiro solicita a cópia dos recursos da Ministra a*  
1733 *época Márcia Lopes contra o item 9.6 do acórdão 2809 do TCU Plenário. 4.2 – Conselho Nacional de*  
1734 *Assistência Social do Acre encaminhou os seguintes pedidos de esclarecimentos: se a pessoa física for*  
1735 *eleita se aplica aos demais Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais ou é somente ao CNAS*  
1736 *conforme o acórdão? Com relação a Comissão Eleitoral os representantes que fazem parte da*  
1737 *Comissão não poderão mais ter assento no Conselho Estadual? Encaminhamento a Presidência*  
1738 *Ampliada: Encaminhar o questionamento a CONJUR sobre o efeito vinculante do acórdão 2809 para*  
1739 *posterior elaboração de resposta e orientação. Item 05 – Questionamento da SIB Paraná sobre*  
1740 *inscrições de entidades nos Conselhos Municipais de Assistência Social. 5.1 – A Comissão*  
1741 *Intergestora tripartite do Paraná encaminhou manifestação retirada da Reunião ordinária da SIB*  
1742 *realizada no dia 24 de abril de 2012 ocasião em que foi debatido o tema sobre inscrições de entidades*  
1743 *nos Conselhos Municipais de Assistência Social, abre aspas, Os Conselhos Municipais tem muitas*  
1744 *dúvidas sobre como proceder em relação as inscrições, em debate ocorrido na SIB do Paraná,*  
1745 *apresentou-se questões que ainda aguardam resposta como se o Conselho Municipal de Assistência*  
1746 *Social tem autonomia para estender o prazo bem como se para as entidades que ingressarem com o*  
1747 *pedido após o dia 30 de abril, elas poderão utilizar do prazo de implementação das ações até o final*  
1748 *do ano de 2013, fecha aspas. Encaminhamentos, 5.1: Presidente do CNAS encaminhou resposta as*  
1749 *demandas de Conselhos de Assistência Social quanto a solicitação de prorrogação de prazo com base*  
1750 *no disposto na Resolução número 16/2012. 5.2 – Reiterar os termos da resposta direcionada ao*  
1751 *Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba Paraná e a SIB Paraná. Seis – Convites: 5ª*  
1752 *Reunião com representantes do Governo e da sociedade civil as Comissões organizadoras das*  
1753 *Conferências Nacionais de 2011, 2012, 2013. O Departamento de Participação Social da Secretaria*  
1754 *Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República empenhada no*

1755 *debate sobre os processos participativos em especial as Conferências Nacionais na perspectiva da*  
1756 *construção de uma política e de um Sistema Nacional de participação social solicita a indicação de no*  
1757 *mínimo dois membros ou representantes e de Governo e dois da sociedade civil para participarem da*  
1758 *5ª reunião com representantes do Governo da sociedade civil nas Comissões Organizadoras das*  
1759 *Conferências Nacionais de 2011, 12 e 13 no dia 24 de maio das 9h00 as 17h00 no auditório do anexo I*  
1760 *do Palácio do Planalto, para essa reunião propôs-se a seguinte pauta; Apresentação da proposta de*  
1761 *construção da política e do sistema Nacional de Participação Social. Debate: O papel das*  
1762 *Conferências Nacionais na política e no Sistema Nacional de Participação Social, apresentação de*  
1763 *relatórios de acompanhamento e avaliação dos processos das Conferências Nacionais de 2011.*  
1764 *Debate: Mecanismos para aperfeiçoamento dos processos das Conferências, indicações da*  
1765 *Presidência Ampliada, o Presidente Carlos Ferrarri e o Conselheiro José Crus, consultados os*  
1766 *Conselheiros Frederico Jorge de Sousa Leite e José Araujo sobre a outra vaga da sociedade civil. 6.2,*  
1767 *capacitação sobre o sistema de gestão de convênios e contratos de repasse. O Ministério do*  
1768 *Planejamento, Orçamento e Gestão solicita ao CNAS a indicação de três representantes para*  
1769 *participarem do evento acima referido a ser realizado no dia 24 de maio de 2012 de 8h00 as 12h00 na*  
1770 *Esplanada dos Ministérios, Bloco K, ressalta que os representantes devem atuar na área afim*  
1771 *possibilitando assim tornarem-se multiplicadores nas respectivas entidades. Encaminhamentos da*  
1772 *Presidência Ampliada: Submeter a Plenária para a indicação dos três representantes. 6.3 – Reunião*  
1773 *descentralizada Conselheiro Conselho Estadual de Assistência Social de Goiás. O Conselho Estadual*  
1774 *de Assistência Social de Goiás, mais uma vez, solicita a indicação de um Conselheiro nacional para*  
1775 *ministrar palestra na reunião descentralizada a ser realizada no dia seis de junho de 2012 em Jataí,*  
1776 *Goiás. Encaminhamento da Presidência Ampliada: Fica indicado o Vice-Presidente do CNAS Renato*  
1777 *Francisco dos Santos Paula.” Samuel, nada pessoa. “6.4 - Oficinas com os trabalhadores e usuários*  
1778 *do SUAS em Vitória: O Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória solicita autorização para*  
1779 *que o Conselheiro Samuel Rodrigues realize uma oficina com os trabalhadores e usuários do SUAS*  
1780 *que irão compor as comissões locais de Assistência Social, a proposta é que tal oficina aconteça na*  
1781 *segunda quinzena do mês de junho e foi proposto o dia 12/06 como data inicial, mas estão abertos*  
1782 *para outras datas. Encaminhamentos da Presidência Ampliada: Tendo em vista que no dia 12 de junho*  
1783 *de 2012 o CNAS terá uma nova representação da sociedade civil para gestão 2012/2014 respondendo*  
1784 *que o Conselheiro Samuel Rodrigues não poderá representar esse Conselho no evento. 6.5 – Reunião*  
1785 *descentralizada e ampliada do Conselho Estadual de Assistência Social de Rondônia, o Conselho*  
1786 *Estadual de Assistência Social de Rondônia convida o Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula*  
1787 *para ministrar palestrar sobre benefícios eventuais na reunião descentralizada e ampliada a ser*  
1788 *realizada no dia seis de julho de 2012 em Porto Velho, Rondônia. Encaminhamento da Presidência*  
1789 *Ampliada; Pautar o convite na reunião da Presidência Ampliada da próxima gestão. 6.6 – Palestra na*  
1790 *Faculdade de Mirandópolis, FAM, São Paulo, Coordenador do curso de assistência social da*  
1791 *Faculdade de Mirandópolis FAM UNIESP convida o Presidente do CNAS para proferir palestra*  
1792 *naquela instituição sobre as atribuições do CNAS frente as novas diretrizes da LOAS após o PL SUAS*  
1793 *em data a definir. Encaminhamento da Presidência Ampliada: Pautar o Convite na Reunião da*  
1794 *Presidência Ampliada da próxima gestão. 6.7 – O Conselho Estadual de Assistência Social do estado*  
1795 *do Rio de Janeiro convida este CNAS para um encontro com os Conselhos Municipais e Conselhos*  
1796 *Vinculados com data a ser definida com o objetivo de apresentar o plano de acompanhamento aos*  
1797 *Conselhos Municipais pelo Conselho Estadual de Assistência no Rio de Janeiro em data a definir.*  
1798 *Encaminhamento: Pautar o convite na reunião da Presidência Ampliada da próxima gestão. Sete –*  
1799 *demandas acadêmicas. Pesquisa de mestrado da pesquisado da UNB Débora Guimarães, a mestranda*  
1800 *Débora Guimarães, Programa de Pós-Graduação e política social da Universidade de Brasília*  
1801 *solicita autorização para a realização de pesquisa no Conselho de Assistência Social do Distrito*  
1802 *Federal, no Conselho Nacional e no Conselho do Distrito Federal, com a finalidade de desenvolver*  
1803 *estudos sobre a cultura política e Assistência Social, um estudo sobre a representação dos usuários*

1804 nos espaços públicos, a pesquisa terá por objetivo analisar que elementos na cultura política  
1805 fragilizam a política de Assistência Social brasileira e dificultam o reconhecimento da política  
1806 enquanto direito e tem colaborado como impeditivos a participação de usuários da Assistência Social,  
1807 portanto, para desenvolvimento da pesquisa solicita autorização para observação durante as reuniões  
1808 ordinárias do Conselho e entrevista com os representantes de usuários e entidades e organizações de  
1809 usuários de Assistência Social, para isso necessita também do contato dos mesmo para agendar as  
1810 entrevistas e calendário anual das reuniões, ressalta que pretende realizar as entrevistas com os  
1811 Conselheiros enquanto estiverem aqui em Brasília durante a 200ª reunião ordinária do CNAS, os  
1812 Conselheiros que precisam entrevistar ainda essa semana são, Samuel Rodrigues, Calos Eduardo  
1813 Ferrari, Jane Clemente, Clodoaldo de Lima Leite, Maria do Carmo Tourinho e Eutália Rodrigues  
1814 Barbosa. 7.2 – Pesquisa de graduação da estudante da UNB Isadora Lousero, Isadora Lousero  
1815 estudante do curso de serviço social da Universidade de Brasília, UNB e pesquisadora do grupo de  
1816 estudo e pesquisa sobre democracia, sociedade civil e serviço social, GTPS, coordenado pela  
1817 professora Ângela neve solicita os contatos dos Conselheiros Simone Aparecida Albuquerque, Eutália  
1818 Barbosa, Renato Francisco dos Santos Paula, Leila Pizzato, Carlos dos Santos Nunes, Léa Braga,  
1819 Mariza Rodrigues e Fátima Rampin para obter material para auxiliar no desenvolvimento no trabalho  
1820 de conclusão de curso. Encaminhamento da Presidência Ampliada: os Conselheiros Renato de Paula e  
1821 Eutália Barbosa e o Presidente do CNAS concordaram em participar da entrevista, quanto aos demais  
1822 Conselheiros citados a Secretaria Executiva enviará por e-mail pedido de autorização de concessão de  
1823 entrevista e de fornecimento de dados para o contato com os mesmo. Carlos Eduardo Ferrari,  
1824 Presidente do CNAS.” O Presidente indicou que o item dois já havia sido vencido, mas precisando ser  
1825 referendado pelo Pleno, submetendo a recomposição da Comissão Eleitoral. O Conselheiro Clodoaldo,  
1826 relatou como havia recebido a informação, sendo ouvida a CONJUR, com o Conselho tendo que  
1827 referendar esse item. O Presidente, em não havendo mais nenhuma colocação, considerou a mudança  
1828 da Comissão Eleitoral referendada pelo Pleno. Informou que no item três havia dois questionamentos  
1829 do Grupo Nacional dos Pedagogos, um referente à Resolução 17 e o outro à Resolução 109, sendo  
1830 aprovado pelo Pleno. Item quatro perguntas referentes ao Acórdão do TCU, propondo enviar para a  
1831 CONJUR, com aprovação pelo Pleno. Item cinco que tratava das deliberações sobre a Resolução 16. O  
1832 Conselheiro José Araújo solicitou cópia dos termos da resposta direcionada de Curitiba, com a  
1833 concordância do Presidente. Item seis, Convites. Convite 6.1. O Conselheiro José Crus agradeceu a  
1834 indicação da Presidência, mas não poderia comparecer, indicando o nome do Conselheiro Fábio Bruni  
1835 e, se necessário, a Conselheira Maria do Socorro, com a concordância do Presidente, ficando os dois  
1836 pelo governo e pela Sociedade Civil o Conselheiro Carlos Ferrari e Frederico ou José Araujo, o que  
1837 seria definido posteriormente. Encontrava interessante uma fala no Conselho Nacional capacitando os  
1838 Conselheiros para a utilização do Sistema, acatado pelo Pleno. Após colocações, falou sobre a  
1839 representação do Pleno pela organização de usuários, sendo acatado o encaminhamento. Item 6.3,  
1840 Conferência de Goiás, com a presença do Conselheiro Renato de Paula. Itens 6.4; 6.5, 6.6, 6.7 e 7, sem  
1841 nenhuma colocação. Informou ter ficado a votação do item um sobre a pauta da 201ª Reunião do  
1842 CNAS. A Conselheira Simone sugeriu que primeiro discutissem a Política Nacional, o sistema de  
1843 proteção social brasileiro com a Luciana Jacu, que a gente discuta o SUAS, o Sistema de Proteção  
1844 Social Brasileiro, convidando a Secretária Denise e a Sra. Potiara Amazoneida, professora de Brasília;  
1845 discutir a questão financeira do SUAS, convidar o IPEA, a SPO, a CONJUR, o Diretor do Fundo para  
1846 expor; discutir o controle social, novos significados no SUAS com a Sra. Rosângela Paes, entrando na  
1847 proteção básica, proteção especial, nos benefícios socioassistenciais e transferência de renda. Que  
1848 poderiam convidar a Ministra do MDS para falar do Plano Brasil Sem Miséria, ou o próprio Secretário  
1849 Tiago. Após esses temas, entrar no debate do CNAS com a Secretaria-Executiva regimento, resoluções  
1850 do Conselho, Cooperativismo, prestação de contas, e após apresentar as Comissões. Sugeriu que fosse  
1851 feita uma capacitação dos novos Conselheiros, mas fora do Pleno. O Presidente esclareceu o que havia  
1852 sido colocado, da possibilidade de ter o diálogo das Coordenações das Comissões com os novos

1853 Conselheiros para que eles pudessem trazer as suas impressões, falar os desafios, conforme feito na  
1854 gestão anterior. Que os ex-Coordenadores poderiam fazer suas falas, falando sobre a participação dos  
1855 mesmos no Conselho. A Conselheira Léa ponderou que as Comissões eram extremamente importantes,  
1856 falando sobre a visão e o papel dos novos conselheiros, sendo importante a primeira impressão do  
1857 CNAS, concordando com as sugestões da Conselheira Simone. O Conselheiro Carlos Rogério sugeriu  
1858 que a fala da Sra. Rosângela Paes fosse a primeira, resgatando após o significado do Conselho, com o  
1859 Presidente podendo fazer uma fala como Presidente da Sociedade Civil, sobre o controle, como  
1860 também escutar os novos Conselheiros. O Presidente fez algumas colocações com a Conselheira  
1861 Simone retirando sua proposta. A Conselheira Leila observou que não tinham legalidade administrativa  
1862 para passar as passagens dos Conselheiros que estavam saindo para o dia seguinte à tarde, com o  
1863 Presidente esclarecendo que dependia da justificativa e da proposta. Indicou a retirada da proposta da  
1864 Conselheira Simone, com a Conselheira Leila mantendo essa proposta. O Conselheiro José Araújo  
1865 observou que daria para encaminhar os Conselheiros antigos para a posse, podendo viajar no dia 12,  
1866 sendo que viajar no dia seguinte estava dentro da legislação. O Presidente sugeriu trazer a posse para a  
1867 manhã, após uma fala magna da Ministra com o Plano Brasil Sem Miséria, uma fala de controle social  
1868 da professora Rosângela, uma fala sobre a política, bem ampla falando de SUAS, da PNAS e da  
1869 implementação do SUAS; no dia seguinte falar das proteções e depois caminhar para as Comissões. A  
1870 Secretária-Executiva esclareceu como a pauta havia sido elaborada, com a presença dos novos e  
1871 antigos Conselheiros, com a justificativa sendo o momento de posse e a passagem dos ritos com  
1872 relação ao funcionamento do CNAS, com a capacitação sendo para a nova gestão. O Conselheiro  
1873 Clodoaldo não entendia ser os Conselheiros que estavam de saída poderiam retornar no dia 12,  
1874 podendo aproveitar essa oportunidade de acompanhar o processo pelo menos no período da manhã. A  
1875 Conselheira Eutália observou que esse primeiro momento seria como uma transição desse Conselho  
1876 para o outro, entendendo que as Comissões esclareceriam os temas tratados no CNAS, mas que após a  
1877 fala da Conselheira Simone, entendiam que poderiam inverter a ordem nesse segundo momento, talvez  
1878 partir do geral para o específico, ponderando que poderiam alterar o período da manhã. O Presidente  
1879 em exercício observou que a presença da Ministra não estava confirmada, visto sua agenda,  
1880 ponderando que teria muitas alternativas para resolver esse item. Indicou a proposta de que esse resgate  
1881 fosse feito pelo Presidente Carlos Ferrari, e a indicação do nome da Profa. Rosângela, considerando  
1882 acatada pelo Pleno essa proposta. O Presidente considerou que poderiam fazer uma fala conjunta,  
1883 considerando aprovado o relato da Presidência Ampliada. **Relato da Memória da Comissão de**  
1884 **Normas**, pelo Conselheiro Carlos Rogério: “*Memória da Reunião da Comissão de Normas, Maio de*  
1885 *2012. Dia 16 de maio de 2012, das 15h00 as 19h00 na sala 102 do CNAS. Conselheiros titulares ou na*  
1886 *titularidade presentes: Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Léa Lúcia Cecílio Braga, Renato*  
1887 *Francisco dos Santos Paula, Wagner Carneiro de Santana. Ausências justificadas dos Conselheiros*  
1888 *titulares: Antônio Celso Pasquini, Samuel Rodrigues. Ausência não justificada da Conselheira Titular*  
1889 *Fátima Aparecida Rampin; Ausência justificada da Conselheira Suplente Ana Carolina Barros*  
1890 *Pinheiro Carrenho. Ausência não justificada dos Conselheiros suplentes: Carmem Silveira de*  
1891 *Oliveira, Gracielly Alves Delgado, Isis Leite Ferreira, Renato Saidel Coelho; Convidados: Carolina*  
1892 *Gabas Stuchi. Carolina Gabas Stuchi - Diretora do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do*  
1893 *SUAS - DRSP/SNAS/MDS; Alessandra Lopes Gadioli - DRSP/SNAS/MDS; Amanda Simone Silva -*  
1894 *DRSP/SNAS/MDS; Ana Paula Gonçalves - DRSP/SNASIMDS; Andrea A. M. Ribeiro -*  
1895 *DRSP/SNAS/MDS. Conselheiras Convidadas presentes: Ely Almeida; Meive Piacesi. Secretaria*  
1896 *Executiva do CNAS: Christianne Camargo Menezes; Dialuana Larissa Loup; Douglas Silva Amaro;*  
1897 *Maria de Fátima Teixeira de Souza. 1. Retomar a discussão sobre como viabilizar a participação*  
1898 *do usuário na Política de Assistência Social. Conforme deliberação da Plenária na Reunião Ordinária*  
1899 *de agosto de 2011, dois conselheiros deveriam ser escolhidos para extraírem os principais*  
1900 *apontamentos da reunião conjunta das Comissões de Normas da Assistência Social e de*  
1901 *Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social, que contou com a presença do Prof. Edval*



1902 Bernardino, para subsidiar os demais debates. Na reunião da Comissão de Normas de fevereiro de 2012  
1903 foram escolhidos os Conselheiros. Wagner Carneiro Santana e Léa Lúcia Cecílio Braga. Foi elaborado  
1904 documento conceitual e informativo sobre o tema, todavia falta ainda inserir no documento as  
1905 deliberações das Conferências de Nacionais de Assistência Social referentes ao tema, Censo SUAS  
1906 2011 e Resolução CNAS nº 24/2006. A conselheira Léa leu alguns apontamentos feitos pelo professor  
1907 Edval Bernardino: *"Quem são os usuários diretos e efetivos da assistência social? De que forma eles  
1908 participam dos espaços deliberativos do SUAS? Qual a representatividade que expressam? Por outro  
1909 lado, é igualmente importante escrutinar as organizações de usuários pré-existentes ao SUAS? Como  
1910 estão organizadas? Que segmentos: representam? Como representam?"* (.) *"O CNAS poderá  
1911 recomendar, em primeiro lugar, que os municípios mobilizem, congreguem e invistam na organização  
1912 e capacitação dos usuários do "Bolsa Família", do BPC (idosos e pessoas com deficiência), dos jovens  
1913 da população de rua etc..Isso em fóruns ou associações com personalidade jurídica." (.) "Esta  
1914 organização é fundamental por três razões: 1) porque o ideal de democracia participativa se apóia e  
1915 sujeitos. coletivos; 2) por ser uma condição necessária, embora não suficiente, para erodir o  
1916 assistencialismo. Os usuários, para além de assistidos precisam ser interlocutores! E 3) por ser um  
1917 grupo representativo de cerca de 70% dos usuários da assistência social. " "Em termos práticos, a  
1918 orientação do CNAS poderia recomendar: a) que no âmbito dos territórios dos CRAS sejam  
1919 constituídos Comissões Territoriais de Controle Social com a presença da sociedade civil,  
1920 contemplando, dentre outros, os efetivos usuários da assistência social; b) que os Conselhos  
1921 Municipais de Assistência Social contemplem, entre os representantes dos usuários, tais segmentos. "*  
1922 *Encaminhamentos: 1.1 Manter o debate sobre a Mobilização e Participação dos usuários na Política  
1923 de assistência social na Comissão de Normas. 1.2 Os Conselheiros Wagner e Léa Braga irão  
1924 identificar as deliberações das conferências de assistência social referente ao tema, Censo SUAS 2011,  
1925 Resolução CNAS nº 24/2006 e trarão na próxima reunião da Comissão de Normas da Assistência  
1926 Social. 1.3 Que no segundo semestre de 2012 o tema Mobilização da Participação dos Usuários seja  
1927 pauta na plenária do CNAS. 1.4 Elaboração de um documento pelo CNAS para tratar sobre o tema  
1928 Mobilização e Participação dos usuários na Política de assistência social (cartilha, decálogo dos  
1929 direitos dos usuários etc.) 2. Estabelecer procedimentos a serem adotados referentes à Moção nº 40  
1930 apresentada na VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Quadro Síntese das Moções  
1931 apresentadas na VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Item 40: Destinatário: Ministério do  
1932 Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Departamento de Rede Socioassistencial Privada do  
1933 SUAS. Tipo: Requerimento, reivindicação compatível com as deliberações. Procede: Comissão  
1934 Temática, Comissão de Normas da Assistência Social. A quem se destina: Ministério do  
1935 Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Departamento da Rede Socioassistencial do SUAS. Os  
1936 delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, realizada no período de 07  
1937 a 10 de Dezembro de 2011, requerem um posicionamento do Ministério do Desenvolvimento Social e  
1938 Combate à Fome no sentido de agilizar o processo da concessão e renovação da Certificação das  
1939 Entidades Beneficentes da Assistência Social. Desde que passou à ser atribuição do MDS, ocorre uma  
1940 grande morosidade na análise dos processos havendo Entidades que encaminharam sua  
1941 documentação em 2008 e até o momento não obtiveram a finalização da análise do seu processo.  
1942 Sendo assim, queremos que seja dada prioridade a esta questão e que o MDS adote as medidas  
1943 necessárias de imediato para atender a esta solicitação, seja através da ampliação do seu quadro  
1944 funcional ou de outras ações que venham a resultar no cumprimento dos seis meses previsto para que  
1945 os processos de concessão e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social -  
1946 CEBAS, sejam avaliados. Assinaturas: 116. Encaminhamento: 2.1 Encaminhar a Moção à Secretaria  
1947 Nacional de Assistência Social -SNAS e acompanhar o encaminhamento dado. 3. Ofício nº  
1948 005/FONACEAS/12 - Belo Horizonte, 02 de abril de 2012, do Fórum Nacional dos Conselhos  
1949 Estaduais de Assistência Social- FONACEAS. A Presidência Ampliada encaminhou para discussão na  
1950 Comissão de Normas da Assistência Social o Ofício nº 005/FONACEASII2 - Belo Horizonte, 02 de*

1951 *abril de 2012, do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social - FONACEAS, por*  
1952 *meio do qual informa que foi realizada a 22ª Reunião do FONACEAS, em Porto Alegre, de 21 a 23 de*  
1953 *março de 2012, e que houve o debate referente à Resolução CNAS n° 16/2010, com a participação de*  
1954 *18 (dezoito) CEAS culminando por manifestar a seguinte recomendação de supressão de termo na*  
1955 *Resolução: "Texto em vigor: Art. 11 As entidades e organizações sem fins econômicos que não tenham*  
1956 *atuação preponderante na área da assistência social, mas que também atuem nessa área, deverão*  
1957 *inscrever seus serviços programas, projetos e benefícios socioassistenciais, além de demonstrar que*  
1958 *cumprem os do § 1º e § 2º do art. 6º e o art. 7º desta Resolução, mediante apresentação de: Proposta*  
1959 *de nova redação: Art. 11 As entidades e organizações sem fins econômicos que não tenham em suas*  
1960 *finalidades- estatutárias a Política de Assistência Social como foco de atuação, mas que também*  
1961 *atuem nessa área, deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, além*  
1962 *de demonstrar que cumprem os critérios do § 1º e §2º do artigo. 6º e o artigo. 1º desta Resolução."*  
1963 *Encaminhamento: 3.1 A Comissão de Normas irá aprofundar a discussão do assunto na próxima*  
1964 *reunião considerando a necessidade de avaliar os impactos junto aos Conselhos de Assistência Social.*  
1965 *4. Apresentação pelo DRSP das informações trimestrais sobre o processo de certificação de entidades*  
1966 *de assistência social, conforme disposto no artigo. 1º da Resolução CNAS n° 18/2011. Art. 1º Para dar*  
1967 *cumprimento ao disposto no inciso III do art. 18 da LOAS, o Departamento da Rede Socioassistencial*  
1968 *Privada do Sistema Único de Assistência Social – DRSP apresentará trimestralmente ao CNAS*  
1969 *informações sobre o processo de certificação de entidades de assistência social no âmbito do*  
1970 *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Parágrafo único. A apresentação será*  
1971 *feita à Comissão de Normas no mês subsequente ao encerramento do trimestre que será objeto da*  
1972 *apresentação, seguindo o calendário civil. A diretora do DRSP ressaltou que a apresentação das*  
1973 *informações trimestrais sobre o processo de certificação de entidades de assistência social deveria ter*  
1974 *acontecido no mês de abril, mas não foi apresentado no referido mês posto que na Reunião Ampliada e*  
1975 *Descentralizada do CNAS realizada em Manaus no mês de abril não houve reunião da Comissão de*  
1976 *Normas da Assistência Social. Ressaltou ainda que a próxima apresentação das informações*  
1977 *.trimestrais sobre o processo de certificação de entidades de assistência social ocorrerá no mês de*  
1978 *julho. O Relatório com as Informações sobre o processo de certificação de entidades beneficentes de*  
1979 *assistência Social no âmbito do MDS, documento anexo, foi apresentado aos Conselheiros. Destacou*  
1980 *ainda que, em atenção ao Memorando n° 23/2012 CN/SE/CNAS/MDS, de 28 de março de 2012, por*  
1981 *meio do qual o CNAS solicitou à SNAS que apresentasse, no mês de maio na reunião Plenária deste*  
1982 *Conselho um plano de ação na perspectiva de que o DRSP cumprisse seu papel de maneira ágil no*  
1983 *processo de certificação de entidades beneficentes de Assistência Social. Foi elaborado o Plano de*  
1984 *Ação (segue em anexo). A Diretora entendeu que o Plano de Ação estava complementado as*  
1985 *informações referente ao processo de Certificação, portanto, que o mesmo deveria ser apresentado na*  
1986 *Comissão, o que foi acatado pelos Conselheiros da Comissão de Normas da Assistência Social. Foi*  
1987 *apresentado o Plano de Ação do DRSP pela Diretora e prestado esclarecimentos solicitados sobre o*  
1988 *documento. Encaminhamentos: 4.1 Aprovar os documentos apresentados pelo DRSP. 4.2) Encaminhar*  
1989 *a todos os Conselheiros do CNAS por e-mail as planilhas apresentadas pelo DRSP. Carlos Rogério de*  
1990 *Carvalho Nunes, Coordenador Adjunto da Comissão de Normas de Assistência Social." Na sequência,*  
1991 *a Diretora Carolina Stuchi passou à apresentação do Plano de Ação em anexo, que falou sobre o*  
1992 *documento feito mostrando antes e depois das planilhas, registrando as alterações e com esse*  
1993 *documento sendo encaminhado aos Conselheiros por e-mail: "Informações sobre o processo de*  
1994 *certificação de entidades de assistência social no âmbito do MDS. Maio de 2012. Em cumprimento ao*  
1995 *disposto no art. 1º da Resolução CNAS n° 18/2011, o Departamento da Rede Socioassistencial Privada*  
1996 *vem apresentar ao Conselho Nacional de Assistência Social as informações sobre a situação atual dos*  
1997 *processos de certificação de entidades de assistência social no âmbito do Ministério do*  
1998 *Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MOS. Constam desse documento tabelas e gráficos*  
1999 *evidenciando de forma estatística a situação atual para cada tipo de processo. A situação*

2000 individualizada por processo poderá ser verificada por meio dos arquivos digitais disponibilizados (12  
2001 arquivos).” Informou ter cópias que poderiam ser consultadas, com todos os arquivos estão de posse da  
2002 Comissão. “O formato de apresentação dos dados foi aprimorado pelo DRSP, de forma a facilitar o  
2003 entendimento e visualização. Dessa forma segue em anexo documento contendo um comparativo entre  
2004 o formato atual e o das informações apresentadas anteriormente, esclarecendo as alterações  
2005 efetuadas.” Informou ser esse o documento, que também estava de posse da Comissão, indicando a  
2006 situação dos processos de certificação até 15 de maio de 2012. Relatou que a maior alteração havia sido  
2007 a inclusão dos processos encaminhados ao MEC e Ministério da Saúde, discorrendo como esses  
2008 processos se movimentavam, sendo importante esse registro. “Então tabela um: processos anteriores à  
2009 Lei 12101 de 2009, decididos e não decididos por tipo de processo e situação atual em 15 de maio de  
2010 2012. Tipo do processo: nós temos o processo de concessão, renovação, representação, denúncia,  
2011 revisão, recurso de revisão, recurso ao Ministério da Previdência Social e reconsideração. Dentre  
2012 esses, no quadro de processos decididos, temos 273 deferidos, 34 indeferidos, aguardando o prazo  
2013 recursal ou análise do recurso, 60 indeferidos definitivamente, decididos pela manutenção da decisão  
2014 21 processos, nenhum pela alteração da decisão. 24 processos arquivados, 584 processos enviados ao  
2015 MEC, 128 enviados ao Ministério da Saúde, num total de 1.127 de processos que tiveram algum tipo  
2016 de decisão pela SNAS. Processos sem decisão: 788 se encontram em análise, 97 conclusos para  
2017 parecer técnico, 62 suspensos, seja em razão de decisão judicial ou aguardando cumprimento de  
2018 diligência; 328 conclusos para apreciação da Coordenação Geral de Certificação; 12 conclusos para  
2019 aprovação da Diretoria do Departamento Socioassistencial Privada, nenhum conclusos para  
2020 apreciação, para decisão da SNAS, total de processos não decididos: 1.287. Na tabela dois nós temos  
2021 os processos posteriores à Lei 12.101/2009, decididos e não decididos por tipo de processos e situação  
2022 atual em 15 de maio de 2012. Então aqui nós temos em tipo do processo as concessões, renovações,  
2023 representações, denúncias e supervisão. Nós temos um processo indeferido aguardando prazo  
2024 recursal, três processos indeferidos definitivamente, seis processos arquivados, 133 processos  
2025 enviados ao MEC, 34 enviado ao Ministério da Saúde, num total de 177 processos que tiveram algum  
2026 tipo de decisão da SNAS. Não decididos: nós temos em análise 4.382 processos; conclusos o parecer  
2027 técnico: cinco processos; suspensos: sete processos; nenhum conclusos para apreciação geral, do  
2028 departamento ou da SNAS, num total de 4.394 processos. Na tabela três, então, nós temos as somas de  
2029 processos anteriores e posteriores, então aqui fazendo as totalizações entre todos os tipos de processos  
2030 anteriores e posteriores, nós temos deferidos: 273; 35 indeferidos, aguardando prazo recursal ou a  
2031 análise do recurso; indeferidos definitivamente: 63; manutenção da decisão: 21; arquivados: 30;  
2032 enviados para o MEC: 720; enviados para o Ministério da Saúde: 162; total de processos com algum  
2033 tipo de decisão: 1.304; em análise: 5.170; 102 conclusos para parecer técnico; 69 suspensos; 328  
2034 conclusos para apreciação da Coordenação Geral; 12 conclusos para aprovação da Diretoria;  
2035 nenhum aguardando decisão da SNAS; num total de processos aguardando decisão: 5.681 processos.  
2036 Tabela quatro: processos posteriores à Lei 12.101, encaminhados por outros Ministérios para  
2037 manifestação do MDS. Então aqui o único Ministério que já encaminhou processos para análise são  
2038 os processos posteriores à Lei do Ministério da Saúde, que já iniciou análise deles. A manifestação do  
2039 MDS pelo não preenchimento de todos os requisitos legais em um processo, em cinco processos as  
2040 atividades da entidade não se caracterizam como de assistência social e em seis processos a  
2041 manifestação foi pelo preenchimento de todos os requisitos do Decreto e da Lei 12.10”. Falou sobre os  
2042 processos decididos e os deferidos: “Conforme constante da Tabela III, 258 entidades tiveram a  
2043 certificação de entidade beneficente de assistência social deferida pelo MDS, sendo 1 concessão e 257  
2044 renovações. Do total, 246 foram deferidas por decisão da Secretária da SNAS e 12 foram deferidas  
2045 por reconsideração da Secretária da SNAS em recurso. O gráfico a seguir demonstra a proporção  
2046 entre as instâncias de deferimento.” A seguir, apresentou gráficos com a situação dos processos de  
2047 concessão e renovação deferidos e indeferidos segundo a Região e Unidade da Federação, assim como  
2048 se referiu àqueles que se encontravam em análise pela Ministra e os encaminhados ao MEC e MS. A

2049 seguir a Dra. Carolina procedeu à leitura do Plano de ação do Departamento da Rede Socioassistencial  
2050 Privada: “Só um esclarecimento, vocês vão ver ao longo do documento, todas as informações que aqui  
2051 estão, os prazos, tudo, são decorrentes já, tanto do planejamento do departamento junto à própria  
2052 Secretaria ao Ministério, e plano de providências, que já existe junto à CGU, e o plano de ação, que já  
2053 existe junto ao TCU, porque já estamos cumprindo aí vários Acórdãos e passamos por várias  
2054 auditorias. Apresentamos, tendo em vista memorando 23 de 2012, Comissão de Normas, Secretaria-  
2055 Executiva, CNAS/MDS. As ações previstas pelo DRSP para a análise dos processos de certificação de  
2056 entidades beneficentes de Assistência Social e as providências já tomadas. Providências tomadas pelo  
2057 DRSP: destacamos que as seguintes medidas foram adotadas visando a análise dos processos de  
2058 certificação. A) definição de rotinas, procedimento os administrativos e técnicos para o processamento  
2059 dos requerimentos foi concluída e consolidada no Manual de Rotinas e Procedimentos  
2060 Administrativos, de acordo com previsão do plano de providências elaborado para a CGU. Para a  
2061 análise dos processos instituiu-se fluxo de elaboração de parecer, o fluxo de elaboração do parecer  
2062 pelo analista, revisão pela Coordenação da certificação, apreciação pela Diretora e aprovação pela  
2063 Secretária. B) formação de entendimento sobre questões relativas aos serviços as atividades de  
2064 Assistência Social, com a elaboração da versão um do Manual de Entendimentos para a elaboração de  
2065 pareceres técnicos de modelos de pareceres e de portarias, nos quais estejam explícitos os motivos da  
2066 decisão e a fundamentação legal, conforme constam no plano de providências elaborado para a CGU.  
2067 C) reorganização física dos processos, com recontagem, identificação e organização em ordem  
2068 cronológica e por tipo de processo, reorganização na planilha e revisão das estatísticas de análise; D)  
2069 reformulação, com a especificação da fase de análise e atualização periódica no site do MDS com  
2070 planilha de informações relativas à tramitação de processos foram concluídas. Publicação da Portaria  
2071 353 de 2011, que estabelece procedimentos relativos à certificação de entidades beneficentes de  
2072 Assistência Social. F) organização e resposta das dúvidas enviadas para os endereços eletrônicos:  
2073 cebas@mds, aproximadamente 16.000 mensagens respondidas e [redeprivadasuas@mds.gov.br](mailto:redeprivadasuas@mds.gov.br), 8000  
2074 mensagens respondidas, além dos atendimentos realizados por meio da central Fome Zero e das  
2075 respostas a ofícios e cartas remetidos ao DRSP. G) elaboração do sistema informatizado de emissão  
2076 de comprovante de protocolo, que encontra-se em fase de homologação e testes para a  
2077 disponibilização para consultas pelo público externo. H) início da especificação das regras de  
2078 negócios do sistema informatizado de cadastro e certificação, incluindo os módulos: cadastro,  
2079 certificação e Vínculo SUAS com previsão de conclusão um para dezembro de 2012, conforme consta  
2080 no plano de ação elaborado para o TCU em atendimento ao Acórdão 282 meia de 2011, TCU  
2081 plenário. No momento a fase é a seguinte: a DTI irá levantar o número de pontos de função  
2082 necessários, com base no documento divisão aprovado e nos casos de uso, para realizar o  
2083 planejamento do desenvolvimento do sistema. I) instituição por meio da Portaria interministerial  
2084 número 2 de 2011 de Comissão Interministerial constituída pelo a equipe técnica dos Ministérios da  
2085 Saúde, da Educação e Desenvolvimento Social, com objetivo de desenvolver estudos e trocar  
2086 experiências para subsidiar decisões, uniformizar entendimentos e estabelecer procedimentos comuns.  
2087 J) instituição do grupo de trabalho pela AGU por meio da Portaria AGU 488, de 25 de outubro de  
2088 2011, composto pelas consultorias jurídicas do MEC, Saúde e MDS, visando uniformizar aplicação de  
2089 critérios para a certificação de entidades beneficentes de Assistência Social, que finalizou os seus  
2090 trabalhos em abril de 2012 com a indicação de pontos a serem objetos de Portaria Interministerial dos  
2091 três ministérios. K) levantamento dos pontos críticos da certificação e desenho dos fluxos de trabalho  
2092 do DRSP com o detalhamento das atividades desenvolvidas, conforme plano de providências  
2093 elaborado para a CGU. L) incremento de pessoal, observando o plano de ação elaborado para o TCU  
2094 com novas contratações no mês de maio de 2012 e alteração do perfil dos componentes da equipe com  
2095 a definição das tarefas de análise de processos, de revisão, de revisão de análise e de apoio a tarefas  
2096 administrativas. Os novos integrantes da equipe têm formação nas áreas de ciências contábeis, direito,  
2097 serviços e arquivologia. M) definição de modelo de parecer, observando o plano de providências

2098 *elaborado para a CGU, em que estão explícitos os fundamentos legais, as atividades desenvolvidas*  
2099 *pela entidade, os requisitos formais analisados e os motivos da decisão. N) definição de fluxo e de*  
2100 *rotina para a supervisão extraordinária com base no artigo 27 da Portaria nº 353 de 2011, conforme*  
2101 *plano de ação elaborado para o TCU. O) Realização de capacitação periódica da equipe de análise da*  
2102 *certificação, visando atualizar entendimentos e apresentar o modelo de parecer, especialmente aos*  
2103 *novos integrantes da equipe. P) ampliação do espaço físico da CGCEB com a ocupação de mais duas*  
2104 *salas, sendo uma com prateleiras para armazenar os processos de certificação. Planejamento de ações*  
2105 *do DRSP: as ações previstas consideram a dinâmica de análise adotada pela CGCEB, na qual os*  
2106 *pareceres são elaborados por analistas, e passam por revisão e apreciação da Coordenadora Geral,*  
2107 *antes da aprovação pela Diretora e da decisão da Secretária. Ademais, a análise dos processos*  
2108 *demandam pessoas para compor a equipe administrativa, responsável pela tramitação, controle e*  
2109 *organização dos processos, e pelas para essas referentes à publicação das decisões. Estão previstas as*  
2110 *seguintes ações para as decisões dos processos de certificação: 1) análise dos processos anteriores à*  
2111 *Lei, então aqui são as medidas planejadas para dar conta dos processos anteriores. Atualmente o*  
2112 *estoque é de 1287 processos anteriores à publicação da Lei 12.101, não decididos. Estabeleceu-se a*  
2113 *meta de vencer esse passivo até o final de novembro de 2012, conforme estabelecido no plano de ação*  
2114 *elaborado para o TCU. O alcance da meta demanda a análise de aproximadamente 250 pareceres por*  
2115 *mês, tendo em vista que os pedidos de concessão e de renovação devem ser somados aos recursos*  
2116 *apresentados contra decisões de indeferimento, que correspondem a 17% dos processos, com base em*  
2117 *estimativa que considera o mês de fevereiro de 2012 como referência. Situação atual: atualmente há*  
2118 *13 analistas de processos e 4 revisores de pareceres, com esta equipe se pretende alcançar a meta de*  
2119 *análise dos processos do passivo, mas ela mostra ser insuficiente para analisar os processos*  
2120 *posteriores à Lei 12.101. Nove pessoas passaram a integrar a equipe realizando atividades referentes*  
2121 *à certificação, o que contribui em parte para minimizar o problema da falta de pessoal. O quadro de*  
2122 *pessoal da CGSEB é apresentado a seguir: então um Coordenador-geral, um Coordenador, 4*  
2123 *revisores de pareceres, 3 analistas de processos, um analista de recursos, supervisões e*  
2124 *representações, uma pessoa na organização e arquivo de processos, duas vai elaboração de planilhas*  
2125 *de controle, quatro em tarefas administrativas e um estagiário. 2) A análise dos processos posteriores*  
2126 *à Lei 12.101: A) 4394 processos posteriores à Lei 12.101 sem decisão. O planejamento considera a*  
2127 *estimativa de entrada de processos de 2250 renovações e 375 concessões até o final de 2012,*  
2128 *totalizando 7019 processos. Note-se que são também considerados os requerimentos de entidades que*  
2129 *ainda não tiveram a renovação anterior julgada, mas que, devido ao decurso do período de três anos*  
2130 *da certificação pendente de julgamento, devem apresentar novo pedido, observando a antecedência de*  
2131 *seis meses, conforme artigo 24 parágrafo primeiro da Lei 12.101. Devem também ser considerados os*  
2132 *processos de representação. de supervisão e os recursos que a entidades que tiveram o seu*  
2133 *requerimento indeferido eventualmente apresentarão. A previsão é de que os processos anteriores à*  
2134 *Lei 12.101 comecem a ser analisados em dezembro de 2012, caso não haja a ampliação da equipe e*  
2135 *melhoria da infraestrutura, não será possível aumentar o ritmo de análise para os processos*  
2136 *posteriores à Lei 12.101. Só para deixar mais claro aqui o texto, a gente fez a estimativa de entrada*  
2137 *até o final do ano, que seria o início da análise dos processos e posteriores, considerando que esse é o*  
2138 *ano de explosão de entrada, por conta, não só do vencimento, mas que é o primeiro ano em que a de*  
2139 *fato a regra dos seis meses se aplica, então você vai ter uma entrada bem concentrada em 2012 .*  
2140 *Situação ideal: a ampliação da equipe é necessária para que seja possível analisar processos*  
2141 *protocolados posteriormente à Lei 12.101. Poderia ser adotado uma meta de análise média de 400*  
2142 *processos por mês, caso se tivesse uma equipe composta por 21 analistas de processos, 3 analistas de*  
2143 *recursos, três analistas de recursos, supervisão e apresentação e 6 revisores. Ademais, há que se*  
2144 *considerar a necessidade de aumento da equipe de apoio responsável por atividades relativas à*  
2145 *organização, a tramitação e controle dos processos, e a publicação da decisão no Diário Oficial.*  
2146 *Então aqui nós fizemos uma estimativa projetando como um limite máximo de trabalho, considerando*

2147 que todos processos tem que passar pela figura do Coordenador-Geral, Diretor e da Secretária, que  
2148 são sempre uma pessoa só, que o limite máximo seria trabalhar com uma meta de 400 processos mês e  
2149 aí a gente não foi, então, estimando a equipe necessária para dar conta disso, a gente só não  
2150 conseguiu fazer a estimativa clara ainda que qual é batimento de pessoas para a equipe de pessoa, ou  
2151 seja, equipe administrativa. Capacitação da equipe: realizou-se oficina de capacitação para os  
2152 analistas em abril de 2012, na qual foram apresentadas atualizações do modelo de parecer e de alguns  
2153 entendimentos para a análise dos processos. Pretende-se realizar oficinas periódicas para a constante  
2154 atualização da equipe sobre os conteúdos dos pareceres. 2.3) alteração e ampliação da infraestrutura.  
2155 A demanda por uma nova sala foi atendida, o que possibilitou a divisão da equipe de análise e da  
2156 equipe de revisão, foram também solicitados novos equipamentos, como computadores, telefones,  
2157 armários para equipamentos e processos de certificação, ainda busca-se conseguir uma sala maior,  
2158 onde seja possível alocar toda a equipe. 3) desenvolvimento do sistema informatizado de cadastro e  
2159 certificação. O sistema inclui os módulos: cadastro, certificação e Vínculo SUAS, e possibilitará que a  
2160 análise tramitação dos processos seja feita de modo mais segura e eficiente. O documento de visão  
2161 passa por aprovação e a partir dele será possível estimar com maior precisão e o número de pontos de  
2162 função, o tempo necessário e a possibilidade de haver entregas parciais de módulos. 4) consultoria  
2163 para definição de parâmetros para aferição da vinculação das entidades ao SUAS. Foram contratadas  
2164 consultorias com o objetivo de apresentar propostas de parâmetro e indicadores para a concessão do  
2165 Vínculo SUAS, considerando seu papel como condição suficiente para certificação de entidades  
2166 beneficentes de Assistência Social previsto na Lei 12.101 e para o financiamento integral previsto na  
2167 12.435/2011. A previsão de entrega dos produtos da consultoria é o final de junho de 2012. A  
2168 contratação ocorreu por meio do projeto PNUD, BRA 04/046, editais 110 de 2011, 39/2012 e tem  
2169 como objetivos realizar estudos do papel da rede privada no âmbito do SUAS, abrangendo diagnóstico  
2170 da rede e proposta de parâmetros para a vinculação das entidades ao SUAS e reordenamento da rede.  
2171 Estudar casos que se repetem nos processos de certificação, com sistematização de orientações e  
2172 definições de parâmetros para a aplicação geral em outros processos de certificação que apresentem  
2173 situações semelhantes, e elaborar um estudo sobre entidades de assessoramento, defesa e garantia de  
2174 direitos, e entendimentos que possibilitem a uniformização da interpretação da matriz de  
2175 caracterização da Resolução CNAS número 27/2011. 5) disponibilização do aplicativo de validação  
2176 das entidades inscritas, o aplicativo para a validar as entidades inscritas, que nós discutimos aqui  
2177 naquele manual de orientação conjunta, MDS e CNAS, para facilitar o encaminhamento dos  
2178 documentos, que hoje são enviados no papel dos Conselhos municipais aos órgãos gestores, então esse  
2179 aplicativo para validar as entidades inscritas estará disponível em para os Conselhos municipais de  
2180 junho a setembro de 2012, e terá como base os dados do Censo/SUAS, considerando o plano de  
2181 adequação, o prazo de adequação de 30 de abril de 2012 previsto na Resolução CNAS número  
2182 16/2010. Posteriormente a base de dados de aplicativo será migrada para o sistema informatizado de  
2183 cadastro e certificação. 6) definição de fluxo para o acompanhamento ordinário de entidades. Essa  
2184 supervisão ordinária. Pretende-se sistematizar o acompanhamento das entidades, adotando  
2185 possivelmente fontes, como o Censo/SUAS, rede privada 2011, que possibilitará o acesso a  
2186 informações sobre as entidades e a realização em 2012 da pesquisa de entidades de Assistência Social  
2187 privadas sem fins lucrativos PEAS, com o IBGE, que permitirá traçar um perfil das entidades. Então,  
2188 em resumo, desse documento são previstas as seguintes ações: elaboração da versão dois, aqui são as  
2189 providências todas que tem desde desse documento em que foram acordadas ou com o TCU, ou com  
2190 CGU. Elaboração da versão 2 do Manual de Entendimentos para a elaboração de pareceres técnicos  
2191 com atualização dos entendimentos conforme plano de ação elaborado para o TCU. Prazo: de junho  
2192 de 2012. Disponibilização do aplicativo de validação das entidades inscritas: junho de 2012.  
2193 Finalização de consultoria para subsidiar a definição de parâmetros para a aferição do Vínculo  
2194 SUAS: julho de 2012. Análise publicação de todos os processos com data de protocolo anterior à Lei  
2195 12.101, conforme o plano de ação elaborado para o TCU, novembro de 2012. O início da análise dos

2196 *processos posteriores à Lei 12.101: dezembro de 2012. Desenvolvimento do sistema de cadastro e*  
2197 *certificação, módulo cadastro, conforme o plano de ação elaborado para o TCU: dezembro de 2012.*  
2198 *Aqui lembrando a ressalva que a gente fez dentro do documento, que esse, claro, foi uma estimativa*  
2199 *feita pela SNAS e que agora depende dos prazos que vão ser informados pela DTI na contagem dos*  
2200 *pontos de função do sistema que foi especificado. Estabelece fluxo e rotina para o acompanhamento*  
2201 *ordinária com base no artigo 26 da Portaria 353/2011: dezembro de 2012. Solicitação de novos*  
2202 *contratos conforme disponibilidades do MDS, conforme plano de ação elaborado para o TCU a*  
2203 *depende do Ministério do planejamento, como vocês já sabem, a gente tem dois concursos solicitados*  
2204 *ao planejamento, o de temporários e o de analistas social. O DRSP, na justificativa das duas*  
2205 *solicitações de vagas nesses concursos, é prioridade, esses, enfim, se houver necessidade de alguém*  
2206 *quiser consultar, a gente tem de posse essas solicitações feitas ao planejamento, então esse é um ponto*  
2207 *que depende do Ministério do Planejamento, por isso a gente faz dentro do documento uma situação*  
2208 *projetada com a equipe atual e com a equipe que a gente está idealizando, que se esses concursos*  
2209 *acontecerem, a gente conseguiria suprir” O Conselheiro Carlos Rogério informou a metodologia do*  
2210 *debate, iniciando com o item quatro da memória da reunião de Comissão de Normas, do DRSP. A*  
2211 *Conselheira Leila cumprimento pelo trabalho apresentado, discorrendo sobre a situação apresentada e*  
2212 *questionando se o CNAS tinha essa situação mapeada. Questionou se havia uma previsão sobre os*  
2213 *processos enviados ao MEC e se os mesmos estavam dentro do número apresentado, colocando que o*  
2214 *DRSP fazia suas prestações de contas ao CNAS com regularidade, o MEC havia iniciado, mas estava*  
2215 *parado e a Saúde nunca o havia feito. Encontrava que a Comissão de Normas deveria fazer um*  
2216 *calendário trimestral, incluindo o DRSP, MEC e Saúde, ademais de verificar as ações do CNAS e*  
2217 *debater como poderia desenvolver seu trabalho. O Conselheiro Clodoaldo parabenizou o trabalho,*  
2218 *destacando a falta de recursos humanos e físicos, espaço adequado para que pudessem fazer o trabalho*  
2219 *com a agilidade que a sociedade brasileira precisava. Questionou a devolução do grande número de*  
2220 *processos para o MEC e MS, o que deveria ser revisto, sendo interessante que o CNAS tomasse*  
2221 *conhecimento do Manual de Rotinas e Procedimentos Administrativos. Indicou o trabalho*  
2222 *desenvolvido pelo DRSP, questionando que o mesmo deveria ter a decisão final da SNAS, ademais de*  
2223 *questionar a falta de planejamento da realização de oficinas para atualização da equipe sobre os*  
2224 *conteúdos dos pareceres. Destacou a contratação de consultorias para a proposta de parâmetros*  
2225 *indicados no Vínculo SUAS, ademais de indagar se todos os profissionais tinha conhecimento do que*  
2226 *se tratava esse Vínculo e quais seriam os parâmetros para aferição da vinculação das entidades ao*  
2227 *Sistema. O Presidente manifestou sua preocupação com a situação apresentada, sendo preciso que a*  
2228 *Sociedade Civil, o Fórum Nacional de Assistência Social, fizesse uma grande mobilização para*  
2229 *resolver o problema das entidades. Discorreu sobre o entendimento das entidades quanto às ações*  
2230 *desenvolvidas, sendo um problema sistêmico e que precisava ser solucionado, considerando o avanço*  
2231 *que a Assistência Social havia tido ao longo do tempo. Indagou à Dra. Carolina como estava o debate*  
2232 *do marco regulatório do terceiro setor, que entendia resolveria muitas dessas questões, inclusive o*  
2233 *debate em torno de quem eram as filantrópicas, assunto que precisava muito ser discutido no país.*  
2234 *Manifestou que lhe incomodava a grande estratégia para desvendar quais eram os parâmetros para o*  
2235 *Vínculo SUAS, discorrendo sobre a questão e sendo inadmissível ter um passivo do tamanho do*  
2236 *apresentado, ademais que o DRSP tivesse condições de conduzir esse trabalho. O Conselheiro Pedro*  
2237 *Ost concordou com a fala do Presidente, encontrando grave a situação das entidades e as dificuldades*  
2238 *que teriam, cabendo-lhes, como Conselheiros, ver o que poderia ser feito a respeito. Concordou que*  
2239 *havia que se fazer um movimento para que essa situação fosse dirimida, até para que a Secretaria*  
2240 *tivesse mais condições analisar rapidamente os processos, nem que fosse uma força tarefa para dois*  
2241 *anos. A Conselheira Simone manifestou sua satisfação que o SUAS agora certificasse entidades*  
2242 *beneficentes de Assistência Social, falando sobre sua importância e as dificuldades que os*  
2243 *departamentos encontravam para exercer suas atividades. Falou sobre o chamamento de consultores,*  
2244 *para não ficar fazendo debates ideológicos e se ter estudos científicos, relatando a implantação do*

2245 prontuário único de atendimento para os profissionais do SUAS no país todo, com os consultores vindo  
2246 uniformizar esses dados, considerando a diversidade encontrada no Brasil. Ressaltou que esse método  
2247 não era novidade para o CNAS, e que vinha dando certo, com o mesmo podendo ser aplicado em outras  
2248 políticas. Ressaltou as palavras do Presidente sobre a situação, com o conselho tendo a  
2249 responsabilidade de lidar com o saldo que havia ficado para trás, fortalecer o MDS e ajudando a  
2250 construir uma proposta de consenso, para poder resolver o que havia ficado pendente, solicitando que  
2251 nas reivindicações, o CNAS colocasse estrutura para o MDS como um todo. A Dra. Carolina  
2252 esclareceu que dentro dos processos pendentes estavam contemplados os pareceres a serem feitos nos  
2253 processos de MEC e MS, falando sobre as situações apresentadas. Esclareceu que a falta de prestação  
2254 de contas do MS, havia acontecido um convite da Comissão Interministerial para que o MEC, que o  
2255 havia aceito, e MS viessem, mas não havendo obrigatoriedade, dentro da legislação apresentação da  
2256 Saúde junto ao Conselho, tendo outros formatos de prestação de contas da certificação. Endossou a fala  
2257 da Conselheira Simone com relação aos recursos humanos e a estrutura física, problema que existia em  
2258 vários organismos do governo, registrando que haviam conseguido melhoria dentro da estrutura que o  
2259 Departamento já possuía, não adiantando aumentar o pessoal sem que houvesse essa capacitação, sendo  
2260 que a partir do Manual e estruturação dos procedimentos, seria mais fácil a sua resolução Observou que  
2261 tinham conhecimento dos problemas existentes, mas que não poderia ser chamado de caos, tendo  
2262 condições de diagnóstico e planejamento e de resolver a situação ao longo do tempo. Ponderou que  
2263 dentro da gestão interna, o Manual de Rotinas vinha atender os procedimentos a serem tomados, mas  
2264 com o mesmo sendo de uso interno, não procedendo a sua divulgação, dando o passo a passo sobre  
2265 todas as ações a serem realizadas. Falou sobre o debate sobre o marco regulatório do terceiro setor,  
2266 com o foco estando mais na questão de rever a forma de relação direta com as entidades, não visto  
2267 nenhuma proposta a respeito. Com relação ao colocado pelo Conselheiro Pedro Ost o efeito dessa  
2268 demora era muito grave, trazendo prejuízos, mas destacando que as que haviam feito seu requerimento  
2269 tempestivo estavam protegidas pela legislação. Que havia o problema das entidades que tiveram a  
2270 renovação intempestiva ou o primeiro requerimento de concessão, falando sobre a questão da isenção,  
2271 que seria consequência da certificação, mas que teriam que arcar, caso não procedessem ao  
2272 recolhimento, não tendo nenhum interesse que as mesmas encerrassem suas atividades, alertando para  
2273 o que estava na legislação e não lhes cabia decidir pela não cobrança dessas contribuições. Em relação  
2274 ao Vínculo SUAS, esclareceu que o mesmo havia sido concebido para conferir à entidade o seu caráter  
2275 de rede, o que precisava ser interpretado e com a consultoria os ajudando a compreender o que era a  
2276 rede, arrazoando sobre a questão. O Presidente observou que não havia feito críticas ao modelo de  
2277 consultoria, encontrando muito eficiente, tendo dúvidas com a questão do vínculo, mas que havia  
2278 ficado claro após as explicações. A Conselheira Leila indagou se havia alguma previsão de quando  
2279 seria apresentado os resultados finais do Censo SUAS 2011 para o Conselho, com a Conselheira  
2280 Simone, que informou que alguns dados já estavam disponibilizados na página da SAGI, apresentando  
2281 ao Pleno quando fosse pautado. A Conselheira Leila sugeriu fosse apresentando em julho, visto que em  
2282 junho era a posse. Indagou à Dra. Carolina se existia alguma previsão de implantação do Vínculo  
2283 SUAS, o qual também seria discutido, considerando, também, a sua importância. A Dra. Carolina  
2284 ponderou que como o Vínculo SUAS envolvia todo o Sistema, não saberia dar uma previsão, falando  
2285 sobre as pactuações feitas com os gestores, mas que sem receber os produtos e se havia concordância  
2286 da SNAS sobre os mesmos, não tinham como estimar um calendário. O Presidente observou que o  
2287 Vínculo SUAS não estava regulado, questionando se não incorriam em um risco de judicializar esse  
2288 debate. A Dra. Carolina, esclarecendo a situação, indicou que o Vínculo SUAS havia sido pensado  
2289 como o maior grau de pertencimento das entidades ao SUAS, e se elas haviam chegado até esse ponto,  
2290 sua certificação não precisaria nem ser analisada. Que Vínculo SUAS não era requisito, então todas as  
2291 entidades poderiam obter a certificação, mesmo sem a regulamentação do Vínculo, que era um  
2292 instrumento de gestão. O Presidente observou ter alguns encaminhamentos extras, principalmente no  
2293 que se referia ao debate com a saúde, com a educação por conta da devolução do envio. A Dra.



2294 Carolina ponderou que essa questão da devolução dos processos já havia sido discutida pela Comissão  
2295 Interministerial e pelo GT da AGU, sendo que no caso de dúvidas a quem caberia o processo, os dois  
2296 Ministérios fariam o parecer sobre o enquadramento ou não das entidades nos requisitos necessários,  
2297 esclarecendo como se dariam tais procedimentos. O Conselheiro Clodoaldo falou sobre as situações de  
2298 devolução desses processos dos Ministérios para o MDS, o indeferimento que as entidades recebiam  
2299 por não caber no desenho feito por eles e a quem cabia a responsabilidade nesse processo, muitas vezes  
2300 impedindo que as mesmas fizessem seu trabalho em prol da população brasileira. Destacou que o  
2301 Conselho tinha o desafio de rever essa situação, considerando a análise que havia sido colocada. A  
2302 Conselheira Simone discordou dessa colocação, ponderando que estavam falando do público que  
2303 queria acessar os com o Conselho tendo que enfrentar e resolver os conflitos, com respeito e com  
2304 democracia. Que teriam que olhar para a realidade e ver como enfrentariam essa realidade, dentro do  
2305 que haviam construído. O Presidente destacou preocupação com a falta de reconhecimento dos  
2306 processos pelos Ministérios, destacando que o debate era se daria tempo para terminar esse trabalho e  
2307 alcançar seus objetivos, com a s entidades aguardando resposta do Conselho sobre essa situação. Falou  
2308 sobre os critérios adotados para os Centros-Dia e que teriam que ser alterados para se readequar tanto  
2309 com a Assistência como para a Saúde. Falou sobre o trabalho de acolhida que havia conhecido em  
2310 vários lugares, com a Saúde e Assistência precisando partilhar desse trabalho, falando sobre a  
2311 promoção da intersetorialidade dentro do serviço, questionando como operariam isso na prática na hora  
2312 da certificação. O Conselheiro Clodoaldo manifestou entender a preocupação da Conselheira Simone,  
2313 olhar de quem estava no campo da gestão, mas que estava no papel de quem acompanhava a realidade  
2314 existente na ponta. Observou que havia muitas entidades que na tinham certificação, mas que  
2315 continuavam trabalhando para atender a população onde o estado não chegava, fazendo trabalho da  
2316 Assistência Social e da Saúde. Ponderou que sua preocupação era que se fizesse esse processo de modo  
2317 a não destruir essa solidariedade daqueles que trabalhavam na base, com muitos gestores querendo  
2318 trabalhar com tais organizações, mas que eram impedidos por conta da nova legislação federal. O  
2319 Conselheiro Renato de Paula manifestou sua preocupação, destacando que não era possível no Brasil  
2320 existir um sistema de proteção social que prescindisse da organização da Sociedade Civil dessas ações  
2321 associativa. Manifestou que lhe incomodava esse discurso das entidades dizerem que existiam porque o  
2322 estado era omissivo e que seria interessante e bom que não existissem e que o estado desse conta de tudo,  
2323 discurso que desqualificava as próprias organizações, esclarecendo essa colocação. Que era preciso ter  
2324 o entendimento de que esse reordenamento que estava acontecendo na Assistência Social era indutor do  
2325 reordenamento na Saúde, na Educação e nas outras políticas, tendo que se fazer uma discussão de todas  
2326 as políticas públicas e de sua integração, dando conta dessa diversidade dessas atenções, considerando  
2327 a nova assistencial Social que se desenhava. O Conselheiro Clodoaldo ponderou que havia que  
2328 questionar se a Saúde estava agindo, para que os processos não fossem indeferidos. A Dra. Carolina  
2329 ponderou que o problema não era a competência quanto ao processo, com cada Ministério tendo  
2330 competência para reconhecer sua área em relação aos processos do passivo, falando sobre a situação.  
2331 Arrazoou que a Lei havia feito uma mudança de competência e de critérios, sendo optado de que na  
2332 área da Assistência só se certificaria as entidades que estivessem de acordo com as legislações da  
2333 assistência, dentre as quais se encontrava a tipificação, a qual seria exigida quando se analisassem os  
2334 processos desde sua vigência. Relatou os elementos com os quais contava para caracterizar a  
2335 Assistência, discorrendo sobre as demais atividades a serem reconhecidas como atividades que  
2336 precisavam ser também reconhecidas pelas outras políticas nesse processo. Ponderou que se não  
2337 houvesse nenhuma regra a ser aplicada em determinado caso, a decisão seria pelo indeferimento,  
2338 registrando que isso não era virar as costas para as entidades. A Dra. Carolina falou sobre outras  
2339 situações e como deveriam ser tratadas, inclusive, em alguns casos, com a intervenção do estado, para a  
2340 proteção do usuário. O Presidente submeteu os documentos apresentados para DRSP, sendo aprovado  
2341 pelo Pleno. A Dra. Carolina, citando ser a última reunião dessa gestão, agradeceu a possibilidade de  
2342 participação e de colaboração com esse Conselho, assim como à equipe presente e que muito havia

2343 colaborado para o alcance desse preciso diagnóstico e cumprir as metas com as quais haviam se  
2344 comprometido. O presidente indicou alguns encaminhamentos referentes ao tratamento da questão um  
2345 e usuários, com a Conselheira Simone parabenizando a Comissão, com a NOB tendo uma parte que  
2346 discutia essa questão. Que não fazia muito sentido a CIT ficar discutindo sobre o assunto, visto o  
2347 CNAS já ter se adiantado, dando o rumo para o debate. Solicitou que o representante do Conselho na  
2348 CIT também levasse esse debate para a Comissão, sugerindo que a mesma retirasse essa discussão. O  
2349 Presidente, em não havendo mais nenhuma consideração, considerou aprovado pelo Pleno o Relato da  
2350 Comissão de Normas. O Conselheiro Clodoaldo agradeceu a todos pelo apoio, informando que se  
2351 esforçaria para participar das reuniões do CNAS. O Presidente indagou que, como estavam sem  
2352 quorum, poderia remeter as duas memórias da Comissão Conjunta de Conselhos e Normas e da  
2353 Comissão de Acompanhamento de Conselhos. A Conselheira Eutália ponderou que não deveriam  
2354 deixar para deliberação da próxima gestão algo deliberado por esse Pleno, com a Conselheira Eutália  
2355 procedendo à leitura do **Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de**  
2356 **Assistência Social:** “*Memória da reunião da Comissão de acompanhamento aos Conselhos de*  
2357 *Assistência Social. Data: 14 de maio de 2012 das 13h às 18h, local: CNAS. Conselheiros presentes:*  
2358 *Eutália Barbosa Rodrigues; Clodoaldo de Lima Leite; Jane Pereira Clemente; Maria Aparecida do*  
2359 *Amaral Godói de Faria; Maria auxiliadora Bezerra de Araújo; Maria do Socorro Fernandes*  
2360 *TABOSA; Samuel Rodrigues; Solange Teixeira. Ausências justificadas: Fátima Aparecida Rampin;*  
2361 *Marisa Rodrigues da Silva; Renato Francisco de Paula; Renato Saidel Coelho. Assessoria da*  
2362 *Secretaria-Executiva: Liliane neves do Carmo; Giovana Josué Alves dos Santos; Lilian da Silva*  
2363 *Guedes. 1. Planejamento das ações da comissão de acompanhamento aos Conselhos. A Comissão*  
2364 *analisou o seu Plano de Ação, aprovado em fevereiro de 2010 e atualizado em 2011, e verificou que:*  
2365 *determinadas ações já foram cumpridas, outras permanentes, outras foram mantidas e também foram*  
2366 *acrescidas outras ações. Assim, esta Comissão traz para leitura e aprovação o seu Plano de Ação*  
2367 *atualizado em 2012. Também, como produto desta análise, a Comissão traz para deliberação deste*  
2368 *Plenário as ações estratégicas a serem executadas no ano de 2012 anteriormente contidas em seu*  
2369 *Plano de Ação. Ação 1 - Realizar reuniões regionalizadas com os CEAS: Objetivos - Discutir junto*  
2370 *aos CEAS estratégias de aprimoramento do controle social e funcionamento dos conselhos de*  
2371 *assistência social a partir dos dados do Censo Suas 2011 e Normas Vigentes. As reuniões também*  
2372 *devem abordar, dentre outros temas, o tema do acompanhamento da implementação da Resolução*  
2373 *CNAS nº 16/2010.) Para implementação desta ação deve-se definir calendário das reuniões. Ação 2 -*  
2374 *Criar estratégias para fortalecer a Secretaria Executiva dos Conselhos como unidade de apoio técnico*  
2375 *e assessoria. 2.1 Recomendar ao Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social -*  
2376 *CONGEMAS e ao Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social- FONSEAS que*  
2377 *reforcem em suas reuniões a importância dos órgãos gestores da assistência social (re )estruturarem*  
2378 *as Secretarias Executivas dos CMAS, CEAS e CAS/DF. 2.2) Enviar ofício ao FONSEAS, CONGEMAS,*  
2379 *reiterando a competência do órgão gestor quanto à criação e estruturação da Secretaria Executiva,*  
2380 *conforme normas vigentes. Dar conhecimento deste ofício ao Fórum Nacional de Assistência Social,*  
2381 *FONACEAS e diretamente aos Conselhos Estaduais. 2.3 Elaborar Caderno com orientações técnicas*  
2382 *sobre o funcionamento da Secretaria Executiva. 2.4 Incluir no referido Caderno, dentre outros,*  
2383 *orientações técnicas sobre a Secretaria Executiva informações para a atualização permanente dos*  
2384 *dados dos Conselhos no CadSUAS. Ação 3 - Orientar os Conselhos e os gestores da assistência social*  
2385 *quanto à aplicação dos recursos destinados ao seu funcionamento e estrutura. Encaminhamentos: 3.1)*  
2386 *Sugerir à Comissão Intergestores Tripartite - CIT a inclusão em sua pauta, da criação de estratégias*  
2387 *para garantir a dotação orçamentária destinada aos gastos com transporte, hospedagem e*  
2388 *alimentação de conselheiros de assistência social para participação em reuniões e outras atividades*  
2389 *inerentes ao controle social. Para tanto, o CNAS fará consulta à coordenação técnica da CIT quanto à*  
2390 *pertinência de pautar esse assunto na reunião da Comissão da CIT. 3.2) Fazer gestão junto a SNAS*  
2391 *para que este tema seja contemplado no Plano de Capacitação Nacional. 3.3) Elaborar documento em*

2392 conjunto com a Comissão de Financiamento com orientações aos Conselhos de Assistência Social que  
2393 aborde: a) Estratégias para o cumprimento da determinação de utilização dos 3% do IGD para o  
2394 funcionamento dos CRAS; b) Estratégias para que os órgãos gestores estaduais e municipais destinem  
2395 recursos para capacitação permanente de Conselheiros. c) Orientação aos CAS sobre os mecanismos  
2396 de repasse de recursos do FNAS para os Estados e Municípios com o respectivo controle em nível  
2397 Municipal, conforme prevê a LOAS. Ação 4 - Orientações sobre a implementação da Resolução CNAS  
2398 nº 27/2011. Encaminhamentos: 4.1 Elaborar, em conjunto com a Comissão de Normas do CNAS,  
2399 orientações Encaminhamentos: 4.1 Elaborar, em conjunto com a Comissão de Normas do CNAS,  
2400 orientações aos Conselhos para implementação da Resolução CNAS nº 27 que trata da caracterização  
2401 das ações das entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos. 4.2 Propor e executar  
2402 atividades que permitam repassar informações aos conselheiros estaduais sobre a matéria. Ação 5 -  
2403 Orientação gerais para o processo de escolha dos representantes da sociedade civil nos conselhos. Ao  
2404 debater a questão que consta no item 1.2 do Plano de Ação desta Comissão, aprovado pelo CNAS em  
2405 junho de 2011, que trata do processo de escolha dos representantes da sociedade civil, a Comissão  
2406 sugere que o CNAS inicie a discussão referente ao processo eleitoral, considerando as deliberações da  
2407 VIII Conferência Nacional e da consulta pública realizada pelo CNAS. Sugere-se ainda a criação de  
2408 Grupo de Trabalho para dar início ao debate. Sugere-se ainda a criação de um Grupo de Trabalho  
2409 para dar início ao debate. Item 2) Questões a serem encaminhadas a outras Comissões e para a  
2410 Presidência do CNAS. Em análise de seu Plano de Ação, a Comissão de Acompanhamento aos  
2411 Conselhos verificou que determinadas ações fogem à sua competência, mas que em razão da sua  
2412 importância deve ser discutida por este Conselho Nacional. Assim, sugere que os temas abaixo elencados  
2413 tenham os seguintes encaminhamentos: 2.1 - Comissão de Acompanhamento de Benefícios e  
2414 Transferência de Renda e CadÚnico Encaminhamentos: a) Sugerir a Comissão de Acompanhamento de  
2415 Benefícios que oriente aos CAS que criem, comissão de acompanhamento de benefícios e  
2416 transferências de renda b) Orientar aos CAS que sobre o direito de acessarem os dados do CadÚnico  
2417 no módulo consulta. c) Informar aos CAS de que estes são portadores do direito de solicitar ao órgão  
2418 gestor acesso à senha para consulta no CadÚnico. d) Orientar aos CAS para que solicitem  
2419 relatórios do CadÚnico ao órgão gestor. e) Propor que nos encontros de monitoramento do SUAS que  
2420 sejam apresentados os questionários a serem disponibilizados para o Censo SUAS 2012. 2.2 -  
2421 Capacitação e Boas Práticas: a) 7.1) Propor ao MDS que no Prêmio sobre práticas exitosas haja um  
2422 eixo sobre controle social. b) 7.2) Definir características de experiências bem sucedidas de CAS a  
2423 serem divulgadas. 2.3 - Acompanhamento das propostas relacionadas à Política de Assistência Social  
2424 no Legislativo. Encaminhamentos: a) 8.1) Orientar aos CAS para criar sistemática de  
2425 acompanhamento de discussões sobre a Política de Assistência Social no legislativo, em seu âmbito de  
2426 atuação. b) 8.2) Remeter essa atribuição à Presidência! SE do CNAS e sugerir sua implementação  
2427 junto ao CNAS, com o objetivo de: 1. Criar sistemática de acompanhamento de matérias legislativas e  
2428 de publicações no DOU; 1.1) criar sistemática de divulgação, junto aos CAS, de matérias em pauta no  
2429 Legislativo. 2.3 Implementações da Política de Comunicação do CNAS. Encaminhamentos: a) Remeter  
2430 a Presidência do CNAS as ações relativas ao monitoramento a implementação da Política de  
2431 Comunicação do CNAS, item 9 do Plano de Ação da Comissão de Conselhos. 3. Moções: A  
2432 Presidência do CNAS encaminhou para a Comissão de Conselhos três moções aprovadas na VIII  
2433 Conferência Nacional de Assistência Social. A comissão deliberou por encaminhar, via ofício, as  
2434 moções aos órgãos as quais se destinam. Em relação à Moção enviada pelo Conselho Estadual de  
2435 Assistência Social de Santa Catarina referente à VIII Conferência Estadual de Assistência Social do  
2436 Estado, foi deliberado por encaminhar ofícios ao Conselho Estadual de Santa Catarina dando ciência  
2437 que o CNAS ratifica a manifestação dos delegados que requerem a adequação das leis de criação dos  
2438 conselhos às normas vigentes e a estruturação das Secretarias Executivas. O CNAS informou quais as  
2439 ações que vem realizando no sentido de superar essa situação, bem como sugere ações locais para o  
2440 enfrentamento desta situação. Eutália Barbosa Rodrigues, Coordenadora da Comissão de

2441 *Acompanhamento aos Conselhos.*” A Conselheira Simone observou que a Comissão devia chamar a  
2442 SENARC para conhecer o SECAD, aplicativo que estava sendo disponibilizado para os municípios  
2443 para tirar relatórios do CadÚnico e discutir como poderia ser acessado pelos Conselhos. Lembrou que a  
2444 LOAS dizia ser dever dos órgãos pagar passagem, diária e alimentação e que a usariam para pagar para  
2445 os governamentais e não governamentais no exercício do controle social. Informou o lançamento dos  
2446 cadernos de orientação do gasto com IGD, onde estavam incluídas as passagens para os Conselheiros e  
2447 que os Conselhos tinham liberdade de gastos. O Presidente, em não havendo mais nenhuma  
2448 consideração, considerou aprovada a memória e o plano de ação da Comissão de Acompanhamento de  
2449 Conselhos. Agradeceu a todos e à sua família pelo apoio, esperando encontrar-se em outros espaços.  
2450 **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos,  
2451 declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço de som  
2452 deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata, aprovada em  
2453 reunião de de de dois mil e doze.